

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA 2020-2023 Ano I – 2020



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA 2020-2023

Ano I – 2020



Relatório de Execução do PPA 2020-2023 ANO I - 2020
Copyright Secretaria do Planejamento - SEPLAN
Superintendência de Monitoramento e Avaliação - SMA



RUI COSTA DOS SANTOS
Governador

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
Vice-governador

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO
Chefe de Gabinete do Governador

CARLOS PALMA DE MELLO (interino)
BRUNO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA (até 05/06/2020)
Casa Civil

CEL. PM ANAILTON MAURÍCIO COSTA
Casa Militar do Governador

PAULO MORENO CARVALHO
Procurador Geral do Estado — PGE

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO
Secretaria da Administração — SAEB

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização — SEAP

LUCAS TEIXEIRA COSTA
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura — SEAGRI

ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO
Secretaria de Comunicação Social — SECOM

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação — SECTI

ARANY SANTANA NEVES SANTOS
Secretaria de Cultura — SECULT

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico — SDE

JOSIAS GOMES DA SILVA
Secretaria de Desenvolvimento Rural — SDR

NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO
Secretaria de Desenvolvimento Urbano — SEDUR

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA
Secretaria da Educação — SEC

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretaria da Fazenda — SEFAZ

MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI
Secretaria de Infraestrutura — SEINFRA

LEONARDO GÓES DA SILVA
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento — SIHS

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social — SJDHDS

JOÃO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA
Secretaria do Meio Ambiente — SEMA

WALTER PINHEIRO
Secretaria do Planejamento — SEPLAN

JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA
Secretaria de Políticas para as Mulheres — SPM

FABYA DOS REIS SANTOS
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial — SEPROMI

JONIVAL LUCAS DA SILVA JUNIOR
CIBELE CARVALHO DE OLIVEIRA (até 04/06/2020)
Secretaria de Relações Institucionais — SERIN

FÁBIO VILAS-BOAS PINTO
Secretaria da Saúde — SESAB

RICARDO CÉSAR MANDARINO BARRETO
MAURÍCIO TELES BARBOSA (até 15/12/2020)
Secretaria da Segurança Pública — SSP

DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte — SETRE

FAUSTO DE ABREU FRANCO
Secretaria do Turismo — SETUR



RUI COSTA
Governador do Estado da Bahia

WALTER PINHEIRO
Secretário do Planejamento — SEPLAN

ISABELLA PAIM ANDRADE
Chefe de Gabinete — SEPLAN

MARIA LÚCIA CUNHA DE CARVALHO
Superintendência de Monitoramento e Avaliação — SMA

VERENA DE CARVALHO RAMOS
Coordenação do Relatório

EQUIPE TÉCNICA

LEANDRO DE TEIVE E ARGOLO DOS SANTOS
Diretoria Geral — DG

GABRIEL ALVES DE CARVALHO
Assessoria de Comunicação — ASCOM

DILMA SANTANA DE JESUS
Assessoria de Planejamento e Gestão — APG

SUPERINTENDÊNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO — SMA

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO
Diretoria de Acompanhamento e Monitoramento — DAM

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA
Coordenação de Monitoramento

ALACIR DANTAS
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS
ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA
LAISE DA SILVA SANTOS
NATACHA DALTRO BASTOS
ROBERLINDA RIBEIRO SANTOS
VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO
Técnicos

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA
Coordenação de Sistematização da Informação

LORENA SANTOS DA SILVA
MATHEUS SENA
PATRÍCIA OLIVEIRA BORGES DA SILVA ALMEIDA
SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO
Técnicos

MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA FERREIRA
Diretoria de Avaliação

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS
Coordenação de Estatística e Análise

FÁBIA SANTOS ALVES
Técnica

GEIDSON UILSON SEIXAS SANTANA (até 05/12/2020)
Coordenação de Pesquisa

MARCELO MENEZES CORDEIRO
SUZANA SODRÉ DE ARAGÃO VASCONCELLOS
Técnicos

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - SPE

RANIERI MURICY BARRETO
Superintendente de Planejamento Estratégico - SPE

ANA CRISTINA CERQUEIRA
Assessoria

NICIA MOREIRA DA SILVA SANTOS
Assessoria

MIRTES CAVALCANTE DE AQUINO
Diretoria de Planejamento Econômico - DPE

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - DPT

JOSÉ BARRETO BITTENCOURT
Diretoria de Desenvolvimento Territorial - DPT

VANDUY CORDEIRO DOS SANTOS
Coordenador de Governança Territorial

SHEILA ARAÚJO DA SILVA
Técnica

EDELZUITA DOS ANJOS SILVA
Coordenadora de Estudos e Planejamento

FABIANA DA CRUZ MATTOS
Técnica

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO — SPO

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO
Superintendência de Orçamento Público — SPO

MARA TEREZA BACELAR DE SOUZA
Diretoria de Programação Orçamentária das Áreas Econômica e de Infraestrutura — DEI

LUIZ CARLOS GUIMARÃES C. LIMA JÚNIOR
Diretoria de Programação Orçamentária da Área Social — DAS

CÍNTIA MARIA LIMA DEIRÓ
**Diretoria de Programação Orçamentária
da Área Institucional — DIN**

CÉSAR BARBOSA
Diretoria de Informações e Sistematização da Informação — DSO

MARIA DALVA MOTA CUNHA
**Coordenação de Informações e Sistematização
da Informação — DSO**

SIDNEY SILVA SANTOS
**Coordenação de Informações e Sistematização
da Informação — DSO**

HILBERTO CRUZ DO CARMO
Técnico da Diretoria de Informações e Sistematização da Informação — DSO

MÁGILA SOUZA SANTOS
**Técnica da Diretoria de Informações e
Sistematização da Informação — DSO**

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS
E ECONÔMICOS DA BAHIA — SEI**

JORGETE OLIVEIRA GOMES DA COSTA
Diretoria Geral

JONAS SILVA DO ESPÍRITO SANTO
Diretoria de Indicadores e Estatística — Distat

ARTHUR SOUZA CRUZ
CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO
ELISSANDRA ALVES BRITTO
LUIZ MÁRIO RIBEIRO VIANA
PEDRO MARQUES DE SANTANA
**Coordenação de Acompanhamento
Conjuntural — CAC**

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO
Diretoria de Pesquisas — Dipeq

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN
LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO
LUIZ FERNANDO ARAÚJO LOBO
ROSÂNGELA FERREIRA CONCEIÇÃO
SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO
Coordenação de Pesquisas Sociais — Copes

SECRETARIA DA FAZENDA — SEFAZ

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário

ANDRÉ LUIS SANTOS CORDEIRO DE ALMEIDA
Assessoria de Planejamento e Gestão — APG

SIZENANDO GONZAGA DA CUNHA
**Coordenação de Planejamento e
Orçamento — COORC**

LUIZA AMÉLIA GUEDES MACHADO MELLO
**Superintendência de Coordenação Técnica
e Financeira para o Desenvolvimento — SPF**

LEONARDO ANDRADE RIBEIRO
Diretoria de Captação de Recursos Federais — DCF

RITA ELIZABETH FERNANDES CARDOSO
Coordenação de Captação de Recursos Federais — COCAP

BIANCA BONIFÁCIO DE CARVALHO
**Coordenação de Acompanhamento e Gestão
de Recursos Federais — COGEF**

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA
Superintendência de Administração Financeira — SAF

ROBERVAL LOPES LIMA
**Coordenação Geral de Planejamento,
Acompanhamento e Controle Financeiro — COPAF**

ASSESSORES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO — APG

LITZA GUIMARÃES LOPES
CASA CIVIL

WILSON MOREIRA CARDOSO
SAEB

LÊDA OLIVEIRA DE SOUZA
SDE

ÂNGELA AUGUSTA SANTOS RIBEIRO
SJDHDS

FLÁVIO DE OLIVEIRA CAMPOS
SDR

GUSTAVO GÓES SILVA
SEAGRI

JACKSON CERQUEIRA
SEAP

MATTEUS GUIMARÃES MARTINS
SEC

MARCELA BRITTO DE SOUZA FREITAS
SECOM

EDSON VALADARES
SECTI

DANIEL UCHOA PEIXOTO
SECULT

FLÁVIA MARIA TENÓRIO BARBOSA DE DEUS BARROS
SEDUR

ANDRÉ LUIS S. CORDEIRO DE ALMEIDA
SEFAZ

ADRIANO SOUZA DE OLIVEIRA
SEINFRA

FERNANDO DAVI DA SILVA PAIXÃO
SEMA

DILMA SANTANA DE JESUS
SEPLAN

JOSÉ VIEIRA LEAL NETO
SEPROMI

LUIZ LAVIGNE VASCONCELLOS FILHO
SERIN

EMANUELE FIGUERÊDO BARBOSA
SESAB

RUBENS DEUSDEDITH SANTIAGO FILHO
SETRE

MARCOS DINIZ GONÇALVES LEAL
SETUR

NINON F. FERNANDES DA SILVA
SIHS

YOLANDA DE SOUZA CHECCUCCI
SPM

SILVANA SALOMÃO GÓES FONTES
SSP

HILDA CUNHA KAHN
PGE

Sumário

Volume I (versão impressa e digital)

APRESENTAÇÃO	.17
INTRODUÇÃO.	.25
Capítulo 1 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PPA 2020-2023.	29
1 Trajetória do planejamento da Bahia	.31
2 Elaboração do PPA 2020-2023 e sua construção coletiva.	34
2.1 O Ciclo de Planejamento na Bahia – Breves considerações	34
2.2 Elaboração do PPA 2020-2023.. . . .	37
2.3 Participação da sociedade na elaboração do PPA 2020-2023	.41
2.3.1 Operacionalização da Escuta Social.	.41
2.3.2 Gestão das propostas da Escuta Social	43

Capítulo 2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E PERSPECTIVAS DO ESTADO DA BAHIA 45

1 Cenário Macroeconômico Internacional.	48
2 Contexto Nacional.	52
3 Indicadores Econômicos da Bahia.	57
3.1 Produto Interno Bruto.	57
3.2 Atividade Agrícola	59
3.3 Atividade Industrial.	62
3.4 Comércio	65
3.5 Serviços e Turismo	67
3.6 Comércio Exterior	69
4 Indicadores Sociais da Bahia.	72
4.1 População e Educação	73
4.2 Ocupação e Renda	74
4.3 Condição dos Domicílios.	81
5 Considerações Finais e Perspectivas	85

Capítulo 3 GESTÃO FINANCEIRA. 89

1 Gestão Financeira	91
1.1 Receitas Públicas.	91

1.2 Receitas Correntes 93

1.3 Arrecadação do ICMS. 93

1.4 Arrecadação do IPVA 94

1.5 Receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) 94

1.6 Receitas de Capital 95

1.7 Receita Corrente Líquida (RCL) 95

1.8 Comportamento das Despesas Públicas 96

1.9 Pessoal e Encargos 98

1.10 Aplicações de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 98

1.11 Aplicações de Recursos em Ações e Serviços de Saúde 99

1.12 Dívida Pública 100

1.13 Resultado Primário 101

1.14 Portal Transparência 102

CAPÍTULO 4 AVALIAÇÃO DE DESENHO DE PROGRAMAS DO PPA 2020-2023 103

Programa 304 – Desenvolvimento Rural 111

Programa 305 – Desenvolvimento Urbano 123

Programa 309 – Infraestrutura. 135

Programa 312 – Recursos Hídricos. 147

Programa 313 – Saúde	159
Programa 314 – Segurança Pública e Defesa Social	171

Capítulo 5 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA E DAS OPERAÇÕES

DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	183
1 Execução Orçamentário-financeira do PPA.	185
2 Execução Orçamentário-financeira da Carteira de Transferências Voluntárias e das Operações de Crédito Interna e Externas	195
2.1 Carteira de Transferências Voluntárias	195
3 Carteira de Operações de Crédito Internas e Externas	198
3.1. Carteira de Operações de Crédito Internas	198
3.2. Carteira de Operações de Crédito Externas.	199
4 Recursos Captados para Financiamento do PPA 2020-2023	200

Volume II (digital)

PROGRAMA 300 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS 17

PROGRAMA 301 – CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 273

PROGRAMA 302 – CULTURA 309

PROGRAMA 303 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO 351

PROGRAMA 304 – DESENVOLVIMENTO RURAL 397

PROGRAMA 305 – DESENVOLVIMENTO URBANO 639

PROGRAMA 306 – EDUCAÇÃO 685

PROGRAMA 307 – IGUALDADE RACIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS 1001

PROGRAMA 308 – INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA E MUNDO DO TRABALHO 1017

PROGRAMA 309 – INFRAESTRUTURA 1125

PROGRAMA 310 – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. 1209

PROGRAMA 311 – POLÍTICAS PARA AS MULHERES 1287

PROGRAMA 312 – RECURSOS HÍDRICOS. 1307

PROGRAMA 313 – SAÚDE 1409

PROGRAMA 314 – SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL 1583

PROGRAMA 315 – GESTÃO GOVERNAMENTAL 1733



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta a execução dos Programas do PPA 2020-2023, em seu primeiro ano, e cumpre uma obrigatoriedade, conforme a Lei Nº 14.172 de 6/11/2019, atendendo aos princípios da transparência e facilidade no acesso aos resultados do planejamento governamental.

Marcado por um cenário desafiador e doloroso, o ano I do atual PPA requereu do Executivo baiano um esforço desafiador de gestão ante o cenário inédito de pandemia, gerado por uma crise sanitária em escala mundial da Covid-19.

Em 2020, a experiência em Planejamento e Gestão, aliada ao equilíbrio fiscal seguido pelo nosso governo, tornou menos penoso o gerenciamento da crise, além de demonstrar a capacidade governa-

mental em suprir demandas não previstas e solucionar diariamente as questões geradas pelas consequências do vírus Covid-19.

Em 16 de março de 2020, com a publicação do Decreto nº 19.529, regulamentando as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente do coronavírus, o Governo da Bahia saiu na frente com diversas medidas de proteção à vida, tais quais protocolos de orientação acerca dos tratamentos, no sentido de alcançar ações combinadas voltadas ao enfrentamento dos impactos da doença. Paralelamente, adotou medidas orientadas à proteção das pessoas e às prevenção do vírus.

A execução dos Programas do PPA em 2020, a ser aqui apreciada, demonstra os frutos colhidos com a priorização da regionalização

das ações da Saúde ao longo da atual gestão, decisiva, seguramente, para a efetiva atuação governamental no enfrentamento da presente crise sanitária.

A política de racionalização do gasto continuou sendo perseguida em 2020, e no que tange às receitas estaduais realizadas, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, o total foi da ordem de R\$ 51,18 bilhões, alcançando 95,47% da previsão anual. Merecem destaque as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com participações de 53,50% e 32,16% respectivamente, do total arrecadado em 2020.

O Governo da Bahia vem gerando recursos para suprir as despesas de custeio e investimentos, visando à melhoria na qualidade do gasto público do Estado e, dentro deste contexto, o resultado apresentado, referente ao exercício de 2020, demonstra que o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal e as metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

Na área da saúde, a prevenção e o combate ao Covid-19 foram prioridade governamentais materializados num investimento de R\$ 1 bilhão na abertura de hospitais de campanha, em aumento de leitos de UTI de 750 para 2,8 mil leitos e nas atividades de complementação, como o aumento de testes diários para diagnóstico de Covid-19 do Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Muniz (LACEN), que passou de 400 testes diários para 1.000 no período.

Demonstrando que as políticas públicas e as decisões governamentais devem estar baseadas em dados e evidências e lastreadas pelos princípios científicos, a Bahia esteve presente no Comitê Científico do Consórcio Nordeste, cuja orientação balizou todas as decisões para o gerenciamento da crise.

A comunicação à população foi facilitada pela implantação de duas ferramentas, quais sejam: o Tele Coronavírus; e o Monitora Covid-19. Uma plataforma *on-line*, também com dados de monitoramento da pandemia, foi criada pela SEI/SEPLAN, apresentando dados atualizados sobre a evolução da doença.

A par disso, a SEPLAN coordenou o Grupo de Trabalho para estudos de Retomada Econômica Pós-Pandemia, com o objetivo de elaborar proposta de plano com medidas para retomada e aceleração do emprego. O GT propôs investimentos prioritários gerenciados pelo Estado voltados para geração de emprego e renda. Para a elaboração do plano, 150 reuniões ocorreram com os mais variados setores econômicos. Também abordaram-se as demandas e as expectativas dos diversos segmentos da sociedade estabelecendo critérios e protocolos da saída do isolamento para o distanciamento social.

Vale salientar a parceria do Governo do Estado, através da SEPLAN, com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia, viabilizada por meio da participação do Senai Cimatec que atuou

na produção e recuperação de equipamentos e acessórios para contenção da pandemia em nosso estado.

Com efeito, o Governo manteve a concentração focada em ações voltadas ao combate Covid-19, ao tempo em que deu curso à política estabelecida no PPA 2020-2023.

Deste modo, 16 unidades de policlínicas, cobrindo 308 municípios, ou seja, 73,9% do território baiano, e representando 74,7% da população, proporcionaram assistência a 8.483.522 habitantes.

Vale destacar ainda a Bahia Farma, com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões, subsidiada integralmente pela iniciativa privada e implantando, em Dias D'Ávila, a primeira fábrica de insulina do hemisfério sul que realizará desde a fabricação do insumo farmacêutico ativo da insulina até o envase com a previsão da geração de até 400 empregos diretos e 1.000 indiretos.

Avançou-se na mobilidade urbana da Região Metropolitana de Salvador com o andamento de obras do Tramo 3 do Sistema Metroviário de Salvador-Lauro de Freitas, que vai chegar à região de Águas Claras/Cajazeiras, à Avenida 29 de Março além do novo complexo de integração intermodal a ser implantado entre a BR-324, e a Via Regional com a nova estação Rodoviária Intermunicipal, em Águas Claras.

A Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, que representa um investimento de R\$ 5 bilhões, teve o seu contrato assinado para operação e construção em final do ano passado. O consórcio firmado com a China, terá um ano para elaborar o projeto e quatro anos para a construção do equipamento, constituindo-se na maior obra de infraestrutura do país nos próximos cinco anos. Além da Ponte, será duplicado trechos da BA-001, melhorando o sistema viário para fazê-lo confluir com vias de escoamento como as BR 242, 101 e 116, o que impulsionará, o desenvolvimento de 200 municípios baianos da Região Metropolitana, do Recôncavo, do Sul e do Baixo Sul.

Concluída e inaugurada no final do ano passado, a Ponte Jorge Amado, ligando o centro de Ilhéus a Pontal, com investimento de R\$ 100 milhões e 533m de extensão, possui sistema viário com acessos ao porto de Malhado, Distrito Industrial e ao futuro Porto Sul.

Mesmo com o cenário impactado pela pandemia, foram assinados 46 protocolos de intenções de empresas para se instalarem no estado, com previsão de gerar 3,5 mil empregos diretos, e investimentos privados de R\$ 3,7 bilhões, sendo cerca de 80%, destinados às cidades do interior da Bahia, demonstrando a desconcentração regional dos investimentos.

Com a preocupação de permanecer viabilizando a agenda afirmativa, lançamos em outubro de 2020, uma chamada pública voltada

à prevenção e enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19, junto à população negra e povos e comunidades tradicionais, investindo R\$ 1,2 milhão em edital, que viabilizará 32 propostas com foco no fortalecimento econômico nas modalidades de Práticas Empreendedoras Solidárias, Tecnologias de Venda e Escoamento, além de Assessoria Técnica e Distribuição de Insumos.

Ante os riscos de a produção de alimentos ser afetada, a agricultura familiar cumpriu sua função social atendendo ao Edital Emergencial de Chamada Pública da CAR (Edital 015/2020), que selecionou projetos voltados a ampliar a oferta de alimentos básicos, de forma a não comprometer a Segurança Alimentar e Nutricional dos baianos.

Conseguimos, assim, fomentar a produção de alimentos nos 27 Territórios de Identidade, em 183 municípios, e estabelecemos contrato com 323 associações ou cooperativas de produtores, prevendo atender dez mil famílias.

No que concerne ao agronegócio baiano, registrou em 2020, ano de declínio em todos os setores, um comportamento atípico, pois apresentou no primeiro semestre um crescimento de 7,5% em comparação com o mesmo período do ano passado, resultado que elevou em 24% a sua participação no PIB baiano. Já no terceiro trimestre de 2020, o PIB do agronegócio baiano expandiu 5,8% na comparação com igual período em 2019.

É de relevância destacar que para o aproveitamento de todo o potencial do nosso Aquífero de Tucano, foram concluídas, no início de 2020, as obras do Sistema Integrado Araci Norte/Tucano, beneficiando 77 localidades de Araci e Tucano, e logo será entregue o Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tucano Noroeste.

Vale destacar a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) em Salvador, beneficiando, 180.000 habitantes e investimento de R\$ 9,6 milhões e em Camaçari, com investimento de R\$ 42 milhões, beneficiando 80.000 habitantes do município.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a elaboração do Plano de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Salvador, segue avançando com a conclusão do processo de licitação para contratação da empresa, que terá 30 meses para iniciar a execução. Esse plano é indispensável à saúde pública, à preservação ambiental, à qualidade de vida e às atividades econômicas na Região Metropolitana de Salvador.

Em 2020, concluiu-se a etapa final do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Estado, instrumento fundamental ao desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, constituída pela última fase de consulta pública cujas manifestações serão analisadas e subsidiarão a elaboração final do documento.

Ainda na área de meio ambiente, o Projeto Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento de Meio Ambiente e Economia do Mar, Projeto Ecomar, em Santo Amaro da Purificação, vai contribuir para a recuperação econômica da região da Baía de Todos-os-Santos (BTS), por meio da criação de ponto de rede para pesquisas no Atlântico Sul, além da sua transformação em centro de referência para recuperação e conservação da biodiversidade marinha e inclusão socioproductiva das comunidades tradicionais da região. O projeto prevê atender 45 mil pescadores e marisqueiras da BTS.

Na gestão governamental, a grande conquista, em meio ao cenário pandêmico, foi a manutenção do equilíbrio das contas e o pleno funcionamento da máquina pública. Isso permitiu preservar muitas vidas durante a crise sanitária e ainda garantir a continuidade dos investimentos estruturantes. O equilíbrio fiscal foi mantido através de iniciativas de controle dos gastos e de ampliação das receitas próprias por meio do combate à sonegação, uso intensivo de tecnologia e empenho dos servidores.

A pandemia da Covid-19 modificou o conceito do trabalho em todo o mundo, e a Bahia já vinha implementando uma agenda de transformação digital por meio de projetos estruturantes. Isso possibilitou um alto grau de eficácia do governo para atender aos requerimentos do isolamento social e à redução da mobilidade da população. A estrutura governamental continuou operando e a prestação de serviços ao cidadão foi potencializada por meio de ferramentas digitais já implementadas muito antes da pandemia.

A plataforma Microsoft Teams viabilizou inúmeras reuniões virtuais (de 15 por mês para uma média de 11,3 mil). Essas soluções tecnológicas adotadas pelo Governo da Bahia integram o processo de transformação digital do estado, seguindo a tendência mundial de governo digital.

O apresentado neste relatório é resultado de decisões e iniciativas tempestivas da gestão pública baiana, requeridas pela crise sanitária, sem temer a criatividade e os riscos, mas sempre colocando como centro da atenção o cuidar da vida dos baianos. ✓

Walter Pinheiro
Secretário do Planejamento



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Execução do Plano Plurianual 2020-2023 – Ano I, 2020, instituído pela Lei nº 14.172 de 06 de novembro de 2019, marca a conclusão do primeiro Ciclo de Execução do PPA, ensejando uma visão abrangente e contextualizada sobre o desempenho das ações de governo constitutivas das políticas públicas, em um ano de enfrentamento a uma crise sanitária, de proporções mundiais, que alterou e redirecionou os rumos da gestão estadual.

Nessa perspectiva, o atual documento organiza-se em dois volumes assim apresentados:

Volume 1 (versão impressa e digital)

- **Capítulo 1** – Planejamento e Gestão do PPA 2020-2023 (Breves considerações sobre a trajetória do Planejamento na Bahia, evidenciando o processo de elaboração do PPA vigente, bem como a sua construção coletiva).

- **Capítulo 2** – Economia Baiana nos cenários das Economias Brasileiras e Internacional (Desempenho de indicadores socioeconômicos).

- **Capítulo 3** – Gestão Financeira – Receitas e Despesas Públicas (Panorama do Comportamento das Receitas e Despesas públicas).

- **Capítulo 4** – Avaliação de Desenho – Adese - dos Programas do PPA 2020-2023 (Análise da concepção da estrutura programáti-

ca do PPA, evidenciando a lógica das intervenções propostas e a aderência entre os seus componentes, em relação aos resultados esperados).

• **Capítulo 5** – Execução Orçamentário-Financeira do PPA 2020-2023 e Operações de Crédito Internas e Externas. (Uma análise da Execução Orçamentário-Financeira do estado, evidenciando os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e dos Programas de Governo que integram o PPA vigente, bem como da Carteira de Operação de Crédito Internas e externas).

Volume 2 (versão digital)

Publicação que demonstra a execução dos 16 Programas de Governo, por Compromissos, Metas e Iniciativas, considerando as informações registradas no Sistema Corporativo Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (Fiplan) por meio dos processos de Acompanhamento e Monitoramento, coordenados pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN), que constituem etapas do Ciclo de Planejamento consubstanciado no Sistema Estadual de Planejamento e Gestão estratégica (Sepege).

Importa também destacar que o registro das informações no Fiplan é crucial para que as funções do Acompanhamento e do Monitoramento, assim como da Avaliação (em um momento subsequente) institucionalizem-se e contribuam para o processo de-

cisório da ação governamental, e, conseqüentemente, para ampliar a capacidade de consecução dos objetivos e metas previstos.

A elaboração deste relatório está sob a responsabilidade da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) que, em 2020, contou com a participação da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), as APG das 24 secretarias/órgãos, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Superintendência de Orçamento Público (SPO), Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) e da Assessoria de Planejamento e Gestão (APG/SEPLAN), em um trabalho integrado, pautado pela cooperação de todos os envolvidos.

É oportuno destacar, ainda, que os resultados da Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA, presente nas edições anteriores não integra mais este Relatório. Conforme a Lei nº 14.172 de 06 de novembro de 2019, supracitada, tais resultados serão publicados 90 dias após a entrega, ao Legislativo, do Relatório de Prestação de Contas Anual do Executivo Estadual.

Por fim, o presente relatório, além de se configurar como instrumento legal de prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle, também materializa o princípio da transparência, à luz da Lei Federal de Acesso à Informação Pública (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), com sua publicação nos sítios da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) (www.seplan.ba.gov.br) e do Portal Sepege (www.sepege.ba.gov.br). ✓

Capítulo 1 **PLANEJAMENTO E GESTÃO
DO PPA 2020-2023**

Capítulo 1

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PPA 2020-2023

1 TRAJETÓRIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA

A Bahia é reconhecida como estado pioneiro no campo do Planejamento Governamental. De fato, em nível nacional a primeira institucionalização dessa importante dimensão da gestão pública ocorreu em 1955, através do Decreto nº 16.261, com a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) liderada pelo economista Rômulo Almeida. Apenas em 1962 o Brasil passa a ter um ministro dedicado a essa área.

Dez anos depois, em 1966, a Bahia volta a inovar com a criação do Sistema Estadual de Planejamento (SEP) através da Lei nº 2.321, que também definiu a atuação, sob a lógica sistêmica, dos serviços de Procuradoria e de Administração Geral. Esse foi um marco importante para a Administração Estadual, especialmente no sentido de disseminar as práticas de planejamento em todos os

órgãos e entidades do Poder Executivo, em desenvolver metodologias aplicadas e em formar equipes com as competências necessárias para planejar o desenvolvimento baiano.

O SEP consolidou-se, acompanhou as mudanças institucionais e tecnológicas, criou e aprimorou tendências, aplicou e difundiu métodos e técnicas, acumulando um legado de mais de meio século de experiências e contemporaneidade sempre atuante, mesmo em conjunturas econômicas e políticas que impactaram no foco, na dinâmica e nas condições operacionais do Planejamento Público.

Em 2007, com um governo eleito que assumia com novos princípios e estratégias de gestão, foi imperativa uma reflexão sobre esse legado e sobre a atuação do Sistema Estadual de Planejamento. Um novo desenho foi concebido sem abdicar da

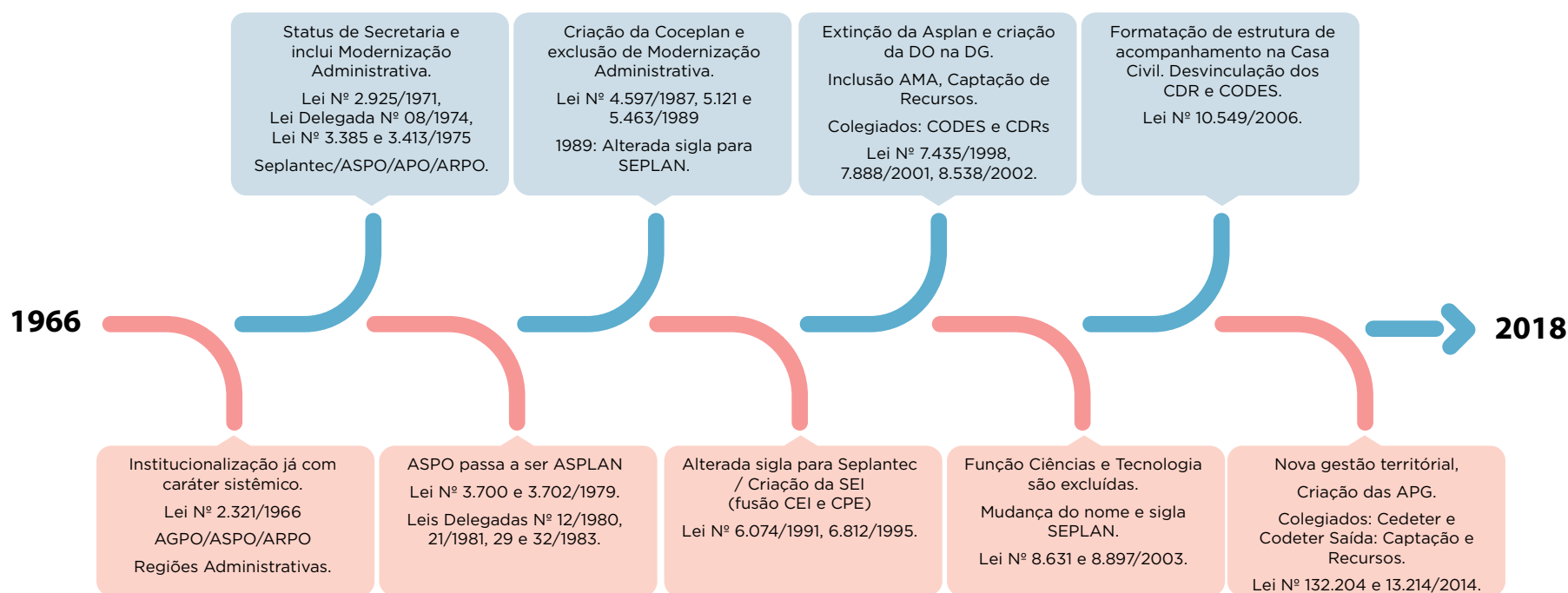
lógica sistêmica e das práticas de sucesso, sendo sua implementação expressa em Compromissos nos Planos Plurianuais aprovados deste então. Os resultados foram conquistados ao

longo do tempo e uma nova dimensão foi assumida pelo SEP, hoje denominado de Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege).

QUADRO 1

Trajetória Institucional do Planejamento na Bahia

Bahia, 2020



AGPO = Assessoria Geral de Programação e Orçamento, ASPO = Assessoria Setorial de Programação e Orçamento, ARPO = Assessoria Regional de Programação e Orçamento, Seplantec = Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, APO = Assessoria de Programação e Orçamento, Coceplan = Coordenação Central de Planejamento, ASPLAN = Assessoria de Planejamento, SEI = Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, CEI = Centro de Estatística e Informação, CPE = Fundação Centro de Pesquisas e Estudos, DO = Diretoria de Orçamento, DG = Diretoria Geral, AMA = Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação, CODES = Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, CDR = Conselho de Desenvolvimento Social, APG = Assessoria de Planejamento e Gestão, Cedeter = Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, Codeter = Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável.

Uma visão estratégica e integrada, coesão organizacional com atuação em rede, participação e controle social, desenvolvimento de pessoas, gerenciamento de processos e uso de tecnologias conformaram a nova concepção.

Na sua configuração atual, abrange todos os órgãos e entidades de todos os Poderes de Estado¹, e consubstancia-se em um conjunto articulado de normas, órgãos e espaços de governança, funções, processos, conceitos, metodologias, tecnologias e instrumentos aplicados numa arquitetura que privilegia uma atuação em rede, tendo por finalidade prover a governança para o planejamento e a gestão estratégica de políticas públicas, no âmbito estadual. Assim, o Sepege, hoje, destaca-se como um sistema organizacional de planejamento que:

- Provê informações e estudos aplicados que qualificam as Políticas Públicas;
- viabiliza a integração e a articulação intertemporal dos instrumentos de planejamento, tendo o Plano Plurianual como catalisador dos objetivos estratégicos e conformador dos Orçamentos Anuais;

1 - Os Poderes Legislativo e Judiciário, assim como os Órgãos Autônomos – Ministério Público e Defensoria Pública, integram o Sistema Estadual de Planejamento em processos relacionados a Planos Plurianuais e Orçamentos Anuais.

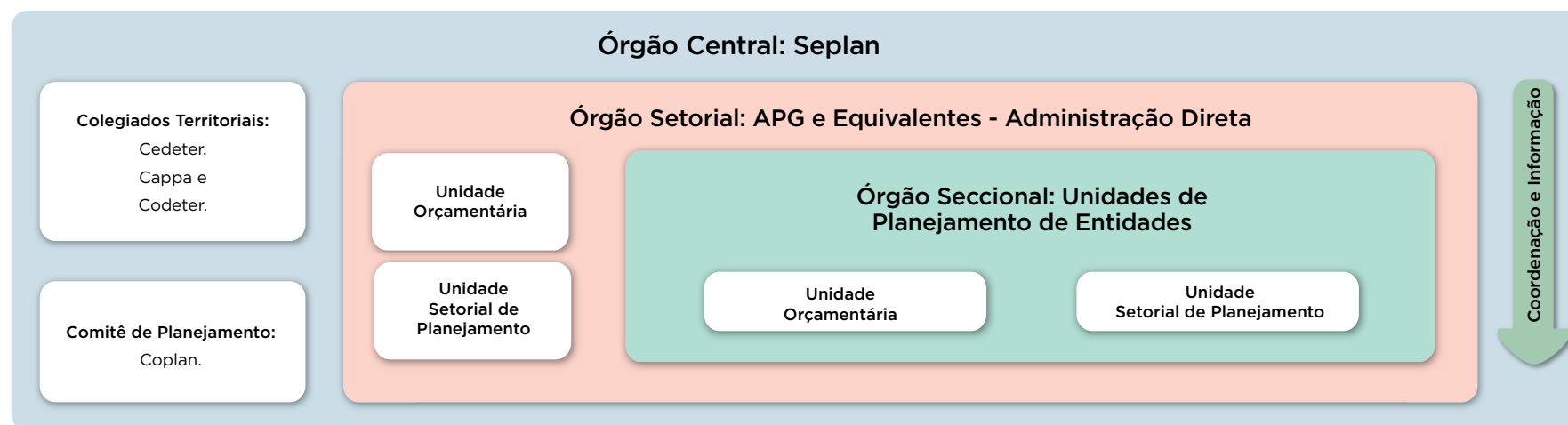
- municia decisões sobre as Políticas Públicas mediante o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos Programas de Governo;
- favorece a participação e o controle social com espaços de governança institucionalizados;
- estimula uma atuação interativa e em rede entre seus componentes;
- desenvolve pessoas e equipes nas competências em Planejamento e sua gestão;
- emprega métodos e processos organizacionais formalizados, publicizados e continuamente aprimorados; e
- investe em tecnologias informacionais especializadas.

O planejamento e a gestão governamental são indissociáveis, marcados pelo dinamismo, por exigências conjunturais e pelo desafio de viabilizar o desenvolvimento sustentado e inclusivo. Nessa perspectiva, há o que celebrar nos avanços do Sistema de Planejamento até a sua configuração atual como Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica, posto que vem assegurando um lastro de governança, sempre renovado, para que objetivos e rumos possam ser traçados em bases qualificadas em prol da efetividade das políticas públicas.

QUADRO 2

Configuração Atual das Instâncias Institucionais do Planejamento na Bahia

Bahia, 2020



Cedeter = Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial.
Cappa = Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual.
Codeter = Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável.
APG = Assessoria de Planejamento e Gestão.

2 ELABORAÇÃO DO PPA 2020-2023 E SUA CONSTRUÇÃO COLETIVA

2.1 O Ciclo de Planejamento na Bahia - Breves considerações

No decorrer dos últimos anos, a Bahia tem ampliado sua experiência com o Planejamento Governamental a partir do aperfeiçoamento dos seus instrumentos de curto, médio e longo prazos. Em

relação ao planejamento de médio e curto prazos, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade legal dos entes federativos formularem seus Planos Plurianuais (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assim como as Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Com temporalidade e objetivos distintos, esses documentos legais integram o Ciclo de Planejamento, que comporta a elaboração, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Vale destacar que, no âmbito da Constituição Federal, os planos de desenvolvimento estratégico governamentais, com um horizonte temporal de longo prazo, não foram designados como instrumentos obrigatórios para o planejamento. Nesse sentido, PPA, LDO e LOA representam os instrumentos legais obrigatórios para o Ciclo de Planejamento, enquanto a formulação dos planos de desenvolvimento de longo prazo se tornaram discricionários e eletivos pelos governantes. Diante da lacuna no planejamento de longo prazo, a Bahia protagoniza, nesse momento, a realização do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2035. Todo o acúmulo de aprendizados, obtidos na elaboração dos PPAs participativos e na construção das bases estratégicas que os orientaram, ajudou a construir uma estratégia de longo prazo que incorpora um amplo pacto social, capaz de promover o desenvolvimento sustentável do Estado, e que se materializa por meio dos instrumentos PPA, LDO e LOA.

Na Bahia, o Ciclo de Planejamento está organizado de forma integrada com todas as secretarias do estado e vem se aperfeiçoando paulatinamente. Tendo em vista que cada etapa executada se relaciona com a etapa imediatamente anterior, o modo de funcionamento do ciclo é retroalimentado endogenamente, permitindo melhorias contínuas a cada nova fase a partir das respectivas avaliações, suportando assim, o processo de formulação das políticas públicas. Trata-se, portanto, de um processo “complexo, não linear e sem um ponto de partida claramente definido” (SILVA; MELO,

2000; p. 9). Dessa forma, compreende-se que as etapas do Ciclo de Planejamento não são estanques, o que pode tornar difícil determinar quando começa a implementação e quando termina a formulação das políticas públicas.

Nesse sentido, compete ao PPA declarar os objetivos e metas do estado de acordo com o atendimento das demandas da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas e orientar taticamente a ação governamental para a consecução dos objetivos pretendidos. Essencial mencionar que a elaboração do PPA do Estado da Bahia tem como premissa basilar a participação cidadã na implementação das políticas públicas. O destaque é relevante tendo em vista que a cooperação entre os atores, em geral, depende de uma coordenação por parte do Governo, não ocorrendo, muitas vezes, de maneira espontânea².

Por envolver o espaço da negociação e da barganha mais fortemente entre os diversos atores, próprios desse processo, convém pensar que para avançar ainda mais na implementação das políticas públicas, deve-se considerar que não se pode abrir mão de alguns valores construídos ao longo dessa caminhada. O amplo processo de participação social, engendrado através da Política

2 – Sobre a negociação e barganha no âmbito das Políticas Públicas, Arretche (2001) destaca: “na política há processos de barganha e de negociação entre os diferentes atores, presentes em uma extensa rede de organizações governamentais e não-governamentais, interferindo diretamente no processo de implementação. Por isso, chama a atenção para a necessidade de uma coordenação estratégica por meio de uma adequada estrutura de incentivos coordenada pela autoridade central”.

Territorial, estabelecida pela Lei nº 13.214 (BAHIA, 2014), dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter).

Nesse âmbito, destaca-se o papel da escuta social, a cargo da política de desenvolvimento territorial, mediante reuniões ampliadas dos Colegiados Territoriais (Cedeter e Codeter), bem como de Conselhos que permitem a participação dos beneficiários dos bens e serviços ofertados pela política pública.

No caso da Política Territorial, vislumbra-se uma construção a partir da visão daqueles que habitam o local, o que sintetiza um conceito capaz de traduzir a coesão dos múltiplos aspectos que envolvem a vida em determinado local. Chegou-se, por meio dessa percepção, ao entendimento do Território de Identidade³ como sendo a tipologia apropriada para se pensar e sistematizar as políticas públicas no Estado da Bahia.

Assim, aspectos da realidade local, por vezes, multideterminados e interrelacionados, possibilitaram a constituição do complexo

conceito de Território de Identidade, tais como os aspectos culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos. Portanto, trata-se, de considerar aspectos da vida local que confere a, quem nele reside, a noção de pertencimento. Essa perspectiva é fundamental para a compreensão que nem sempre os formuladores da política pública conhecem integralmente as informações pertinentes à elaboração do plano. Dessa forma, o saber local e sua noção de pertencimento são essenciais para a melhor adequação dessas realidades.

Trata-se, portanto, de uma política de Estado. Do ponto de vista mais geral, outro valor importante a destacar é a implementação de uma Gestão Pública através de amplo diálogo com o empresariado, as universidades e os movimentos sociais. Com base nesta perspectiva, Mazzei e Farah (2020) argumentam que a diversidade de atores governamentais e não governamentais que se envolvem, de maneira cooperativa entre eles, no processo de formulação da política pública, assegura maior grau de sucesso do programa proposto. As autoras destacam ainda que entre esses atores estão os agentes institucionais do processo de implementação, assim como os potenciais beneficiários e provedores que podem influenciar o processo de implementação da política.

A literatura especializada costuma mencionar que a fase de formulação das políticas está cercada de incertezas em fun-

3 - "O território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial" (BAHIA, 2020).

ção de: i) limitações devido ao alto nível de complexidade dos fenômenos sociais, mesmo com a análise de especialistas e estudos nas diversas áreas que compõem; ii) existência de contingências futuras que não podem ser previstas e que afetam o ambiente da política pública a exemplo da crise mundial da Covid-19; e iii) limitações na direção da implementação dos planos e programas, uma vez que existe o espaço para a discricionariedade dos agentes implementadores. Nesse sentido, tem-se um descompasso entre o que foi planejado e o que foi implementado, devido à própria organicidade do ciclo e da atuação dos agentes da política pública.

Na realidade, o que se vislumbra é um processo contínuo de ir e vir entre elaboração e implementação, que possibilita flexibilidade na concretização das políticas, compreendendo-se que “decisões são tomadas e não apenas implementadas” (MAZZEI; FARAH, 2020, p.325). Ademais, o Ciclo de Planejamento oferece, oportunamente, vastas contribuições para a aprendizagem, evolução, adaptação e visão da implementação como decisão política. É nesse contexto de aprendizagem e de aprimoramento que vale destacar as ações realizadas pela administração estadual da Bahia, principalmente no âmbito da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) e do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege), cuja definição de processos e melhorias do Ciclo de Planejamento propiciou avanços fundamentais tan-

to para a Gestão Estratégica das Políticas Públicas quanto para a governança em prol do planejamento, já que envolveu e articulou todos os poderes, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

2.2 A elaboração do PPA 2020-2023

Na Bahia, buscou-se ao longo dos anos fortalecer o PPA como instrumento de planejamento de médio prazo capaz de sintetizar uma visão de futuro, oriunda do plano de desenvolvimento de longo prazo, e os componentes de curto prazo que se materializam como prioridades na Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) e com ações dispostas no Orçamento Anual (LOA). Destaca-se que, desde 2011, o Estado da Bahia alinhou-se à proposta metodológica de elaboração do PPA realizada pelo Governo Federal e obteve, em diversas ocasiões, reconhecimento em fóruns especializados de planejamento e gestão, especialmente no tocante à participação social por meio das escutas nos Territórios de Identidade e do acompanhamento da execução do PPA, diante da instalação da Comissão de Acompanhamento do PPA (CAPPA).

Na elaboração do PPA 2020-2023, em decorrência da tempestividade e da visão reducionista do papel desse instrumento na instância federal atual, a Bahia assume o protagonismo ao propor avanços conceituais e metodológicos oriundos do processo

de amadurecimento e discussões resultantes das sistemáticas reuniões do Sepege. O sistema de aperfeiçoamento da gestão possibilitou um olhar sistêmico para os entraves em cada etapa de execução do Ciclo de Planejamento do estado. As instâncias do Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação puderam se debruçar sobre os gargalos e propor soluções para a melhoria do plano, que vão desde o desenvolvimento do modelo conceitual e a concepção de planejamento estratégico integrado, considerando a participação cidadã, até a melhor qualificação dos seus componentes visando a eficácia e eficiência na Gestão Pública.

Pode-se mencionar que o processo de fortalecimento do PPA 2020-2023 ocorreu vis-à-vis a sua maior integração com os instrumentos legais de planejamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como a integração com outros instrumentos de Planejamento Governamental e com atores partícipes da Política Pública Estadual. A integração, em suas diversas camadas, é a grande novidade do PPA 2020-2023. Nessa perspectiva, o avanço significativo foi verificado com a integração entre o Plano Estratégico do Estado (o Plano de Desenvolvimento Integrado - Bahia 2035), que forneceu as diretrizes estratégicas para o PPA 2020-2023 e a elaboração dos Planos Estratégicos Organizacionais (PEO) em parceria com a Superintendência da Gestão e Inovação (SGI) da SAEB, que proporcionou revisões

das prioridades e destacou as possibilidades das secretarias de estado realizarem o que foi proposto no PPA, em alinhamento com a visão de futuro para a Bahia e seus planos organizacionais.

O Plano Estratégico de Longo Prazo - PDI Bahia 2035 passa a se constituir como instrumento norteador para a formulação da política pública no Estado. Baseado em estudos, diagnósticos e cenarização, contempla diretrizes para o horizonte de 2035, estruturado em Eixos, cada um deles detalhado em macro-objetivos. Estes últimos elementos conectam o PPA à dimensão estratégica, pois precede e orienta a elaboração dos Programas Temáticos. Convém salientar a aderência promovida entre os instrumentos de planejamento de médio e longo prazos durante a elaboração do PPA 2020-2023.

Conjuntamente, a elaboração dos Planos Estratégicos Organizacionais (PEO) permitiu a estruturação de diagnósticos setoriais com base na formulação de mapa de negócio, lacuna de valor, análise do ambiente externo e interno, e construção de objetivos estratégicos setoriais, que posteriormente, contribuíram na proposição dos Compromissos, Metas e Iniciativas no PPA 2020-2023. Essa compatibilização permitiu às secretarias observar suas possibilidades e necessidades, prevendo melhorias e avanços, e a elaborar uma programação de PPA mais coesa com esse alcance. Frisa-se que a integração do Plano

de Governo Participativo – PGP 2019-2022 ao PPA ratificou os compromissos assumidos pelo chefe do Poder Executivo com a população baiana.

Essa integração tornou-se poderosa, fortalecendo o instrumento de planejamento de médio prazo, uma vez que comporta as dimensões de longo prazo e guarda as possibilidades de execução das secretarias em torno de um objetivo maior. Essa integração é essencial para elevar a qualidade do processo de elaboração das escutas públicas do estado, integrando, ainda mais, os instrumentos de planejamento. Desta forma, o Plano Plurianual englobou diferentes visões: de longo e médio prazos, de âmbito estadual e setorial e de enfoques técnico, social e político. Sua construção resulta a jusante em uma integração com a LDO e LOA e a montante se organiza a partir do PDI Bahia 2035, o Programa Participativo de Governo (PGP), os Planejamentos Estratégicos Organizacionais (PEO) e a participação social como forma de garantir a participação da sociedade na construção de Políticas Públicas.

Vale salientar que adequações no planejamento e na tempestividade na realização da Escuta Social garantiram um ajuste temporal, fundamental ao processo de elaboração do PPA 2020-2023, trazendo uma significativa melhoria na aderência ao plano. O processo de Escuta Social, que já ocorre desde o PPA 2008-2011, foi qualificado para não somente incluir as de-

mandas locais e integrá-las às metas do PPA, mas também para realizar devolutivas nos Territórios de Identidade do que foi recepcionado ou não pelo referido instrumento de planejamento. No caso de determinado pleito não ter sido recepcionado, explica-se a justificativa da não-inclusão. E, ao longo da execução do PPA, as metas que resultaram das escutas são destacadas no Sistema Institucional de Contas Públicas, o Sistema Corporativo Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (Fiplan).

Partindo-se do princípio que a metodologia de elaboração do PPA deve garantir na sua estrutura os elementos para viabilizar o monitoramento e avaliação das metas e dos indicadores previstos, o modelo proposto preconizou que o PPA fosse um instrumento de planejamento e de gestão dos Programas Temáticos formulados. Para tanto, foram aperfeiçoados os componentes: Compromisso, Iniciativas, Metas e Indicadores, dotando-lhes os atributos que melhor o qualificassem, trazendo mais clareza e objetividade para o Plano.

Com vistas a propiciar maior transparência ao componente Compromisso, optou-se por uma nova tipologia que permite a distinção entre os Compromissos de “Expansão/Aprimoramento” ou de “Gestão/Custeio”, haja vista que alguns programas possuem grande parte de seus recursos vinculados a ações de gestão e custeio, resultando em menor discricionariedade para

aportes que possibilitem a expansão e o aprimoramento de suas atividades-fim.

Tal tipologia permitiu uma melhor análise desses Compromissos, de acordo com suas características próprias. Deste modo, os Compromissos de Gestão e de custeio finalístico podem ser facilmente identificados e, por suas especificidades, terem a definição de metas facultada, já que, geralmente, trazem apenas a necessária manutenção do serviço ou do produto público.

Para refinamento do componente Meta, outros elementos foram solicitados para o preenchimento pelas Secretarias e Órgãos, desde o momento da elaboração do PPA e não mais no processo de monitoramento, como ocorrera nos Planos Plurianuais anteriores, ainda que esse conteúdo adicional não faça parte da Lei do PPA.

As iniciativas são elementos do PPA que estão associados aos Compromissos e demonstram as ações a serem empreendidas pela Administração Estadual que propiciem o alcance das Metas. Assim, as iniciativas no PPA 2020-2023 passaram a indicar as intervenções necessárias ao contexto do Compromisso, tendo caráter mais tático que operacional.

No que se refere aos Indicadores, constatou-se a necessidade de reposicionamento acerca do modelo conceitual do PPA, reafirmação do papel do Indicador para a aferição do alcance do resul-

tado do Programa, sendo que para isto se restaurou o conceito do atributo “Ementa” do Programa para expressar os resultados a serem alcançados. A atuação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) no Sepege, e em especial a definição de sua participação integral na construção dos Programas, elaborando e validando os Indicadores de programas, em articulação com as setoriais e sob a coordenação da Seplan, foi de grande relevância para a qualificação do referido componente.

Destaca-se que a elaboração dos indicadores do PPA 2020-2023 contou com participação efetiva das setoriais, durante as rodadas das mesas programáticas, uma vez que estas são as detentoras do conhecimento especializado em cada área da política pública, sob a coordenação da Seplan. Para uma melhor construção dos indicadores de programa, além de garantir participação efetiva das Setoriais, foram relacionados novos atributos para trazer maior consistência às informações aferidas. Dentre eles, destacam-se: Valor de Referência; Polaridade; Unidade Responsável; Valor Apurado; Descrição Complementar; Notas Explicativas; Associações programáticas; Limitações; Possibilidade de Desagregação.

De acordo com a metodologia estabelecida, as Metas aferem o desempenho de cada um dos Compromissos a elas associadas, ou seja, expressam o resultado do esforço empreendido pelo Estado. No PPA 2020-2023, as Metas assumiram atributos de Indicadores, de modo que sejam mais bem definidas e monitoradas.

Os novos atributos são: Forma de Apuração; Valor e Ano de Referência; Fonte de Informação; Unidade Setorial de Planejamento Responsável (USP); Público; Quantidade do Público.

Finalmente, mas não menos importante, vale destacar todo o percurso proporcionado pelas trilhas de aprendizagem concebidas pelas formações específicas do Plano Mestre de Capacitação, que ocorrem desde 2017, para os diversos públicos que atuam no Estado e que, certamente, contribuiu para uma melhor atuação das equipes técnicas que participaram do processo de elaboração do PPA 2020-2023.

2.3 Participação da sociedade na elaboração do PPA 2020-2023

O envolvimento da sociedade na elaboração do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 do Estado da Bahia é uma realidade, haja vista que ele é o quarto Plano consecutivo elaborado com a participação da sociedade por meio de Escuta Social. Nesse sentido, a SEPLAN realizou oitivas, conduzidas por técnicos da Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN), contemplando os 27 Territórios de Identidade⁴.

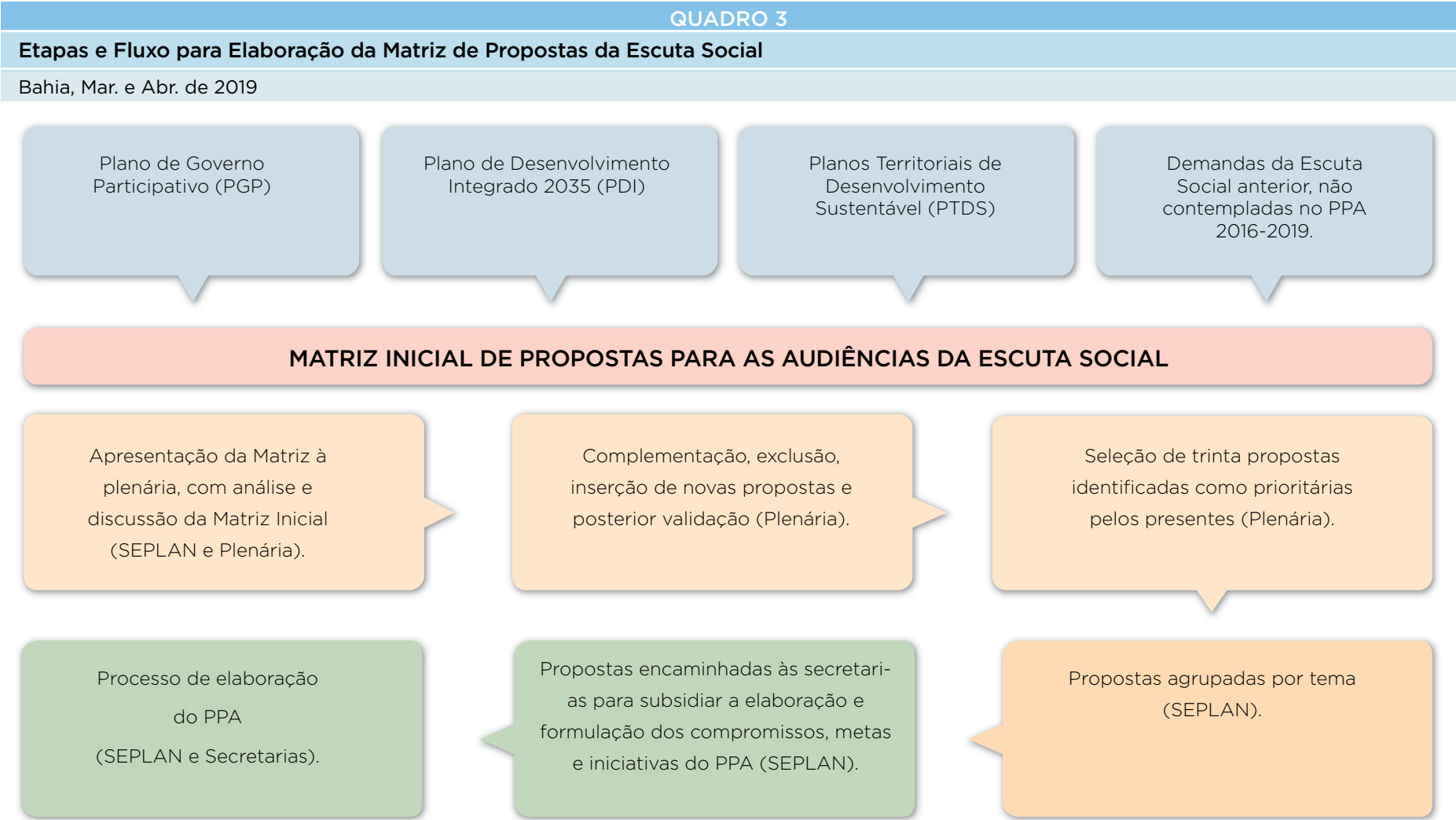
A metodologia adotada para a Escuta Social realizada em 2019, aconteceu de forma integrada e complementar ao processo de

elaboração do PPA 2020-2023, com estratégias de sensibilização e mobilização para o envolvimento dos diversos atores da sociedade, bem como do poder público nas suas diversas esferas. A escuta do PPA em vigor aconteceu nos meses de fevereiro e março de 2019, antecedendo ao início do processo de elaboração do referido Plano.

2.3.1 Operacionalização da Escuta Social

A operacionalização da Escuta Social se consistiu na construção de uma Matriz de Propostas da Escuta Social (Quadro 1), para cada Território de Identidade, associada às ações e diretrizes definidas no Plano de Governo Participativo (PGP); Plano de Desenvolvimento Integrado 2035 (PDI); nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS); e demandas oriundas da Escuta do PPA 2016-2019 não contempladas. Posteriormente à construção da Matriz, ela foi apresentada, analisada e discutida durante as plenárias nos Territórios de Identidade, quando algumas propostas foram mantidas, outras excluídas e complementadas e, quando, também, foram incluídas novas demandas. Após a validação das propostas, a plenária selecionou, por meio de votação, 30 propostas consideradas prioritárias, que representavam os anseios e as necessidades da maioria. Em seguida, a SEPLAN classificou as demandas por Eixo Temático (Quadro 3) e encaminhou às secretarias como subsídio à elaboração do atual PPA.

4 - Regionalização adotada como parâmetro de Unidade de Planejamento na Bahia.

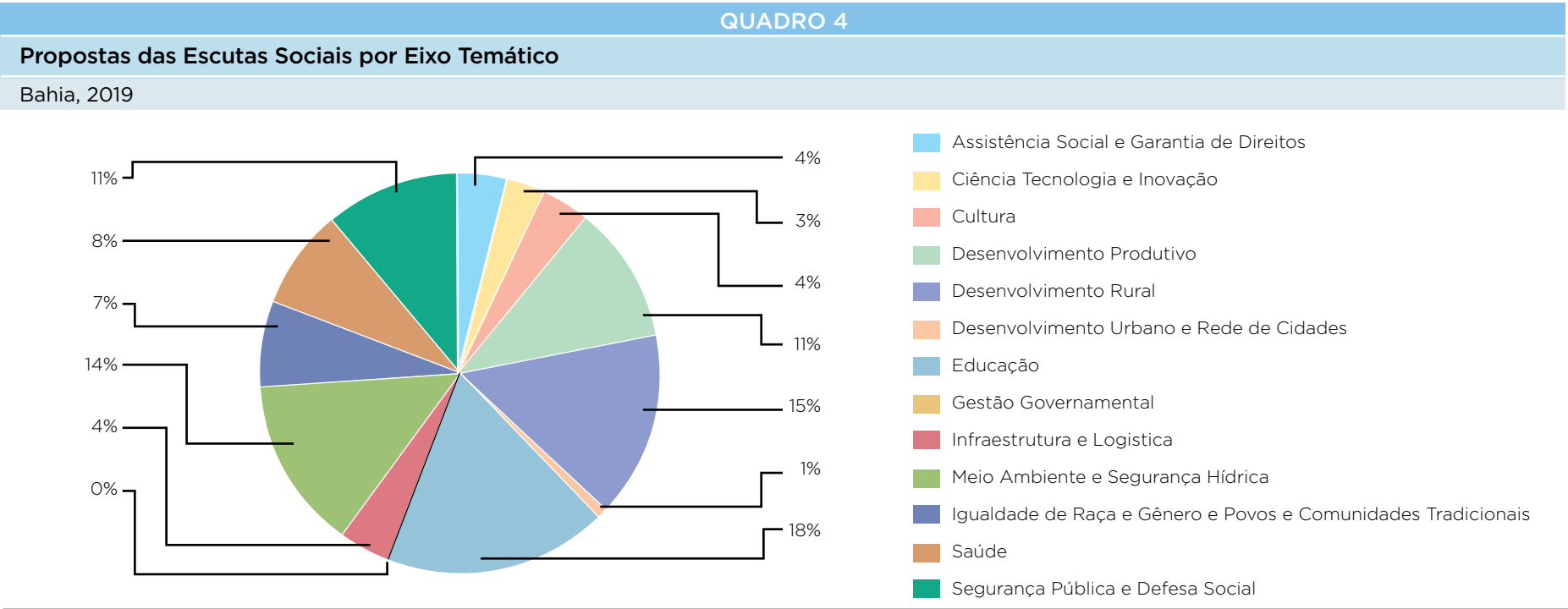


Fonte: DPT/SPE/Seplan

Considerando as etapas e o fluxo das atividades integrantes do Processo da Escuta Social, que envolveu cerca de 2.500 pessoas (sociedade e poder público) nos 27 Territórios de Identidade, pode-se afirmar que a escuta cumpriu o seu objetivo, conferindo um caráter democrático ao PPA 2020-2023, com a priorização de 860 propostas, que subsidiaram a formulação de seus compromissos, metas e iniciativas.

2.3.2 Gestão das propostas da Escuta Social

No intuito de aperfeiçoar a gestão das propostas territoriais, bem como as devolutivas aos Colegiados Territoriais e, também, aos órgãos de controle, foram desenvolvidas algumas iniciativas. Dentre elas, está a criação de um subprocesso do Processo de Gestão do PPA, denominado de Participação Social no Planejamento, que



Fonte: DPT/SPE/Seplan

permitirá o acompanhamento da execução das propostas da Escuta Social por meio das práticas de Monitoramento e Avaliação do Ciclo de Políticas Públicas do Estado.

Outra iniciativa importante para qualificar a gestão das propostas da Escuta Social foi a criação de novas rotinas e funcionalidades no Sistema Integrado de Planejamento Contabilidade e Finanças do Estado (FIPLAN), destacando-se aquelas de rastreamento e acompanhamento da execução das ações orçamentárias que

compõem o rol de projetos e atividades do Estado refletindo a execução de cada proposta advinda dos Territórios de Identidade.

É mister salientar que o esforço empregado pela SEPLAN, ao longo dos últimos 12 anos, no sentido de promover a participação social nas fases de planejamento e de gestão da política pública, vem se aperfeiçoando ano a ano, garantindo a transparência das ações governamentais e, conseqüentemente, o controle social na execução das políticas públicas. ✓

Capítulo 2 **INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E
PERSPECTIVAS DO ESTADO DA BAHIA**

Capítulo 2

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E PERSPECTIVAS DO ESTADO DA BAHIA

Em 2020, o Governo da Bahia enfrentou, possivelmente, o seu maior desafio: dar continuidade às políticas públicas no contexto da pandemia do Covid-19 cujos efeitos são dotados de extrema complexidade sob um ponto de vista não apenas sanitário, mas também econômico, social e cultural. As medidas que foram adotadas no sentido de controlar a propagação do vírus no território baiano no interesse coletivo de preservar a saúde da população, produziram externalidades negativas sobre as atividades econômicas e a arrecadação do estado.

As incertezas e os efeitos da pandemia persistirão pelos próximos meses, talvez, anos, e exigirá da administração pública uma atuação que vise conciliar a busca do interesse coletivo de preservação da saúde da população com a necessidade de manutenção

dos meios de geração da renda e do emprego, indispensáveis para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Apesar dos efeitos econômicos trazidos pela pandemia de Covid-19 sobre a arrecadação tributária, e graças ao equilíbrio fiscal que vem sendo preservado com muito esforço, o Governo do Estado manteve volume expressivo de investimentos com recursos majoritariamente próprios.

O equilíbrio é baseado em controle do gasto, modernização tecnológica do Fisco baiano e combate à sonegação. Pautado em estratégias para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o orçamento para investimentos públicos da Bahia somou R\$ 1,45 bilhão realizado até outubro de 2020, com base nos dados da Secretaria da Fazenda.

O governo destinou recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população, com investimentos na capital e no interior, destacando-se a diversificação e integração da matriz de transportes, com ênfase no modal rodoviário da mobilidade na Região Metropolitana de Salvador focada na implantação de corredores estruturantes; na ampliação da cobertura dos serviços integrados de esgotamento sanitário; na implantação de obras de segurança hídrica que minimizam os efeitos da seca. E em especial, fortaleceu o sistema de saúde, criando uma infraestrutura hospitalar que se mostrou fundamental para a bem-sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia de Covid-19 a partir de março deste ano.

1 CENÁRIO MACROECONÔMICO INTERNACIONAL

No início do ano o quadro econômico favorável que se desenhava para os países desenvolvidos, foi interrompido pela extensão da epidemia do Covid-19. As principais economias do mundo apresentaram, no primeiro trimestre de 2020, taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) negativas, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O PIB da organização, formada pelas 37 maiores economias do mundo, caiu 1,8% no primeiro trimestre deste ano em relação ao

último trimestre de 2019¹. Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, o PIB dos países da OCDE caiu 0,8%.

A economia mundial entrou, no segundo trimestre de 2020, profundamente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais indicadores econômicos mostravam quedas recordes. Para evitar uma grave crise social, diante da elevação muito rápida da taxa de desemprego, vários países do mundo reagiram, por meio de políticas fiscal e monetária, com trilhões de dólares de apoio, para impedir o colapso do mercado financeiro, e manter os trabalhadores em licença e proteger as empresas da falência, evitando uma catástrofe econômica.

Mesmo com essas iniciativas, as principais economias do mundo, como Estados Unidos, Japão, Alemanha e Reino Unido, registraram, no segundo trimestre, quedas expressivas no Produto Interno Bruto (PIB). A crise sanitária derrubou as economias de praticamente todos os países no segundo trimestre de 2020, excetuando a China, que cresceu 3,2% em relação a 2019. As quedas variam de 3% a 20%. Na média, a queda foi de 9,5%.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê, por meio do World Economic Outlook, que a retração da economia global será me-

1 - ORGANISATION For Economic Co-operation and Development. Gross domestic product (GDP) (indicator). Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/gross-domestic-product-gdp/indicator/english_dc2f7aec-en. Acesso em: 20 nov. 2020.

nor do que se projetava em junho, com resultados, no segundo trimestre, com resultados melhores do que se esperava, mas a retomada será “longa, desigual e incerta”². Nesse cenário, em que as economias enfrentam dificuldades para retomar os níveis pré-pandemia, a estimativa, agora, é de queda de 4,4% do PIB global neste ano, e não mais de 5,2%.

Para 2021, o FMI projeta um crescimento de 5,2% da economia mundial, ligeiramente abaixo dos 5,4% esperados antes. Com o crescimento projetado, o PIB mundial em 2021 estará 0,6 ponto percentual acima do nível de 2019. O FMI defende que os governos aumentem a progressividade de suas cargas tributárias como uma forma de lidar com o crescimento do endividamento público, resultado das medidas de resposta à pandemia do coronavírus. O Fundo também alerta para o crescimento da pobreza extrema e da desigualdade no pós-pandemia.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cresceu 9,0% no terceiro trimestre de 2020, na comparação trimestral, depois de ter contraído 9,8% entre abril e junho. A atividade econômica, contudo, ainda permanece 4,3% abaixo do nível

anterior à pandemia de Covid-19, de acordo com um relatório publicado pela OCDE³.

Entre as sete maiores economias do mundo, a França registrou a maior alta do PIB entre julho e setembro, 18,2%, após uma retração de 13,7%. Em outras partes da Europa, o crescimento da economia no terceiro trimestre foi de 16,1% na Itália, de 15,5% no Reino Unido e de 8,2% na Alemanha, ressalta o documento. Na zona do euro e na União Europeia (UE), os avanços foram de 12,6% e 11,6%, respectivamente.

A economia dos Estados Unidos cresceu 33,1% no terceiro trimestre deste ano em relação ao segundo trimestre, em dados anuais, divulgados pelo escritório oficial de estatísticas (BEA) do Departamento do Trabalho do país⁴. É a maior alta da série histórica do indicador.

A forte expansão no terceiro trimestre vem sobre uma base fraca, mas aponta para uma retomada após a queda de 31,4% no segundo trimestre, conforme a pandemia atingia fortemente os gastos das famílias e das empresas, tornando a maior retração econômica desde a Grande Depressão no início do século passado.

2 - WORLD Economic Outlook: A Long and Difficult Ascent: IMF, out. 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

3 - ORGANISATION For Economic Co-operation and Development. Oecd Economic Outlook. Paris: OECD, v. 2 December 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1787/39a88ab1-en> Acesso em: 01 dez. 2020.

4 - BUREAU of Economic Analysis. Produto interno bruto, terceiro trimestre de 2020 (segunda estimativa), lucros corporativos, terceiro trimestre de 2020 (estimativa preliminar). BEA. Disponível em: <https://www.bea.gov/news/blog/2020-11-25/gross-domestic-product-third-quarter-2020-second-estimate-corporate-profits>. Acesso em: 25 nov. 2020.

“ Entre as sete maiores economias do mundo, a França registrou a maior alta do PIB entre julho e setembro, 18,2%, após uma retração de 13,7%. ”

De acordo com o BEA, a alta do PIB no terceiro trimestre reflete os esforços continuados para reabrir os negócios e retomar as atividades que foram adiadas ou restringidas devido à pandemia de Covid-19. O crescimento projetado pelo FMI para a economia norte-americana é de -4,8% em 2019 e de 4,1% em 2021.

A recessão global causada pelo Covid-19 tende a acelerar o deslocamento do dinamismo da economia mundial para a Ásia. Com a China à frente, um melhor controle da pandemia já começa a resultar numa retomada mais rápida e vigorosa do que em outras regiões.

Além da China, Vietnã, Taiwan e Coreia do Sul são exemplos de países que terão desempenho econômico acima da média mundial, de acordo com projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵. O crescimento de 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB)

5 - WORLD Economic Outlook: A Long and Difficult Ascent: IMF, out. 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

chinês no terceiro trimestre, na comparação com igual período de 2019, reforçou esse cenário. A recuperação da China é marcada por medidas concentradas no crédito e no apoio às empresas, ao passo que a pandemia, segundo especialistas, parece contida.

Por sua vez, para a América Latina, que cresceu apenas 0,3% em 2019, o FMI aponta uma retração significativa de 7,3% em 2020 e avanço de 3,9% em 2021. A atividade desacelerou fortemente devido à pandemia, principalmente nos países que têm no setor de serviços e no turismo suas principais atividades econômicas.

Na Argentina, em razão da ausência de confiança e da moratória da dívida externa no primeiro semestre, que causou restrições de financiamento externo, a economia deverá apresentar forte contração em 2020, com expectativa de queda no PIB acima de 10%. As previsões do PIB chileno também não são otimistas com retração de 5,6% após o fraco desempenho das exportações no primeiro semestre do ano. E a profunda crise humanitária e a implosão econômica na Venezuela continuam a apresentar um impacto devastador, devendo a economia local cair significativamente em 2020.

O Banco de Desenvolvimento da América Latina (conhecido pela sigla CAF)⁶ prevê uma nova “década perdida” na região

6 - RIQUEZA per capita de 2015 só volta à América Latina daqui a 5 anos, diz CAF. Disponível em: <https://abolbrasil.org.br/posts/riqueza-per-capita-de-2015-so-volta-a-america-latina-daqui-a-5-anos-diz-caf/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

como consequência da pandemia. A instituição projeta que apenas em 2025 o PIB per capita latino-americano voltará aos patamares verificados em 2015. Nesse ano, a estimativa é de uma contração de até 9% na economia regional – talvez um pouco menos graças ao desempenho acima do esperado no Brasil. Para 2021, o CAF acredita em um crescimento médio entre 4% e 5%.

As perspectivas sobre o crescimento econômico, com base em dados econômicos com bom histórico em antecipar o crescimento futuro, indicam que um sólido crescimento no terceiro trimestre na maioria dos países deverá ser seguido por uma expansão mais modesta no quarto trimestre em razão do agravamento da pandemia, ou seja, segunda onda, principalmente, na Europa e Estados Unidos, enquanto empresas, trabalhadores e governos se adaptam ao que poderá ser um longo período de incerteza sobre a evolução da pandemia e a disponibilidade efetiva e eficaz de uma vacina para todos.

A recessão causada pela pandemia durará mais em alguns países do que em outros e agravará as desigualdades, pois os mais pobres serão mais duramente atingidos pela crise do que nos países ricos. Pela primeira vez em vinte anos, as taxas de pobreza global aumentarão após a crise. Haverá, portanto, diferenças consideráveis entre as economias, agravando o hiato entre ricos e pobres.

“ O Banco de Desenvolvimento da América Latina (conhecido pela sigla CAF) prevê uma nova “década perdida” na região como consequência da pandemia. A instituição projeta que apenas em 2025 o PIB per capita latino-americano voltará aos patamares verificados em 2015. ”

Além deste efeito perverso, para a OCDE, as economias avançadas encerrarão o ano com as taxas de desemprego maiores do que em qualquer outro período desde a Crise de 1929 e só voltarão a seus níveis pré-pandemia em 2022. A OCDE advertiu contra a suspensão prematura de medidas de emergência, criadas para sustentar o emprego, e disse que os governos devem lançar novos programas para estimular empresas a contratar trabalhadores, especialmente aqueles que estão ingressando no mercado.

Esse cenário pode mudar radicalmente caso as vacinas, em fase final de teste, sejam eficazes e sua disponibilidade e utilização pela população também sejam as mais rápidas possíveis com possibilidade de uso a partir do primeiro trimestre de 2021. Com isso, a circulação de pessoas se elevará exponencialmente com impactos consideráveis, principalmente nos setores que mais sofreram com a pandemia, como turismo, comércio e transportes evitando uma catástrofe econômica de consequências imprevisíveis.

2 CONTEXTO NACIONAL

Com base nos dados trimestrais do IBGE⁷, o PIB nacional atingiu a cifra de R\$ 1,891 trilhão em valores correntes no terceiro trimestre do ano, correspondente a uma taxa negativa de 3,9% em relação ao mesmo trimestre de 2019. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a variação foi negativa em 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano passado, esse indicador havia registrado aumento de 1,3% nessa mesma base de comparação. No acumulado dos últimos quatro trimestres, a atividade econômica recuou 3,4% contra o resultado de 1,4% no mesmo período relativo a 2019.

7 - CONTAS Nacionais Trimestrais. Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes, Jul.-Set. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_3tri.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias obteve o terceiro resultado trimestral negativo (-6,0%), que pode de ser explicado, em grande parte, pelo comportamento do consumo de serviços. No acumulado do ano, esse indicador recuou 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a formação bruta de capital fixo reduziu 7,8% no terceiro trimestre e 5,5% no acumulado do ano. A magnitude deste recuo é justificada pelo aperto das condições financeiras diante do elevado nível de incertezas e pela queda na produção e na importação de bens de capital, assim como pela queda na construção.

A despesa de consumo do governo apresentou variação negativa de 5,3% no terceiro trimestre e de -4,9% no acumulado do ano até terceiro trimestre na comparação com o mesmo período do ano anterior. No setor externo, as exportações de bens e serviços caíram 1,1% no terceiro trimestre e as importações recuaram 25,0% no mesmo período. No acumulado do ano, as importações recuaram 12,3% e as exportações apresentaram queda de 0,9%. Houve recuo, no lado das exportações nacionais, principalmente, de máquinas e equipamentos; outros equipamentos de transporte; veículos automotores; metalurgia; além dos serviços. As importações recuaram principalmente nos segmentos de veículos automotores; derivados de petróleo; máquinas e equipamentos; outros equipamentos de transportes; e serviços.

Pela análise da oferta, o setor Agropecuário apresentou variação positiva de 2,4% no acumulado do ano em relação a igual período de 2019. O resultado é influenciado pelo bom desempenho da safra de grãos, estimada em 252,0 milhões de toneladas, que corresponde a um aumento de 4,4% em relação à safra 2019⁸.

A indústria registrou variação negativa de 5,1% na mesma base de comparação. As atividades da indústria que registraram resultado negativo foram Indústrias de transformação (-7,4%), Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,0%) e Construção (-7,8%). A Indústria extrativa (4,3%) registrou variação positiva. O setor de Serviços apresentou taxa negativa de crescimento de 5,3% no acumulado do ano, influenciado pelos resultados dos segmentos de Outras atividades de serviços (-13,0%), Transporte, armazenagem e correio (-10,9%), Comércio (-5,0%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade (-5,0%), Informação e comunicação (-1,2%). Por sua vez, os resultados positivos ficaram por conta de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,3%) e Atividades imobiliárias (2,2%).

Ainda de acordo com o IBGE, analisando os indicadores mensais por setores econômicos, observa-se retração da produção física da indústria a uma taxa de 7,2% no acumulado de janeiro a setembro na comparação com mesmo período do ano anterior, de

8 - LEVANTAMENTO Sistemático da Produção Agrícola. Estatística da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2020_out.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

acordo com a Pesquisa Mensal da Indústria⁹, refletindo, principalmente, os efeitos do isolamento social, que afetou o processo de produção em várias unidades produtivas no país. No acumulado dos últimos doze meses, o indicador também registrou recuo a uma taxa de -5,5%, assinalando redução na intensidade de perda frente ao resultado de agosto (-5,7%).

Entre as grandes categorias econômicas, o menor dinamismo foi do segmento de bens de consumo duráveis (-26,7%) seguido pelo de bens de capital (-17,9%), pressionados, em grande parte, pela redução na fabricação de automóveis (-42,8%), na primeira; e de bens de capital para equipamentos de transporte (-32,3%) e para fins industriais (-12,0%), na segunda. Já os segmentos de bens de consumo semi e não-duráveis (-7,6%) e de bens intermediários (-3,1%), pressionados, em grande medida, pela redução na fabricação de bens de consumo semiduráveis (-25,8%), no primeiro, e de peças e acessórios para equipamentos de transporte (31,5%), no segundo.

O volume de vendas do comércio varejista ampliado nacional registrou retração de 3,6% no acumulado até setembro, conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio¹⁰. As vendas de Veículos, motos, partes e peças acumularam variação de -1,5% no período.

9 - PESQUISA Industrial Mensal: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2020_set.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

10 - PESQUISA Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2020_set.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

“ Pela análise da oferta, o setor Agropecuário apresentou variação positiva de 2,4% no acumulado do ano em relação a igual período de 2019. O resultado é influenciado pelo bom desempenho da safra de grãos, estimada em 252,0 milhões de toneladas, que corresponde a um aumento de 4,4% em relação à safra 2019. ”

Quanto ao segmento de Material de construção, a variação para o volume de vendas foi de 7,9% nos nove primeiros meses.

O volume de vendas do comércio apresentou forte queda, principalmente pela redução das vendas de veículos. No acumulado do ano até setembro, o comércio varejista apresentou estabilidade, em termos de volume de vendas. O volume comercializado pelo setor de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registrou crescimento de 5,5% no período. O desempenho da atividade varejista vem sendo sustentada pelo au-

xílio emergencial, pela reabertura das lojas físicas e pelo avanço do comércio eletrônico.

O aumento da renda domiciliar, principalmente de baixa renda, proporcionado pelo auxílio emergencial, também contribuiu para o desempenho do setor de Móveis e eletrodomésticos e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, que cresceram às taxas, respectivamente, de 9,4% e 6,5% nas vendas de janeiro a setembro. Além do auxílio emergencial, esses segmentos beneficiaram-se da reabertura das lojas físicas a partir de maio. Por seu turno, o setor de Combustíveis e lubrificantes apresentou retração de 11,0% no período. A menor circulação de pessoas durante a pandemia reduziu a demanda por combustíveis impedindo um avanço do setor.

O volume de serviços não-financeiros do país registrou retração de 8,8% na taxa acumulada até setembro, conforme dados apresentados pela Pesquisa Mensal de Serviços¹¹. Entre os setores, o setor de Serviços prestados às famílias (-38,6%) apresentou a principal influência negativa, pressionados, especialmente, pela queda nas receitas de restaurantes; hotéis; e de catering, bufê e outros serviços de comida preparada.

Vale lembrar que esse setor ainda apresenta lento ritmo de retomada de suas atividades, em função do caráter presencial da

¹¹ - PESQUISA Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2020_set.pdf >. Acesso em: 20 nov. 2020.

prestação de seus serviços. Outras contribuições negativas vieram dos segmentos de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-8,6%) e de Serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,8%). Com menor impacto tem-se os serviços de Informação e comunicação (-2,5%). Por sua vez, a única contribuição positiva para o indicador veio de Outros serviços (6,1%), impulsionado, em grande medida, pelo aumento das receitas das empresas que atuam nos segmentos de corretoras de títulos, valores mobiliários e mercadorias; administração de bolsas e mercados de balcão organizados, entre outros.

No tocante ao mercado de trabalho brasileiro, a taxa de desocupação, no terceiro trimestre de 2020, foi de 14,6%. Esse resultado indicou alta de 2,8 pontos percentuais comparativamente ao verificado para o mesmo período de 2019 e de 1,3 ponto percentual na comparação com o trimestre imediatamente anterior, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹². O país possuía 14,092 milhões de desocupados no terceiro trimestre de 2020, o que significou 1,577 milhão de pessoas a mais nessa situação do que no mesmo período do ano passado.

No penúltimo trimestre de 2020, a população ocupada foi estimada em 82,464 milhões, aproximadamente 12,1% abaixo (ou

11,337 milhões a menos) do constatado no terceiro trimestre de 2019. Do total de ocupados, 66,5% eram empregados (incluindo empregados domésticos), 4,7% eram empregadores, 26,4% trabalhavam por conta própria e 2,4% se encontravam na condição de trabalhadores familiares auxiliares.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, foi estimado em R\$ 2.554. Este resultado apresentou estabilidade estatística em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 2.519) e alta de 8,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 2.359). A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, foi estimada em R\$ 205,305 bilhões, registrando estabilidade em relação ao trimestre anterior (R\$ 205,102 bilhões) e queda de 4,9% frente ao terceiro trimestre de 2019 (R\$ 215,986 bilhões).

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)¹³ apontaram queda de 171.139 postos de trabalho no país de janeiro a outubro deste ano. O resultado representou uma variação negativa de 0,44% em relação ao estoque de empregos formais existentes no primeiro dia do ano. Em termos

12 - PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2020. 3º trimestre. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_3tri.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

13 - BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília: ME, out. 2020. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

“ (...) os programas governamentais de recomposição de renda promoveram uma retomada relativamente forte do consumo de bens duráveis e do investimento. ”

setoriais, apenas dois dos cinco grandes grupamentos de atividades econômicas apresentaram saldo negativo no acumulado até o mês de outubro: Serviços (-268.049 postos) e Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-231.245 postos). Os demais setores exibiram saldo positivo no mencionado período: Construção (+138.409 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+102.911 postos) e Indústria geral (+86.991 postos).

No que se refere à inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)¹⁴ registrou variação de 2,22% no acumulado do ano até outubro, e seguiu trajetória de alta no período recente. No acumulado dos últimos doze meses, o índice atingiu 3,92%. A aceleração dos preços dos alimentos e dos demais bens de con-

sumo, associada aos efeitos da desvalorização cambial e alta dos preços das *commodities* contribuem para explicar a elevação dos níveis do índice de inflação ao consumidor.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BACEN) projetou a variação do IPCA em 3,0% em 2020; 3,1% em 2021 e 3,5% em 2022. Em linhas gerais, o comunicado do Comitê relativo ao mês de outubro, o penúltimo do ano, sugere recuperação desigual da atividade econômica. O documento destacou que os programas governamentais de recomposição de renda promoveram uma retomada relativamente forte do consumo de bens duráveis e do investimento. Por outro lado, demonstrava cautela com as atividades do setor de serviços, sobretudo aquelas mais afetadas pelo distanciamento social, e com os riscos que a evolução da pandemia pode implicar num cenário doméstico de retomada ainda mais gradual da economia¹⁵.

O Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 2,0% a.a. Essa decisão reflete o cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui os anos-calendário de 2021 e 2022. E, também, avalia que continuar no processo de reformas e ajustes

14 - SISTEMA Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. IPCA e INPC. Rio de Janeiro: INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, out. 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2020_out.pdf >. Acesso em: 20 nov. 2020.

15 - BANCO Central do Brasil. Ata da 234ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil. Brasília: Bacen, 2020. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomom> >. Acesso em: 23 nov. 2020.

necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia.

No setor externo, a conta de transações correntes foi superavitária em US\$ 1,5 bilhão em outubro, comparativamente ao saldo negativo de US\$ 8,1 bilhões ocorrido no mês correspondente de 2019¹⁶. A reversão de sinal foi influenciada pelo aumento do superávit comercial, favorecido pela demanda robusta por *commodities*, assim como a diminuição dos gastos com viagens e de remessas de lucros ao exterior.

O déficit em transações correntes somou US\$ 15,3 bilhões (1,04% do PIB) nos 12 meses encerrados em outubro, ante o déficit de US\$ 24,9 bilhões (1,64% do PIB) no período equivalente terminado em setembro. No acumulado do ano, as exportações recuaram 7,8% e as importações, 15,1%, na ordem, resultando em superávit comercial de US\$ 41,5 bilhões, acima dos US\$ 32,5 bilhões observados no mesmo período de 2019. Na conta financeira, houve fluxo de US\$ 1,8 bilhão de investimentos diretos no país, acumulando US\$ 30 bilhões no ano, além do aumento de ingressos de investimentos em ações e renda fixa.

Na área fiscal, o déficit primário acumulado no ano do setor público, até outubro, consolidado atingiu R\$ 633,0 bilhões, ante défi-

cit de R\$ 33,0 bilhões no mesmo período de 2019. No acumulado em doze meses, o déficit primário atingiu R\$ 661,8 bilhões (9,13% do PIB). Os juros nominais atingiram R\$349,2 bilhões (4,82% do PIB), nos últimos doze meses, comparativamente a R\$366,5 bilhões (5,10% do PIB) no acumulado até outubro do ano anterior. Já o déficit nominal alcançou R\$1.011,0 bilhões (13,95% do PIB) no acumulado em doze meses, elevando-se 0,22 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado até setembro.

Quanto ao endividamento público, no ano, a relação DLSP/PIB elevou-se 5,5 p.p., evolução decorrente, em especial, do déficit primário acumulado (aumento de 8,7 p.p.), dos juros nominais apropriados (aumento de 4,0 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada de 43,2% (redução de 6,5 p.p.), e do ajuste da paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,7 p.p.)¹⁷.

3 INDICADORES ECONÔMICOS DA BAHIA

3.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)¹⁸, apresentou

16 - BANCO Central do Brasil. Estatísticas do setor externo: nota para imprensa. 23 out. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>. Acesso em: 23 nov. 2020.

17 - BANCO Central do Brasil. Estatísticas fiscais: nota para imprensa: 30 out. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 23 nov. 2020.

18 - INFORMATIVO PIB Trimestral. Salvador: SEI, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2020_3.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.

taxa de crescimento negativa neste ano, após crescer a uma taxa de 1,2%, em 2019. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana caiu 4,0% (Tabela 1). A Agropecuária cresceu 14,2%, a Indústria registrou aumento de apenas 0,4%, enquanto os Serviços recuaram 7,1%.

A Agropecuária cresceu graças ao bom desempenho das lavouras temporárias. Este resultado explica-se, principalmente, pelo crescimento da produção e ganho de produtividade da atividade Agricultura, que suplantou o fraco desempenho da Pecuária e da Pesca. Destaca-se o crescimento nas estimativas anuais de produção da soja (14,3%), milho (49,3%), cana-de-açúcar (22,4%) e cacau (12,4%).

A crise sanitária e a fraca demanda externa, por sua vez, prejudicou o crescimento da produção industrial, especialmente da indústria da transformação. As Indústrias de transformação apresentaram queda de 2,2%. A Construção recuou 1,3%, corroborada pela queda da ocupação nessa atividade. As Indústrias extrativas declinaram 11,2%, puxadas pelo recuo da extração de petróleo e gás. A atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, por sua vez, cresceu 4,6%, incentivada pelo aumento da geração de energia elétrica no estado em 23,0%, destacando-se os crescimentos das energias hidráulica (71,2%), fotovoltaica (23,0%) e eólica (0,3%)¹⁹

19 - OPERADOR Nacional do Sistema Elétrico. Boletim mensal de geração por estado. Brasília: ONS, set. 2020. Disponível em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx. Acesso em: 04 dez. 2020.

nos primeiros nove meses do ano. A energia térmica reduziu em 19,2% no mesmo período.

O setor de Serviços, com retração de 7,1%, foi o mais penalizado pelas medidas de distanciamento social, dado o caráter de

TABELA 1

Produto Interno Bruto e Valor Adicionado

Bahia, Jan.-Set./2020

Atividade	%
Agropecuária	14.2
Indústria	0.4
Indústria de transformação	-2.2
Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	4.6
Extrativa mineral	-11.2
Construção civil	-1.3
Serviços	-7.1
Comércio	-7.5
Transportes	-9.7
Atividades imobiliárias	-0.4
Administração pública (APU)	-1.7
Valor Adicionado básico	-4.2
Imposto sobre o produto	-2.7
PIB	-4.0

Fonte: SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a revisão.

“ No setor externo, a conta de transações correntes foi superavitária em US\$ 1,5 bilhão em outubro, comparativamente ao saldo negativo de US\$ 8,1 bilhões ocorrido no mês correspondente de 2019. A reversão de sinal foi influenciada pelo aumento do superávit comercial, favorecido pela demanda robusta por *commodities*, assim como a diminuição dos gastos com viagens e de remessas de lucros ao exterior. ”

proximidade das atividades oferecidas pelo setor, especialmente as atividades direcionadas às famílias e as atividades ligadas ao turismo. Destaque para a queda de Transporte, armazenagem e correio (-9,7%). Também houve retração em Administração, defe-

sa, saúde e educação públicas e seguridade social (-1,7%), Comércio (-7,5%) e Atividades imobiliárias (-0,4%).

3.2 Atividade Agrícola

Os impactos da pandemia sobre o setor primário tiveram reflexos variados conforme as características e especificidades das atividades e seus respectivos produtos. Dentre os segmentos inicialmente mais afetados, em razão das medidas sanitárias adotadas visando ao enfrentamento da crise sanitária, destacam-se a pecuária leiteira e de corte, a horticultura e a floricultura.

O consumo de carne, queijo e outros derivados de leite recuaram no início da pandemia em função da queda do poder aquisitivo das famílias, bem como das restrições de consumo devido ao fechamento de hotéis, bares, restaurantes e lanchonetes, os chamados *food services*. O bom desempenho agregado do setor, portanto, conforme será analisado mais adiante, deve ser ponderado pelas dificuldades encontradas por segmentos do setor diante dos choques de oferta e demanda provocados pela pandemia.

Os melhores resultados foram efetivamente apresentados pelas *commodities*, que se beneficiaram das condições climáticas e de mercado amplamente favoráveis ao escoamento da produção, sobretudo pelas fortes aquisições chinesas de grãos e proteínas animais a partir do mês de abril. A soja, o algodão, o milho, o arroz e as carnes – bo-

vina, suína e de frango tiveram fluxo regular para os mercados externos, observando-se alta expressiva em termos do volume escoado na comparação com 2019. De todo modo, as dificuldades iniciais não impediram que o setor agropecuário mantivesse, no geral, sem grandes prejuízos, a capacidade de abastecimento e escoamento de seus produtos no âmbito dos mercados interno e externo.

Na Bahia, a safra de grãos teve o melhor desempenho de sua série histórica em 2020, segundo as estimativas oficiais, como resultado da confiança dos produtores e das condições climáticas favoráveis. Na avaliação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foram colhidos pouco mais de 10 milhões de toneladas²⁰ no ciclo 2019/2020, o que representou crescimento de 20,6% em relação ao ciclo 2018/2019 – numa área de 3,1 milhões de hectares plantados. Pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, a produção anual de grãos²¹ está estimada em 9,9 milhões de toneladas, correspondendo a uma expansão de 19,7%, na comparação com 2019. Em relação à área plantada, o IBGE projetou uma ligeira retração de 0,8% na comparação anual, registrando também um total de 3,1 milhões de hectares²².

20 - ACOMPANHAMENTO da Safra Brasileira de Grãos: safra 2019/20. Brasília: CONAB, v. 7, n. 12, set. 2020. Décimo segundo levantamento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 15 out. 2020.

21 - Cereais, oleaginosas e leguminosas: algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

22 - ACOMPANHAMENTO da Safra Baiana. Salvador: SEI, nov. 2020. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_nov_2020.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

“ Os melhores resultados foram efetivamente apresentados pelas *commodities*, que se beneficiaram das condições climáticas e de mercado amplamente favoráveis ao escoamento da produção, sobretudo pelas fortes aquisições chinesas de grãos e proteínas animais a partir do mês de abril. ”

Apesar do atraso no plantio da soja na região oeste do estado, devido à estiagem ocorrida nos meses de novembro e dezembro de 2019, a normalização do ciclo de chuvas favoreceu o desenvolvimento e a produtividade da lavoura, que teve sua colheita finalizada em maio deste ano. Foram colhidas pouco mais de 6,0 milhões de toneladas, resultado apenas inferior ao da safra 2017/2018, de acordo com a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba)²³.

23 - ASSOCIAÇÃO de Agricultores e Irrigantes da Bahia. Oeste da Bahia registra uma das melhores safras de grãos da história. Barreiras, 29 maio 2020. Disponível em: <https://aiba.org.br/noticias/oeste-da-bahia-registra-uma-das-melhores-safras-de-graos-da-historia/#.X1eKiueSnIU>. Acesso em: 20 jun. 2020.

O IBGE e a Conab também convergiram para o expressivo resultado da soja baiana no período (Tabela 2). A área colhida ficou em torno de 1,6 milhão de hectares no ciclo atual. Por recomendação

da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), o vazio sanitário nas áreas produtoras teve início em 1º de julho estendendo-se até 07 de outubro.

TABELA 2

Estimativa de Produção Física, Áreas Plantada e Colhida e Rendimentos dos Principais Produtos Agrícolas

Bahia, 2019/2020

Produtos/Safras	Produção Física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) ⁽³⁾		
	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽²⁾	Var. (%)	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽²⁾	Var. (%)	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽²⁾	Var. (%)	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽²⁾	Var. (%)
Mandioca	963	963	0,0	133	133	0,0	107	107	0,0	9.000	9.000	0,0
Cana-de-açúcar	4.206	5.150	22,4	61	75	23,0	61	75	23,0	68.951	68.667	-0,4
Cacau	105	118	12,4	450	450	0,0	420	425	1,2	250	278	11,1
Café	181	246	36,3	113	125	9,9	101	113	11,9	1.796	2.187	21,8
Grãos ¹	8.284	9.913	19,7	3.130	3.109	-0,7	3.130	3.109	-0,7	2.646	3.189	20,5
Algodão	1.494	1.475	-1,3	332	315	-5,1	332	315	-5,1	4.500	4.683	4,1
Feijão	290	290	-0,1	465	424	-8,8	465	424	-8,8	625	684	9,6
Milho	1.642	2.450	49,3	593	614	3,4	593	614	3,4	2.767	3.994	44,3
Soja	5.309	6.070	14,3	1.580	1.621	2,6	1.580	1.621	2,6	3.360	3.746	11,5
Sorgo	70	146	110,2	105	80	-23,7	105	80	-23,7	661	1.823	175,7
Outros ¹	61	57	-7,4	54	56	2,1	54	56	2,1	1.126	1.021	-9,3
TOTAL	-	-	-	3.887	3.892	0,1	3.819	3.829	0,3	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA.

Elaboração: CAC- SEI.

⁽¹⁾ LSPA/IBGE safra 2019.⁽²⁾ LSPA/IBGE previsão de safra (out. 2020).⁽³⁾ Rendimento = produção física/área colhida.¹ Inclui também amendoim (1ª e 2ª safras), mamona e trigo.

De acordo com a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa)²⁴, a colheita de algodão 2019/2020 obteve 1,5 milhão de toneladas (caroço e fibra), mesmo patamar do ciclo 2018/2019, quando foi alcançado o maior nível histórico de produção da *commodity* no estado. Eram ligeiramente inferiores, embora tenham permanecido as estimativas da Conab e do IBGE. Ambas calcularam uma safra em torno de 1,4 milhão de toneladas, representando ligeira queda em relação à colheita do ano anterior.

Para o estado como um todo, a safra estimada de milho ficou em torno de 2,4 milhões de toneladas, de acordo com as estatísticas oficiais. Somente na região oeste do estado, o volume local produzido, de acordo com a Aiba, foi de 1,5 milhão de toneladas, com produtividade média em torno de 165 sacas por hectare.

A produção do feijão, segundo o IBGE, alcançou 290 mil toneladas, mesmo patamar de 2019, com área plantada total de 456 mil hectares, sendo a principal contribuição obtida pela safra de inverno, com volume projetado de 154,2 mil toneladas, alta de 31,1% na comparação anual.

As projeções indicam uma produção de 963 mil toneladas de mandioca, mantendo-se estável em relação à safra passada. Para

24 - ASSOCIAÇÃO Baiana dos Produtores de Algodão. Bahia inicia colheita de algodão da safra 2019/2020. Luís Eduardo Magalhães, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://abapa.com.br/mais-noticias/bahia-inicia-colheita-de-algodao-da-safra-2019-2020/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE projetou produção de 5,1 milhões de toneladas, alta de 22,4% em relação à safra anterior. A produção de cacau de 118 mil toneladas representa alta de 12,4% na comparação com 2019.

A produção total de café alcançou 246 mil toneladas, sendo a safra do tipo arábica projetada em 120,5 mil toneladas – variação anual de 66,4% –, e a da canéfora, em 125,5 mil toneladas, correspondendo a uma expansão de 16,1% na comparação com 2019. Por sua vez, a produção de cebola deve encerrar o ciclo com alta de 3,9% em relação à colheita anterior, totalizando 302,4 mil toneladas.

Os resultados não se apresentam tão animadores para outras culturas permanentes e temporárias, sobretudo em segmentos da fruticultura, conforme pode ser observado na Tabela 2. As estimativas para as lavouras de banana (-18,3%), laranja (-0,7%) e uva (-38,8%), por exemplo, apresentaram recuo em relação à safra anterior. O tomate também deve sofrer uma retração de 12,5% sobre a colheita de 2019, com produção estimada em 241,2 mil toneladas em 2020.

3.3 Atividade industrial

A produção física da Indústria de transformação registrou, no período de janeiro a setembro de 2020, queda de 7,0%²⁵, com

25 - Pesquisa Industrial Mensal: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2020. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2020_set.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

mais da metade dos segmentos recuando no período (Tabela 3). A maioria das atividades industriais do estado foi fortemente afetada pela crise sanitária, principalmente aquelas ligadas aos bens de consumo duráveis, como, por exemplo, automóveis. Por sua vez, a indústria baiana apresentou dinâmica na produção de bens essenciais e garantiu o abastecimento do mercado durante a pandemia, destacando-se na produção de alimentos, materiais plásticos, celulose, papel, produtos químicos entre outras.

O desempenho negativo da Indústria de transformação decorreu da retração na produção física dos segmentos de Veículos automotores (-46,7%), Metalurgia (-37,7%), Couro, artigos para viagem e calçados (-30,1%), Borracha e material plástico (-13,7%), Produtos químicos (-3,0%), Produtos alimentícios (-1,5%), Minerais não metálicos (-2,8%), Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-15,1%) e Bebidas (-0,4%).

O setor Veículos, que apresentou a maior contribuição negativa no período, perdeu o dinamismo tanto na produção como nas vendas. Enquanto a produção caiu 46,7%, as vendas de automóveis e comerciais leves recuaram 30,2%²⁶. Além da queda na demanda interna, provocada pela pandemia, a indústria automobilística reflete a redução das vendas externas, principalmente para

26 - FENABRAVE. Índices e números. Dados regionais. FENABRAVE: São Paulo, set. 2020. Disponível em: <http://www.fenabrave.org.br/Portal/conteudo/conteudo/dadosregionais>. Acesso em: 19 nov. 2020.

TABELA 3	
Produção Física da Indústria de Transformação	
Bahia, Jan.-Set./2020	
Classes e Gênero	%
Indústria geral	-7.0
Indústrias extrativas	-6.8
Indústrias de transformação	-7.0
Produtos alimentícios	-1.5
Bebidas	-0.4
Couros, artigos para viagem e calçados	-30.1
Celulose, papel e produtos de papel	7.4
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	21.6
Outros produtos químicos	-3.0
Produtos de borracha e de material plástico	-13.7
Produtos de minerais não-metálicos	-2.8
Metalurgia	-37.7
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-15.1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-46.7

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal
Elaboração: CAC/SEI

a Argentina. No período de janeiro a outubro de 2020, as exportações de automóveis recuaram 62,3%.

A indústria metalúrgica foi impactada, principalmente, na produção de cobre, pois, a planta de Dias D'ávila, responsável pela produção de cobre primário (produtos da marca Caraíba), ope-

“ O setor Veículos, que apresentou a maior contribuição negativa no período, perdeu o dinamismo tanto na produção como nas vendas. Enquanto a produção caiu 46,7%, as vendas de automóveis e comerciais leves recuaram 30,2%. ”

rou com a capacidade reduzida por conta da redução no fornecimento de matéria prima oriunda de fornecedores afetados pela Covid-19, impactando a produção²⁷. Ao mesmo tempo, o setor já sente os efeitos do futuro encerramento das atividades de unidade fabril de ferroligas de manganês²⁸.

O setor de Couro e calçados foi um dos setores mais impactados da indústria baiana durante a pandemia, com encerramento de atividades por parte de algumas empresas de calçados e demissão de vários funcionários.

27 - PARAPANEMA. Divulgação dos resultados do 3º trimestre. Disponível em: <https://ri.paranapanema.com.br/ShowResultado.aspx?IdResultado=EFVRXrTV2CEqO/GmuiaTTw==>. Acesso em: 19 nov. 2020.

28 - VALE. Vale informa que encerrará a operação de ferroligas da Vale Manganês, em Simões Filho. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-informa-que-encerrara-a-operacao-de-ferroligas-da-vale-manganes-em-simoes-filho.aspx>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Em sentido oposto, os segmentos que exerceram as contribuições positivas sobre o total da indústria baiana foram: Derivados de petróleo (21,6%) e Celulose, papel e produtos de papel (7,4%). Esses resultados foram influenciados, respectivamente, pela maior produção de óleos combustíveis, naftas para petroquímica e óleo diesel; e pastas químicas de madeira e caixas de papelão ondulado ou corrugado.

A produção da Indústria de derivados de petróleo beneficiou-se da estratégia de mercado da empresa que priorizou a produção em determinadas refinarias que produzem o *bunker*, óleo combustível para navios que possui baixo teor (0,5%) de enxofre, e o aumento na produção de nafta, que estava em níveis baixíssimos²⁹.

A produção de Celulose e Papel foi maior em decorrência do aumento na demanda por celulose, em função, principalmente, do aquecimento do segmento de papéis sanitários, muito utilizado durante o período da pandemia, o que permitiu que a indústria, no estado, reduzisse os níveis de estoques. Por sua vez, a demanda no segmento de papéis de imprimir e escrever foi afetada no segundo trimestre. As paradas para manutenção programadas, que deveriam ter ocorrido no primeiro semestre, aconteceram no terceiro trimestre do ano, provocando redução da produção do setor no período.

29 - PETROBRAS. Relatório de produção e vendas. 3º trimestre. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-l7d60b2de47d/47eda13c-38fb-0598-a72f-1dcb9b22f54d?origin=1>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE, a produção física da Indústria extrativa recuou 6,8% no período, associada ao posicionamento da Petrobras em reduzir suas atividades de exploração de petróleo e de gás natural na Bahia. A produção de petróleo reduziu 8,7% no acumulado até setembro, enquanto a produção de líquido de gás natural (LGN) registrou queda de 15,7% no mesmo período³⁰.

3.4 Comércio

O volume de vendas do Comércio Varejista ampliado, na Bahia, composto pelo varejo restrito mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, retraiu 10,3% no acumulado do ano até setembro comparado ao mesmo período do ano anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo IBGE³¹. Esse desaquecimento nos negócios é atribuído ao comportamento de alguns segmentos do comércio restrito e ao segmento de Veículos, motos, partes e peças (-28,7%) após às medidas de distanciamento adotadas para conter a contaminação do Covid-19 (Tabela 4).

No que diz respeito ao varejo restrito, a análise por atividade indica que, nos últimos nove meses de 2020, dos oito segmentos

30 - AGÊNCIA Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Dados estatísticos mensais: produção nacional de petróleo e LGN. Brasília: ANP, set. 2020. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso em: 18 nov. 2020.

31 - IBGE Pesquisa Mensal De Comércio. Rio de Janeiro: set. 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2020_set.pdf >. Acesso em: 20 nov. 2020.

TABELA 4

Volume de Vendas do Comércio Varejista

Bahia, Jan.-Set./2020

Atividade	Valor %
Comércio Varejista	-6,2
1 - Combustíveis e lubrificantes	-9,2
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,4
2.1 - Hipermercados e supermercados	1,8
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-40,3
4 - Móveis e eletrodomésticos	13,3
4.1 - Móveis	14,5
4.2 - Eletrodomésticos	12,5
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	0,2
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-26,9
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-41,8
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-16,6
Comércio Varejista Ampliado	-10,3
9 - Veículos, motos, partes e peças	-28,7
10 - Material de construção	11,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio (2020).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

que compõem o setor, seis registraram comportamento negativo nas vendas. Os segmentos a exercerem as maiores influências negativas, levando em consideração a taxa registrada e a sua re-

presentatividade para o setor foram Tecidos, vestuário e calçados (-40,3%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-16,6%), e Combustíveis e lubrificantes (-9,2%).

As primeiras medidas adotadas no Brasil para evitar a disseminação do Covid-19 atingiram intensamente a atividade de Tecidos, vestuário e calçados. Esse segmento teve suas vendas comprometidas com as medidas de isolamento social, como fechamento do comércio tanto nas ruas como em centros comerciais e shopping centers. Tendo como característica a realização de grande parte das vendas presencialmente, o segmento foi confrontado com a necessidade de se reduzir o contato físico entre os consumidores. Dessa forma, apesar da flexibilização das medidas de isolamento, verificada no final do mês de julho, a insegurança persistente com as vendas presenciais continua sendo determinante para a retração nas vendas do ano.

Outros artigos de uso pessoal e doméstico, ramo que engloba diversos segmentos como lojas de departamento, óticas, joalherias, artigos esportivos, brinquedos etc., e que comercializam, principalmente, produtos de menor valor agregado, também tiveram suas vendas comprometidas por conta das medidas preventivas. Apesar da liberação do comércio tanto nas ruas como em centros comerciais e shopping centers, as expressivas taxas negativas registradas nos meses de março a julho desse ano foram

determinantes para a atividade acumular nos últimos nove meses variação negativa.

Combustíveis e lubrificantes, segmento de grande representatividade para o setor de comércio varejista, foi uma das atividades mais atingidas com o isolamento social e redução na circulação de pessoas e veículos nas ruas desde o início da pandemia. Apesar do crescimento verificado nas vendas desse ramo no mês de setembro (5,7%), primeiro desde o reconhecimento da pandemia pelas autoridades, as quedas sistemáticas nas vendas da atividade, registradas de março a agosto desse ano, resultaram em retração nos negócios no acumulado do ano.

Já o comportamento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista registrou moderado crescimento, após o reconhecimento da pandemia mundial, com exceção dos dois últimos meses – agosto e setembro –, que, em decorrência do aumento de preços, registraram variações negativas de 2,4% e 4,7%, respectivamente, resultando na taxa negativa de 0,4% para o acumulado de janeiro a setembro.

O comportamento nas vendas desse segmento é justificado pelo reflexo das medidas de isolamento social recomendada pelos órgãos competentes da saúde: Organização Mundial da Saúde (OMS),

Ministério da Saúde do Brasil (MS) e Secretaria da Saúde nos âmbitos estaduais e municipais. Embora para os demais segmentos que compõem o setor, essas medidas tenham produzido arrefecimento nas vendas, no segmento de gêneros alimentícios, houve dinamização na atividade, pois muitos consumidores baianos, receosos de que faltassem alimentos, intensificaram as suas compras nos estabelecimentos de Hipermercados e supermercados.

A trajetória do comércio varejista ao longo do ano de 2020 corrobora com a percepção de que a retomada das vendas no setor a taxas de crescimentos mais robustas está longe de acontecer. Entretanto, quando se observa o comportamento das vendas no mês de setembro de 2020, percebe-se uma nova perspectiva para o comportamento do setor no próximo ano. O crescimento registrado nesse mês revela influência da liberação do auxílio emergencial, relaxamento das medidas de isolamento social, mas também melhorias na confiança dos consumidores e do mercado de trabalho.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) cresceu 3,2 pontos em setembro, passando para 83,4 pontos³². Por sua vez, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) do Ministério

da Economia indicam que, em setembro, a Bahia gerou 16.923 postos de trabalho com carteira assinada³³.

3.5 Serviços e Turismo

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE³⁴, e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume de serviços na Bahia, no acumulado entre janeiro e setembro de 2020, marcou retração de 18,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, mantendo a tendência de retração iniciada em 2015. Esse resultado é a maior queda já registrada em toda série histórica iniciada em 2011, para esse tipo de comparação (Gráfico 1).

Seguindo a mesma análise, todas atividades puxaram o volume de serviços da Bahia para baixo, com destaque, por ordem de magnitude, para as atividades de Serviços prestados às famílias³⁵ (-45,9%), que apontou a mais expressiva variação

32 - FGV. Sondagem do Consumidor. Rio de Janeiro: IBRE, set. 2020. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-09/sondagem-do-consumidor-fgv_press-release_set20.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

33 - BRASIL. Ministério da Economia. Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília: SEPRT/ME, set. 2020. Disponível em: < http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Set2020/1-sumarioexecutivo.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020. Dados do Novo Caged, com ajustes declarados até setembro de 2020.

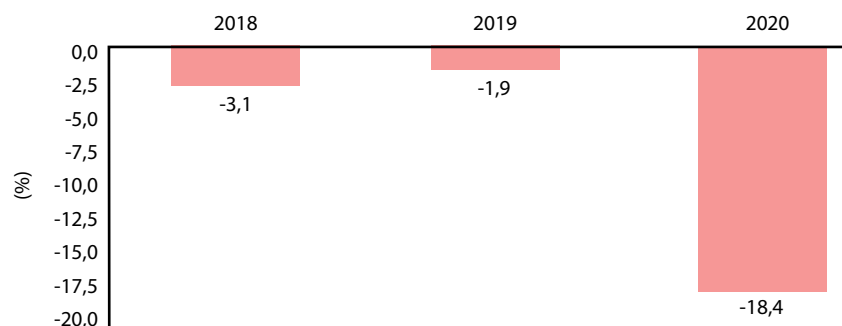
34 - IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: set. 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2020_set.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

35 - Inclui os seguintes serviços: atividades artísticas, criativas e de espetáculos; atividades esportivas, de recreação e lazer (exceto clubes); lavanderias, tinturarias e toalheiros; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; outros serviços pessoais (clínicas de estética, serviços de alojamento, higiene e adestramento de

GRÁFICO 1

Volume de Serviços

Bahia, Jan.-Set. 2018-2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

negativa, seguida por Outros serviços³⁶ (-17,8%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-16,4%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (-14,2%) e Serviços de informação e comunicação (-9,6%). Nessa análise, a receita nominal baiana seguiu o mesmo comportamento do volume, e caiu 18,0%, com destaque para as atividades de Serviços prestados às famílias (-43,7%), seguida por Transpor-

animais domésticos, serviços de engraxates e carregadores de malas etc.); atividades de apoio à educação e serviços de educação continuada (cursos de idiomas, de ensino de esportes, arte e cultura, cursos preparatórios para concursos etc.).

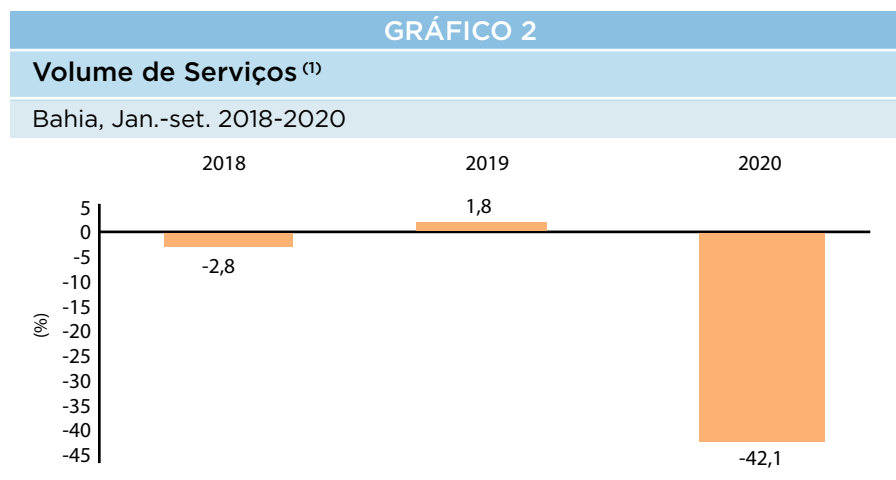
36 - Inclui os seguintes serviços: atividades imobiliárias (intermediação, gestão e administração de imóveis próprios e de terceiros); serviços de manutenção e reparação; serviços auxiliares financeiros; serviços auxiliares da agricultura; serviços de esgoto e serviços de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais.

tes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-17,2%), Outros serviços (-16,6%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (-12,4%) e Serviços de informação e comunicação (-8,5%). Com esses resultados fica evidente o quanto o setor de serviços baiano foi impactado pela pandemia do Covid-19.

Conforme os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, sistematizados pela SEI, o volume das atividades turísticas³⁷ na Bahia, no acumulado entre janeiro e setembro de 2020, em relação ao mesmo período do ano anterior, marcou retração de 42,1%, após registrar expansão de 1,8% em 2019 na mesma base de comparação. Esse resultado contribuiu negativamente, no índice nacional, que caiu 38,7%, na mesma análise (Gráfico 2).

Seguindo o mesmo comportamento, a receita nominal das atividades turísticas na Bahia, no acumulado do ano entre janeiro e setembro, em relação ao mesmo período do ano anterior, marcou retração de 42,6%. Esse resultado contribuiu negativamente, no resultado nacional, que caiu 40,2% na mesma análise.

37 - Agregado especial que abrange as seguintes atividades: serviços de alojamento e alimentação; serviços culturais, de recreação e lazer; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens e operadoras turísticas e transportes turísticos (transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação interior de passageiros, em linhas regulares; outros transportes aquaviários e transporte aéreo de passageiros).



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

⁽¹⁾ Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Conforme os dados da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur)³⁸, a taxa média de ocupação dos meios de hospedagem na capital baiana foi de 35,7%, entre janeiro e setembro de 2020. Esse resultado ficou abaixo 25,9 p.p. da taxa contabilizada no mesmo período do ano anterior (61,6%) e a menor taxa de toda série histórica, iniciada em janeiro de 2014, nessa comparação. No mês de setembro, foram consultados 50 estabelecimentos, em que 100% responderam, dentre os quais 46,0% informaram fechamento do estabelecimento comercial.

38 - SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. Taxa Média de Ocupação Mensal dos Meios de Hospedagem de Salvador. Disponível em: http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Desempenho_hotelaria-2.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

Se forem considerados os meios de hospedagem fechados durante a pandemia, como tendo ocupação igual a zero, a taxa média de ocupação entre janeiro e setembro de 2020 seria de 27,3%. Esse resultado ficou abaixo 34,3 p.p. da taxa contabilizada no mesmo período do ano anterior (61,6%) e a menor taxa de toda série histórica, iniciada em janeiro de 2014, nessa comparação.

3.6 Comércio Exterior

Na comparação com os dez primeiros meses do ano passado, o valor das exportações baianas teve retração de 8,2%, alcançando US\$ 6,35 bilhões. O volume embarcado (*quantum*), por sua vez, exibe crescimento de 27%, o que tem relação direta com a safra recorde de grãos colhida no estado, já que os preços médios dos produtos vendidos ao exterior desvalorizaram-se 27,7% no período. O bom desempenho do segmento agropecuário e mineral (derivados de petróleo aí incluído), embalado pela recuperação da demanda chinesa, contribuiu, portanto, para atenuar os impactos na exportação no período que poderiam ser ainda mais negativos.

Enquanto o agronegócio se expandiu 6,4%, como soja, frutas, especiarias, fumo e carne de aves, os produtos manufaturados como um todo registraram queda de 13%, comparados a igual período de 2019. Esse agregado, já vinha perdendo participação na pauta exportadora, afetado por perda de competitividade

sistêmica, logística inadequada e insuficiência de financiamento. Esse ano, essas condições adversas somaram-se aos efeitos da pandemia, que recrudesceu justamente nos mercados que absorvem a maior parcela de produtos manufaturados baianos, como a Europa, os EUA e a América Latina. Ressalta-se o caso da Argentina, que atravessa uma crise doméstica e, desde o ano passado vem comprando menos, principalmente, automóveis, químicos e pneumáticos.

O aumento do volume exportado, comparativamente a 2019, corrobora com a tese da resiliência do setor primário-exportador à crise pandêmica, principalmente de produtos como soja, celulose, cobre, minerais e algodão. Somente para a China, até

outubro, houve aumento de 23% em volume, equivalente a 4,6 milhões de toneladas, resultando em receitas que somaram US\$ 1,77 bilhão.

Mais da metade dos embarques baianos tiveram como destino a Ásia, excluindo Oriente Médio, como efeito do deslocamento do dinamismo econômico para essa região. A Ásia absorveu de janeiro a outubro US\$ 3,38 bilhões em produtos baianos, o que representou 53,2% do total exportado pelo Estado no período. Em iguais meses do ano passado essa fatia era de 46,5%. A exportação para o continente asiático cresceu 5,2%, enquanto, para o resto do mundo, elas caíram 19,8%.

A China contribuiu fortemente para esse avanço. Maior destino comercial da Bahia quando consideramos países, isoladamente, a China avançou de 27,7% para 29,8% na fatia de embarques baianos de janeiro a setembro do ano passado para iguais meses deste ano. Mas o restante da Ásia também colaborou. Cingapura foi o segundo maior mercado, com compras de US\$ 839,5 milhões em produtos baianos de janeiro a outubro deste ano, alta de 61,7% em relação a igual período de 2019.

Também houve queda nas importações no ano, de 35,1% a US\$ 3,85 bilhões, reflexo direto da pandemia, que afetou mais fortemente as importações através do choque na atividade interna e da forte depreciação cambial.

TABELA 5

Balança Comercial

Bahia, Jan.-Out. 2019/2020

(Valores em US\$ 1.000 FOB)

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	6.915.096	6.348.827	-8,2
Importações	5.932.040	3.847.926	-35,1
Saldo	983.056	2.500.901	154,4
Corrente de comércio	12.847.136	10.196.753	-20,6

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 09/11/2020.

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Obs.: Importações efetivas; dados preliminares.

TABELA 6

Exportações Baianas por Principais Segmentos

Bahia, Jan.- Out. 2019/2020

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2019	2020			
Soja e Derivados	1.286.588	1.457.699	13,30	22,96	-1,19
Petróleo e Derivados	703.050	907.019	29,01	14,29	-36,09
Papel e Celulose	991.327	833.151	-15,96	13,12	-23,61
Químicos e Petroquímicos	1.031.746	651.699	-36,84	10,26	-26,84
Metais Preciosos	368.176	423.209	14,95	6,67	21,71
Metalúrgicos	765.636	420.646	-45,06	6,63	-40,18
Algodão e Seus Subprodutos	397.886	356.295	-10,45	5,61	-6,98
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	120.565	251.778	108,83	3,97	-17,42
Minerais	152.665	211.740	38,70	3,34	-32,00
Cacau e Derivados	173.380	161.872	-6,64	2,55	1,39
Frutas e Suas Preparações	134.997	138.969	2,94	2,19	-1,94
Automotivo	320.667	122.562	-61,78	1,93	-11,36
Café e Especiarias	95.469	99.652	4,38	1,57	1,51
Borracha e Suas Obras	129.198	82.990	-35,77	1,31	-5,36
Sisal e Derivados	69.211	63.226	-8,65	1,00	-7,73
Couros e Peles	56.386	48.897	-13,28	0,77	-25,08
Fumo e Derivados	19.936	23.256	16,65	0,37	24,60
Calçados e Suas Partes	35.419	21.726	-38,66	0,34	-15,65
Carne e Miudezas de Aves	12.846	16.698	29,99	0,26	3,44
Demais Segmentos	49.947	55.743	11,60	0,88	-35,01
Total	6.915.096	6.348.827	-8,19	100,00	-27,72

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 09/11/2020

Elaboração: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Apesar de alguma melhora no segundo semestre, o comportamento negativo das compras externas vem sendo registrado ao longo de todo o ano, impactado pela frustrada recuperação da economia, ainda no primeiro trimestre. Esse resultado se acentuou a partir da pandemia, em função do câmbio desfavorável e da contração da demanda doméstica, sob os efeitos do isolamento social e da atividade econômica parcialmente paralisada.

TABELA 7

Importações Baianas por Categorias de Uso

Bahia, Jan.-Out. 2019/2020

(Valores em US\$ 1.000 FOB)

Discriminação	2019	2020	Var. %	Part. %
Bens intermediários	4.364.901	2.891.823	-33,75	75,15
Bens de capital	674.664	578.598	-14,24	15,04
Combustíveis e lubrificantes	691.426	201.250	-70,89	5,23
Bens de consumo duráveis	92.856	93.213	0,38	2,42
Bens de consumo não duráveis	108.169	79.968	-26,07	2,08
Bens não especificados anteriormente	24	3.076	12.827,82	0,08
Total	5.932.040	3.847.926	-35,13	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 09/11/2020.

Elaboração: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Obs.: importações efetivas, dados preliminares.

A recuperação gradual da economia, como vem ocorrendo no terceiro trimestre, aliada à sazonalidade, pode trazer reação das importações. Mas o real desvalorizado deve limitar esse movimento, mantendo a dinâmica resultante da pandemia, com desembarques em queda bem mais acelerado que a das exportações.

Com o resultado de outubro, a balança comercial da Bahia acumula um superávit de US\$ 2,5 bilhões em 2020, alta de 154,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações somaram US\$ 6,35 bilhões, com recuo de 8,2%, e as importações, US\$ 3,85 bilhões, com queda de 35,1%, muito superior ao das exportações. A corrente de comércio, medida do dinamismo comercial e da integração ao mercado internacional, atingiu US\$ 10,2 bilhões, no período, com retração de 20,6%.

4 INDICADORES SOCIAIS DA BAHIA

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), cuja cobertura abrange todo o território nacional, e nos dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (órgão integrante da estrutura do Ministério da Cidadania), esta seção reúne algumas das principais características sobre a realidade social baiana. Os indicadores sele-

“ Com o resultado de outubro, a balança comercial da Bahia acumula um superávit de US\$ 2,5 bilhões em 2020, alta de 154,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações somaram US\$ 6,35 bilhões, com recuo de 8,2%, e as importações, US\$ 3,85 bilhões, com queda de 35,1%, muito superior ao das exportações ”

cionados levam em conta aspectos demográficos, educação, ocupação, renda e condições de moradia. Esse conjunto de informações contribui para a compreensão das modificações no perfil social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais. As políticas sociais continuam fundamentais para aliviar o impacto da crise sobre a população do estado e impedir a redução do avanços sociais em um cenário atípico de pandemia.

4.1 População e educação

A tendência de envelhecimento da população baiana continuou em curso na passagem de 2018 a 2020. Assim, no primeiro trimestre de 2020, a percentagem de idosos (60 anos ou mais) da população do estado representava 16,0%.

A taxa de analfabetismo para 15 anos ou mais, também, tem mantido trajetória de queda ao longo do tempo, tendo diminuído 3,2 pontos percentuais entre 2012 e 2019, de 16,1% a 12,9% nesse intervalo (Tabela 8). Na zona rural do estado, a redução do analfabetismo foi de 5,9 pontos percentuais, saindo de 28,8% para

TABELA 8

Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou Mais, em Porcentagem, por Situação do Domicílio

Nordeste e Bahia - 2012, 2015, 2019 e 2020¹

Região/UF/ Situação do domicílio	Taxas %			
	2012	2015	2019	2020 3º Tri.
Nordeste	17,2	15,6	13,9	12,1
Urbana	12,7	11,7	10,4	8,9
Rural	29,9	27,8	24,5	22,5
Bahia	16,1	13,5	12,9	11,1
Urbana	11,2	9,3	9,1	7,5
Rural	28,8	26,0	22,9	21,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2012 a 2019. Elaboração SEI/DIPEQ/COPEs, 2020. Dados sistematizados a partir dos Microdados. Os dados de 2012 e 2015 tiveram como fonte a PNADC anual. Os dados de 2019 tiveram como fonte a PNADC anual - 2º Trimestre.

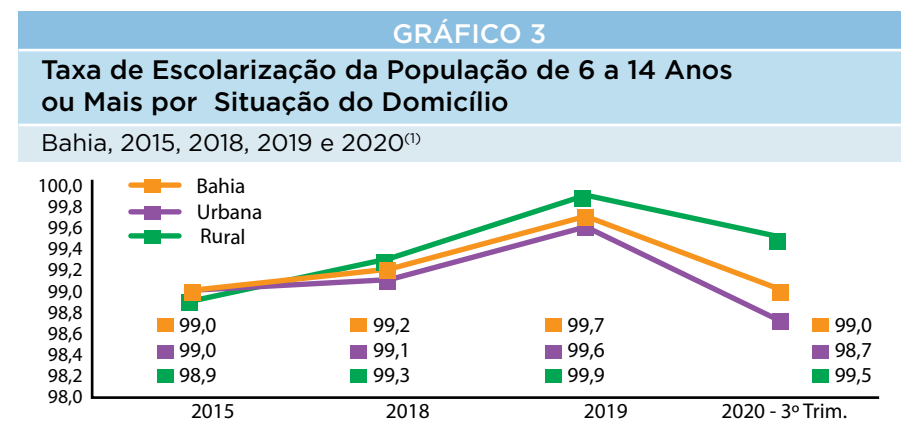
¹ Para efeito de registro, foram apresentados dados parciais de 2020, a partir da PNADC trimestral.

A taxa de analfabetismo é o percentual de pessoas de determinada faixa etária que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

“ A taxa de analfabetismo para 15 anos ou mais, também, tem mantido trajetória de queda ao longo do tempo, tendo diminuído 3,2 pontos percentuais entre 2012 e 2019, de 16,1% a 12,9% nesse intervalo. ”

22,9%. Na zona urbana, a taxa de analfabetismo dessa população passou de 11,2%, em 2012, para 9,1% em 2019. A comparação entre a taxa de analfabetismo do ano de 2012 e a do terceiro trimestre de 2020, último dado disponível, revela arrefecimento de 5,0 pontos percentuais na Bahia, com taxa de 11,1%. Houve uma redução ainda maior na zona rural onde a diferença chegou a 7,7 pontos percentuais, pois passou de 28,8%, em 2012, para 21,1% no terceiro trimestre de 2020.

Em 2020, o acesso à escola dos jovens de 6 a 14 anos encontrava-se quase universalizado e sem diferenças significativas entre urbana e rural. Tal realidade começou a ser delineada em 2003, ano em que se intensificaram as políticas sociais e de distribuição de renda em todo o país e, em especial, na Região Nordeste (Gráfico 3). As



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2015 a 2020.

Notas: Elaboração da SEI/ DIPEQ/ COPES, 2020. Dados sistematizados a partir dos Microdados.

Os dados de 2012 e 2015 tiveram como fonte a PNADC anual.

Os dados de 2018 e 2019 tiveram como fonte a PNADC anual - 2º Trimestre.

¹ Para efeito de registro, foram apresentados dados parciais de 2020, a partir da PNADC trimestral.

A taxa de escolarização é dada pela razão entre o número de pessoas com idade entre 6 e 14 anos, que frequentam a escola, e o total de pessoas nessa mesma faixa etária.

taxas de escolarização bruta das pessoas de 6 a 14 anos da Bahia, da zona urbana e do meio rural apresentaram, no terceiro trimestre de 2020, redução não significativa em relação ao ano anterior.

4.2 Ocupação e renda

Na Bahia, o ano de 2020 começou evidenciando a maior taxa trimestral de desocupação desde o início da pesquisa, em 2012. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, no trimestre de abertura do ano, a desocupação atingiu 18,7% da população na força de trabalho – uma alta de

2,3 pontos percentuais comparativamente ao registrado no último trimestre de 2019 (16,4%). Entretanto, após esse repique, diante da crise desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, a taxa de desocupação no estado experimentou altas consecutivas, passando a 19,9% e 20,7% no segundo e terceiro trimestres, respectivamente, – valores que assumiram sucessivamente o posto de maior registro da sequência, renovando o recorde negativo desse indicador a cada período (Quadro 1). No contexto brasileiro, houve movimento semelhante: ao longo de 2020, a referida taxa partiu do sétimo maior valor da série histórica (12,2%) e foi ganhando força a cada trimestre, chegando a 14,6% no intervalo de julho a setembro deste ano e definindo o maior patamar da série.

Quando se considera, além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (indivíduos ocupados com jornada abaixo de 40 horas semanais, mas que gostariam de trabalhar em um período maior) e os integrantes da força de trabalho potencial (aqueles que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho, ou que procuraram, mas não estavam disponíveis para trabalhar) também se vê alta do indicador ao longo do ano. No território baiano, após atingir 39,9% nos primeiros três meses deste ano, quinta maior estimativa até então, a taxa composta de subutilização da força de trabalho foi aumentando a cada trimestre, registrando 44,7% no segundo trimestre e 45,9% no terceiro trimestre. O registro mais recente

(45,9%) indicou o maior nível já observado, significando alta de 1,2 ponto percentual comparativamente ao valor estimado no trimestre imediatamente anterior (44,7%) e de 6,9 pontos percentuais em relação ao verificado no mesmo trimestre de um ano antes (39,0%). Assim, conforme últimos dados disponíveis, 3,526 milhões de pessoas se encontravam na condição de subutilizadas no estado.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, no terceiro trimestre do ano, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.743. Tal valor representou um ganho de 10,5% em comparação ao do mesmo trimestre do ano de 2019 (R\$ 1.577), mas um recuo de 2,9% em relação ao do trimestre imediatamente anterior (R\$ 1.795), embora essa última variação não tenha sido significativa estatisticamente.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no acumulado do ano até outubro, a Bahia apresentou um saldo negativo de 16.950 postos de trabalho com carteira assinada, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Nesse intervalo, o interior do estado foi responsável por gerar 1.986 novos postos de trabalho formais, enquanto a RMS eliminou 18.936 vagas – o que colocou essa instância geográfica como principal responsável pela perda de dinamismo do mercado de trabalho formal no território baiano neste ano.

QUADRO 1

Principais Indicadores do Mercado de Trabalho

Bahia, 1º tri. 2019 - 3º tri. 2020

Indicador	Estimativa						
	1º tri./2019	2º tri./2019	3º tri./2019	4º tri./2019	1º tri./2020	2º tri./2020	3º tri./2020
Taxa de desocupação	18,3%	17,3%	16,8%	16,4%	18,7%	19,9%	20,7%
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	40,4%	40,1%	39,0%	39,0%	39,9%	44,7%	45,9%
Rendimento médio real habitual ¹	R\$ 1.599	R\$ 1.589	R\$ 1.577	R\$ 1.636	R\$ 1.676	R\$ 1.795	R\$ 1.743
Massa de rendimento real habitual ²	R\$ 8.870	R\$ 8.925	R\$ 8.840	R\$ 9.197	R\$ 9.228	R\$ 8.482	R\$ 8.149

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - IBGE.
Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2020.

Notas: ¹ Trata-se do rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas expresso em reais.

² Trata-se da massa de rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas expressa em milhões de reais.

Dos vinte e sete Territórios de Identidade, 12 registraram saldos positivos de emprego entre janeiro e outubro de 2020, com destaque para: Sertão do São Francisco (+5.579 postos), Bacia do Rio Grande (+4.229 vagas) e Vale do Jiquiriçá (+2.997 postos). Em contrapartida, os demais constataram uma redução líquida de trabalhadores com carteira assinada, como por exemplo: Metropolitana de Salvador (-18.936 vagas), Costa do Descobrimento (-5.482 postos) e Litoral Sul (-3.478 postos).

Em 2019, o Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, variando de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima), foi aferido em 0,556 para o estado (Gráfico 4). O referido índice para o Nordeste (0,559), se situou em patamar muito

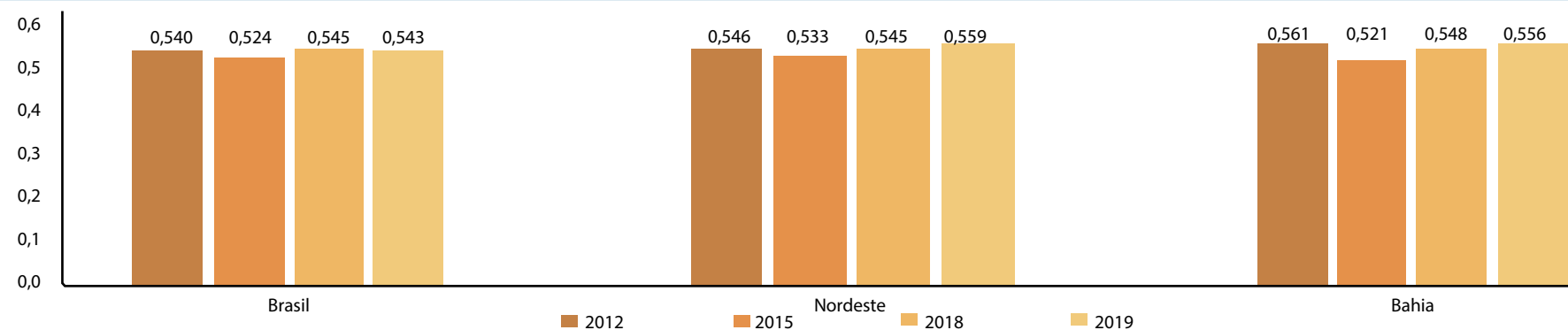
próximo ao da Bahia, indicando que neste ano o estado registrou uma distribuição do rendimento quase tão desigual quanto o restante da região, embora menor por uma pequena diferença: de 0,003 pontos no Gini.

O Gráfico 5, a seguir, apresenta o percentual da renda apropriada pelos 10% mais pobres da população. Este estrato populacional baiano se apropriava de 0,7% do total da renda em 2019 (mantendo a apropriação registrada no ano anterior), enquanto na Região Nordeste o patamar era inferior em 0,1: os 10% mais pobres se apropriavam de 0,6% do rendimento. Os números revelam a persistência da desigualdade regional brasileira. Entre 2012 e 2015 houve uma melhora, porém, em 2018 e 2019 a de-

GRÁFICO 4

Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Domiciliar Per Capita

Brasil, Nordeste e Bahia — 2012, 2015, 2018, 2019

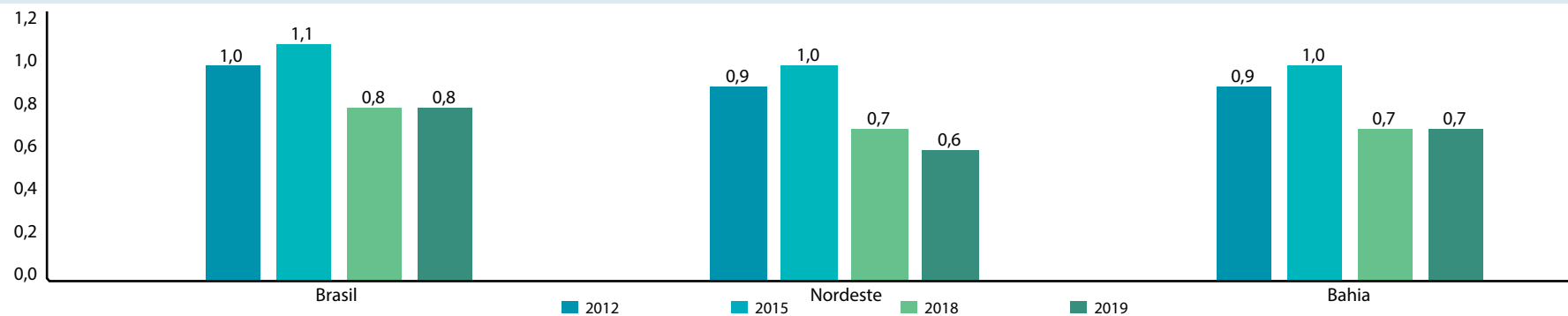


Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Cálculos da SEI.

GRÁFICO 5

Percentual Apropriado do Rendimento Mensal Real Domiciliar Per Capita, a Preços Médios do Último Ano, Pelos 10% Mais Pobres da População

Brasil, Nordeste e Bahia — 2012, 2015, 2018 e 2019



Fonte: IBGE - PNAD Contínua.

sigualdade de renda atingiu níveis mais intensos que no início da série da pesquisa: 2012. Na Bahia, neste íterim, os 10% mais pobres se apropriava de 0,91% em 2012. Em 2015 atingiu 1,03%, mas em 2018 e 2019 apresentaram um menor percentual de renda apropriada (0,70%).

O rendimento médio mensal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido no mês de referência, de todos os trabalhos em 2019 na Bahia foi de R\$ 1.581. O valor situou-se pouco abaixo da renda média do Nordeste (R\$ 1.588) e, mais significativamente, abaixo da renda média do país (R\$ 2.308). Entre os períodos analisados, percebe-se que esses rendimentos permaneceram numa tendência constante, principalmente na Bahia, que apresentava rendimentos de R\$ 1.474 em 2012, alcançando

R\$ 1.525 em 2018, valor muito próximo ao de 2019 (Tabela 9). Os valores parciais registrados em 2020 revelam um pequeno aumento. No segundo trimestre, por exemplo, o rendimento médio mensal real se aproximou de R\$ 1.800.

O rendimento médio mensal de todos os trabalhos na Bahia (R\$ 137) para o décimo mais pobre da população situou-se em patamar superior ao da Região Nordeste (R\$ 132) em 2019. Contudo, esse rendimento médio é cerca de 51% do rendimento médio do mesmo decil da população nacional (R\$ 267), mais uma vez evidenciando a continuidade da disparidade regional do Nordeste para com o resto do país. Quanto ao último decil (pertencente aos 10% mais ricos da população), observa-se novamente esta marca, ao constatar-se que a população pertencente ao 10º decil na Bahia

TABELA 9

Rendimento¹ Médio Mensal Real das Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade, de Todos os Trabalhos, a Preços Médios do Último Ano

Brasil, Nordeste e Bahia, 2012, 2015, 2018 e 2019 e 1º tri. a 3º tri. 2020

País / Região / UF	2012	2015	2018	2019	2020		
					1º Tri.	2º Tri.	3º Tri.
Brasil	2.213	2.267	2.317	2.308	2.408	2.519	2.554
Nordeste	1.479	1.558	1.553	1.588	1.664	1.756	1.709
Bahia	1.474	1.509	1.525	1.581	1.676	1.795	1.743

Fonte: IBGE - PNAD Contínua anual.

Nota: Valores de 2012 a 2019 em R\$ de 2019.

Valores de 2020 a preços médios do último trimestre.

¹Refere-se ao rendimento habitual.

possuía, em 2019, uma renda média do trabalho equivalente a R\$ 6.920. No Nordeste, esse contingente populacional registrou, no mesmo ano uma renda média de R\$ 6.928 e, no Brasil, R\$ 9.706. Em relação à Bahia, comparando o ano de 2019 com períodos anteriores, verifica-se que houve um aumento das disparidades de renda em relação ao ano de 2015 e uma leve diminuição em relação ao ano de 2012 (Tabela 10).

Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do governo federal, com base em informações disponibilizadas pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, órgão integrante da estrutura do Ministério da Cidadania, a Bahia continuou sendo o estado brasileiro com o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no último ano – pouco mais de 1,8 milhão, o que correspondia a 12,9% do existente à época no país (dados de setembro de 2020).

“ (...) a Bahia continuou sendo o estado brasileiro com o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no último ano – pouco mais de 1,8 milhão, o que correspondia a 12,9% do existente à época no país. ”

No comparativo com o ano de 2010, houve um aumento de 177.458 famílias beneficiárias do PBF no estado, que passou de 1.662.069 para 1.839.257 – um acréscimo equivalente a 10,7% nesse período.

TABELA 10

Rendimento Médio Mensal Real das Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade, de Todos os Trabalhos, a Preços Médios do Último Ano, por Decil

Brasil, Nordeste e Bahia — 2012, 2015, 2018 e 2019.

País / Região / UF	2012		2015		2018		2019	
	1º Decil	10º Decil	1º Decil	10º Decil	1º Decil	10º Decil	1º Decil	10º Decil
Brasil	273	9.255	302	9.204	264	9.719	267	9.706
Nordeste	130	6.478	149	6.635	133	6.520	132	6.928
Bahia	118	6.742	151	6.215	134	6.425	137	6.920

Fonte: IBGE-PNAD Contínua. Cálculos da SEI.

Nota: Valores em R\$ de 2019.

do (Tabela 11). Enquanto isso, no Nordeste e no Brasil, houve um aumento de 11,7% e 9,9%, respectivamente. Na Bahia, nesse intervalo, o ano de 2018 foi o que contou com o maior quantitativo de famílias beneficiárias (1.851.030 famílias).

De janeiro a setembro de 2020, do valor nominal total repassado às famílias beneficiárias do PBF em todo o Brasil (R\$ 84,4 bilhões) – soma que inclui os recursos oriundos do Auxílio Emergencial –, aproximadamente R\$ 11,0 bilhões foram direcionados à Bahia, o que representou pouco mais de um quarto do total destinado à região Nordeste (R\$ 42,6 bilhões)³⁹. Em um confronto entre os anos de 2010 e 2019 (por ainda não dispor do montante integral transferido, o ano de 2020 não foi considerado para efeito de comparação), o repasse anual de recursos do PBF para o estado da Bahia apresentou um aumento nominal de 110,1%.

Em 2019, a Bahia registrou 40,4% da população vivendo com renda de até U\$5,50 por dia (população vulnerável: em condição de pobreza e extrema pobreza de acordo com o Banco Mundial). No mesmo ano, 12,5% da população do estado viviam com rendimento diário inferior a U\$ 1,90, configurando-se como condição de pobreza extrema. Estes percentuais se situam abaixo da região Nordeste,

39 - Desde que em obediência às regras, os beneficiários do Programa Bolsa Família passaram a integrar de forma automática o público alvo do Auxílio Emergencial – benefício financeiro, disponível desde abril deste ano, que visa possibilitar proteção emergencial adicional no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus.

TABELA 11

Número de Famílias Beneficiárias e Valor Total Repassado pelo Programa Bolsa Família

Brasil, Nordeste e Bahia — 2012, 2015, 2018 e 2019.

Ano	Programa Bolsa Família	
	Famílias Beneficiárias ¹	Repasso Nominal ² (R\$ milhões)
2004	838.963	532,68
2005	1.067.291	751,36
2006	1.391.245	1.006,38
2007	1.411.662	1.204,40
2008	1.372.763	1.423,08
2009	1.581.639	1.663,24
2010	1.662.069	1.938,97
2011	1.752.766	2.261,75
2012	1.808.346	2.745,40
2013	1.800.055	3.257,58
2014	1.808.376	3.521,43
2015	1.797.610	3.600,17
2016	1.772.853	3.775,54
2017	1.833.993	3.863,52
2018	1.851.030	4.033,72
2019	1.750.294	4.073,05
2020	1.839.527	10.958,65

Fonte: Secretaria Especial de Desenvolvimento Social/Matriz de Informações Sociais.
Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020.

Notas:

¹ O número de famílias beneficiárias foi representado pelo registro do mês de dezembro, seguindo o praticado pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. A exceção ficou por conta do ano de 2020, que utilizou o quantitativo de setembro por se tratar do último dado disponível até o instante da coleta dos dados.

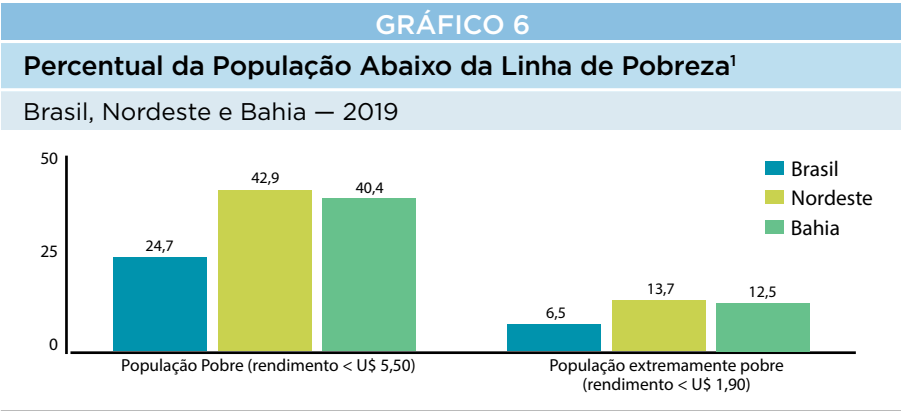
² O montante repassado em 2020 contempla os repasses oriundos do Auxílio Emergencial, os quais substituíram os do Bolsa Família nos casos elegíveis. Os dados são parciais e dependem do processamento de novos requerimentos (a última atualização para os pagamentos do referido auxílio ocorreu em 18/11/2020).

seja para a população vulnerável (42,9%) ou extremamente pobre (13,7%), indicando menor incidência na Bahia que no restante da região, em que pese a alta incidência do evento. Ao observar o comportamento nacional as diferenças mantêm-se significativas sendo que, em 2019, cerca de 24,7% da população brasileira vivia com rendimento abaixo da linha da pobreza de U\$5,50 (Gráfico 6). Em números absolutos, cerca de 6 milhões de baianos viviam em condição de pobreza e pobreza extrema naquele ano.

Foram considerados extremamente pobres os indivíduos cujo rendimento domiciliar per capita (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes) (exclusive o rendimento das pessoas

cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) menor do que U\$1,90 por dia e, pobres, os indivíduos com rendimento domiciliar per capita menor que U\$5,50 por dia, aos preços internacionais de 2011. Utiliza-se a paridade do poder de compra (PPP) de 2011, segundo o Programa de Comparação Internacional (ICP) do Banco Mundial.

A incidência da pobreza, entendida como condição de vulnerabilidade a partir do critério renda do Banco Mundial, na Bahia, caiu entre 2012 e 2015 cerca de 6 pontos percentuais. Em 2018, voltou a aumentar, atingindo quase 43% da população. Houve redução, tímida em 2019 (2,5 pontos percentuais). A pobreza extrema também caiu no estado entre 2012 e 2015, porém em 2018 retornou superior à incidência inicial, atingindo 13% da população, praticamente se mantendo em 2019 (12,5%) como pode ser visto no Gráfico 7.



Fonte: IBGE – PNAD Contínua.
Nota: ¹Foram consideradas extremamente pobres os indivíduos cujo rendimento domiciliar per capita (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes) (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) menor do que U\$1,90 por dia e, pobres, os indivíduos com rendimento domiciliar per capita menor que U\$5,50 por dia, aos preços internacionais de 2011. Utiliza-se a paridade do poder de compra (PPP) de 2011, segundo o Programa de Comparação Internacional (ICP) do Banco Mundial.

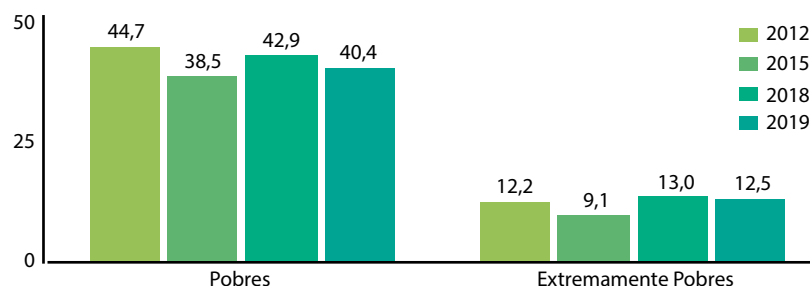
4.3 Condição dos domicílios

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual, PNADC/A, em 2019, na Bahia, do total de 5.202 mil domicílios, 89,7% eram casas (4.668 mil domicílios), 10,1% eram apartamentos (525 mil domicílios) e 0,2% enquadrava-se na categoria habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco (9 mil domicílios).

GRÁFICO 7

População Segundo Condição de Pobreza (em %)¹

Bahia, 2012/2015/2018/2019



Fonte: IBGE - PNAD Contínua.

Notas: ¹Foram consideradas extremamente pobres os indivíduos cujo rendimento domiciliar per capita (habitual de todos os trabalho e efetivo de outras fontes) (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) menor do que \$1,90 por dia. Utiliza-se a paridade do poder de compra (PPP) de 2011, segundo o Programa de Comparação Internacional (ICP) do Banco Mundial.

Em 2019, acerca de esgotamento sanitário, 2.946 mil domicílios estavam conectados à rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede (57,4%). Em relação a 2016, houve uma ampliação do número de domicílios nesta situação, pois passou de 2.784 mil para

2.946 mil em 2019 (Tabela 12). Houve um acréscimo relativo de 5,8% no número de domicílios ligados à rede geral, à rede pluvial ou fossa ligada à rede, cerca de 162 mil novos domicílios.

Ainda em matéria de saneamento básico, o acesso à água era o que mais se destacava. Para o ano de 2019, no estado, a água utilizada em 4.969 mil domicílios era canalizada (95,5%) (Tabela 13). O percentual de cobertura revelava o comprometimento do governo com programas de acesso a esse indispensável recurso, como o Água para Todos.

A coleta direta por serviço de limpeza era o destino do lixo produzido em 3.440 mil domicílios (66,1%); e 947 mil residências tinham os resíduos coletados em caçamba de serviço de limpeza (18,2%). Um percentual também elevado de residências, 14,1% (733 mil domicílios), ainda queimava o lixo na propriedade em 2019. Aproximadamente 81 mil domicílios (1,6%) davam outra destinação aos resíduos sólidos produzidos.

TABELA 12

Domicílios (Mil Domicílios e Percentual) por Tipo de Esgotamento Sanitário

Bahia, 2016-2019

Tipo de Esgotamento	2016		2017		2018		2019*		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Rede geral ou fossa ligada à rede*	2.784	58,5	2.775	57,0	2.838	57,6	2.946	57,4	162	5,8

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual. Sistematização da SEI.

Nota: *Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA em 20/11/2020, Tabela 6735.

Em 2019, a rede geral ou fonte alternativa iluminava 5.170 mil domicílios, cujo percentual total (99,4%) aproximou o estado da universalização e revelou a importância dos programas de eletrificação (Tabela 14).

A geladeira era a posseção mais comum das residências nos quatro anos em análise. Em 2019, 95,5% dos domicílios possuíam esse bem durável, correspondendo a 4.969 mil lares. Observa-se a variação ex-

pressiva da existência da máquina de lavar roupas entre 2016 e 2019, ampliação de 22,2%. O índice de 36,1% das residências (1.879 mil domicílios) usufruía da praticidade oferecida por esse bem (Tabela 15).

Em 2019, os residentes do total de 1.628 mil domicílios (31,3%) possuíam o carro para locomoção e o total de 1.370 mil domicílios (26,3%) tinha motocicleta. Enquanto 500 mil domicílios (9,6%) detinham ambos os tipos de veículos de locomoção.

TABELA 13

Domicílios (Mil Domicílios e Percentual) por Canalização do Abastecimento de Água

Bahia, 2016-2019

Forma de Abastecimento	2016		2017		2018		2019		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Com canalização	4.685	94,8	4.692	94,4	4.765	94,9	4.969	95,5	284	6,1

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual. Sistematização da SEI.

Nota: Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA em 20/11/2020, Tabela 6733.

TABELA 14

Domicílios (Mil Domicílios e Percentual) por Fonte de Energia Elétrica

Bahia, 2016-2019

Fonte de Energia Elétrica	2016		2017		2018		2019		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Rede geral ou fonte alternativa	4.910	99,3	4.931	99,2	4.984	99,3	5.170	99,4	260	5,3

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual. Sistematização da SEI.

Nota: Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA em 20/11/2020, Tabela 6737.

TABELA 15

Domicílios (Mil Domicílios e Percentual) por Existência de Alguns Bens Duráveis

Bahia, 2016-2019

Bens duráveis	2016		2017		2018		2019		Variação 2016-2019	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Geladeira	4.722	95,5	4.727	95,1	4.771	95,0	4.969	95,5	247	5,2
Máquina de lavar roupa	1.538	31,1	1.625	32,7	1.707	34,0	1.879	36,1	341	22,2
Carro	1.368	27,7	1.411	28,4	1.458	29,0	1.628	31,3	260	19,0
Motocicleta	1.237	25,0	1.223	24,6	1.249	24,9	1.370	26,3	133	10,8
Carro e motocicleta	346	7,0	350	7,1	413	8,2	500	9,6	154	44,5

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Anual. Sistematização da SEI.

Notas: Dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA em 20/11/2020, Tabela 6677.

Em 2018, o telefone móvel celular era utilizado como instrumento de comunicação em 4.520 mil domicílios (89,0%) e representou um decréscimo de 59 mil (1,3%) em relação ao ano de 2016. O número de residências com o telefone fixo convencional retrocedeu (-165 mil) a apenas 734 mil residências (14,5%). A posse do computador ocorria em 27,7% dos domi-

cílios em 2019, e passou de 1.656 mil, em 2016, para 1.408, em 2018. Em 1.256 mil residências (35,4%), o acesso à Internet acontecia nesse tipo de equipamento. Porém, em 3.526 mil domicílios (99,3%) o aparelho celular era utilizado para esse fim, em adição a 394 mil domicílios que acessavam a Internet no tablet (11,1%) e 620 mil na televisão (17,4%) (Tabela 16).

TABELA 16

Domicílios (Mil Domicílios e Percentual) por Existência de Microcomputador, Telefone e Internet

Bahia, 2016-2018

Microcomputador, telefone e Internet	2016		2017		2018		Variação 2016-2018	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Com microcomputador	1.656	32,0	1.588	30,6	1.408	27,7	-248	-15,0
Acesso à Internet no microcomputador	1.435	48,3	1.429	41,6	1.256	35,4	-179	-12,5

Continua

TABELA 16

Domicílios (Mil Domicílios e Percentual) por Existência de Microcomputador, Telefone e Internet

Bahia, 2016-2018

Microcomputador, telefone e Internet	2016		2017		2018		Variação 2016-2018	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Acesso à Internet no telefone celular	2.898	97,5	3.392	98,8	3.526	99,3	628	21,7
Acesso à Internet no tablet	462	15,5	415	12,1	394	11,1	-68	-14,7
Acesso à Internet na televisão	276	9,3	448	13,1	620	17,4	344	124,6
Telefone fixo convencional	899	17,3	855	16,5	734	14,5	-165	-18,4
Telefone móvel celular	4.579	88,4	4.673	90,1	4.520	89,0	-59	-1,3

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, Pesquisa Suplementar - TIC, 4º trimestre. Sistematização da SEL.

Nota: Dados não disponíveis para 2019.

Enquanto o acesso à Internet via microcomputador e *tablet* parece seguir trajetória decrescente, em relação a 2016, o uso da televisão para esse objetivo intensificou-se, com ampliação de 124,6%, ou seja, incremento de 344 mil domicílios. Este fato acompanha a mudança tecnológica, a criação da TV conectada, ou seja, a Smart TV.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

A análise da conjuntura macroeconômica na Bahia, assim como em todo o mundo, evidenciou um cenário de crise sanitária que teve início no primeiro trimestre do ano, e apre-

sentou impactos globais e locais muito severos. As políticas públicas buscaram atenuar os contágios sobre a economia com medidas de transferência de recursos financeiros e fiscais e incentivos ao crédito, a fim de minimizar as grandes perdas geradas pelo fechamento parcial das atividades econômicas.

A crise trouxe grandes impactos, especialmente no nível de empregos e de renda. Alguns setores de atividade, até o momento, atravessaram a crise sem grandes perdas, como o agronegócio, mas outros tiveram impactos significativos, principalmente, aqueles ligados às micro e pequenas empresas. De modo geral, persiste tanto no cenário interno como externo um nível extraordinário de incerteza.

O PIB brasileiro recuou de 5,0% até setembro de 2020, e as expectativas do mercado apontam para taxas de -4,40% em 2020 e 3,50% em 2021⁴⁰. Outras projeções, como a do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴¹, estipulam que o Brasil deverá recuar 5,8% em 2020 e crescer 2,8% em 2021 – as estimativas anteriores, divulgadas em junho deste ano, eram de -9,1% e 3,6%, respectivamente.

O cenário nacional observado no segundo semestre de 2020 evidencia um crescimento mais acelerado da economia, o que pode levar a uma queda do PIB menor do que as expectativas atuais, haja vista os recentes indicadores econômicos. Há condições de continuidade do processo de recuperação gradual da economia em 2021, mesmo sem os estímulos fiscais, pois se considera que alguns fatores podem atenuar a desaceleração, como a poupança acumulada ao longo do ano e a dinâmica do mercado de trabalho. O saldo de empregos formais, que acumulara, até abril, a perda de mais de 40 mil postos de trabalho, já recuperou cerca de 25 mil postos de trabalho, acumulando até outubro saldo de 16.950 postos de trabalho.

Em relação à inflação, os níveis de preços medidos pelo IPCA encontram-se pressionados no curto prazo, impactados pela depre-

ciação cambial e pelo choque de oferta em alguns produtos, principalmente alimentos – o que, segundo expectativas do mercado financeiro, terá alta, respectivamente, de 4,21% e 3,34%, em 2020 e 2021. Ao mesmo tempo, estima-se avanço da taxa Selic, no patamar de 2,0% em 2020, para 3,0% em 2021⁴², o que propiciará condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento. Entretanto, a confiança de empresários e consumidores, abaixo do nível de otimismo, provocou uma retomada ainda mais lenta do que a esperada no início do ano, o que pode ser confirmado através do baixo ritmo de investimentos e de empregos.

As projeções elaboradas pela SEI indicam, para a economia da Bahia, ritmo mais intenso na atividade econômica a partir de 2021, revertendo o cenário negativo observado em 2020. A Agropecuária não teve impactos diretos da pandemia, pois já se encontrava na fase da colheita. No Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB)⁴³ para o mês de novembro, a Agropecuária foi o único setor a apresentar resultado positivo.

Porém, o segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)⁴⁴, relativo à safra 2020/2021, divulgado em no-

40 - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus: relatório de mercado. 04 dez. 2020. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20201204.pdf> >. Acesso em: 09 dez. 2020.

41 - WORLD ECONOMIC OUTLOOK: A Long and Difficult Ascent: IMF, out. 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

42 - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus: relatório de mercado. 04 dez. 2020. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20201204.pdf> >. Acesso em: 09 dez. 2020..

43 - ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO. Confiança do empresariado baiano sustenta trajetória ascendente em novembro. SEI, nov. 2020. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/iceb/rel_ICEB_nov20.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

44 - ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. IBGE mantém estimativa de safra recorde na

vembro, indica queda de 1,3% em relação ao ciclo 2019/2020. Nesse sentido, verificam-se recuos na produção de algodão (23,7%), milho (4,1%) e feijão (14,1%), enquanto para a produção de soja estima-se crescimento de 4,8% em relação ao período anterior.

A Indústria voltou a apresentar resultados positivos diante do aumento das vendas do varejo e dos estímulos econômicos, porém, as incertezas quanto a sustentação da retomada das vendas, inibe um crescimento mais sólido. O indicador de confiança da indústria mostra avanço na tendência dos negócios, porém com cautela por parte dos empresários baianos, sinalizando que o setor está mais otimista com relação ao ano de 2021.

O Comércio Varejista está sendo beneficiado pela reabertura das lojas físicas, pelo crescimento da massa salarial via

estímulos fiscais e pela estratégia de vendas *on-line*. O setor de Serviços, que foi o mais afetado pelas medidas de distanciamento social, e demorou a iniciar o ciclo de recuperação, já dá sinais de melhora, diante da flexibilização de várias atividades.

Entretanto, uma nova onda de Covid-19 está assolando os Estados Unidos e a Europa, levando as autoridades locais a adotar, novamente, medidas de distanciamento social. Todavia deve-se estar atento à mudança no cenário, caso as vacinas em teste sejam eficazes e sua disponibilidade e utilização pela população sejam as mais rápidas possíveis. Com isso, a circulação de pessoas elevar-se-á exponencialmente, com impactos consideráveis, principalmente nos que mais sofreram com a pandemia, como Turismo, Comércio e Transportes.



Bahia. SEI, nov. 2020. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_nov_2020.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.



Capítulo 3 **GESTÃO FINANCEIRA**

Capítulo 3

GESTÃO FINANCEIRA

1 GESTÃO FINANCEIRA

Um dos objetivos da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) é equilibrar as contas públicas, gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, visando à melhoria na qualidade do gasto público do Estado. Nesse contexto, o resultado apresentado referente ao exercício de 2020 demonstra que o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

1.1 Receitas Públicas

As receitas realizadas em 2020, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 51,18 bilhões, alcançando

“ Um dos objetivos da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) é equilibrar as contas públicas, gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos (...) ”

95,47% da previsão anual. Comparando os resultados apurados com o exercício de 2019, observa-se um crescimento nominal na ordem de 4,67%, conforme se observa na Tabela 1.

TABELA 1

Balço Orçamentário da Receita

Bahia, 2017-2020

Receitas	Previsão Atualizada	Realizado (Em mil Reais)				Realização %	Variação % 2020/2019
		2020	2019	2018	2017		
Receitas Correntes	50.616.408	49.420.123	47.746.245	44.494.826	43.138.685	97,64	3,51
Receita Tributária	26.272.377	26.439.500	26.229.779	24.830.111	21.982.528	100,64	0,80
ICMS	21.260.940	21.169.024	21.147.432	20.104.192	17.751.045	99,57	0,10
Outras Tributárias	5.011.438	5.270.476	5.082.347	4.725.919	4.231.483	105,17	3,70
Receita de Contribuições	3.244.268	3.197.553	3.000.125	2.719.614	2.624.594	98,56	6,58
Receita Patrimonial	412.835	243.167	652.572	417.828	774.485	58,90	-62,74
Receita Agropecuária	1.080	350	218	336	7	32,39	60,43
Receita Industrial	384	-	318	496	490	0,00	-
Receita de Serviços	259.486	142.815	196.817	197.900	182.161	55,04	-27,44
Transferências Correntes	16.201.494	15.894.047	13.487.444	12.249.285	11.682.654	98,10	17,84
FPE	7.385.240	6.947.715	7.526.222	6.663.479	6.232.923	94,08	-7,69
Outras Transferências	8.816.254	8.946.331	5.961.222	5.585.806	5.449.732	101,48	50,08
Outras Receitas Correntes	1.305.254	993.578	1.029.483	1.004.409	1.325.399	76,12	-3,49
Receitas Intraorçamentárias Correntes	2.919.230	2.509.113	3.149.489	3.074.845	4.566.365	85,95	-20,33
Receitas de Capital	2.990.087	1.760.415	1.152.406	1.382.529	2.086.926	58,88	52,76
Operações de Crédito	1.326.826	821.496	742.905	646.128	1.156.475	61,91	10,58
Operações de Crédito Internas	719.172	359.740	139.214	76.358	837.785	50,02	158,41
Operações de Crédito Externas	607.654	461.756	603.691	569.770	318.690	75,99	-23,51
Alienação de Bens	13.579	3.486	15.140	33.620	22.869	25,67	-76,98
Amortização de Empréstimos	172.769	109.955	134.617	156.551	192.386	63,64	-18,32
Transferências de Capital	1.049.614	403.792	259.745	546.230	715.196	38,47	55,46
Outras Receitas de Capital	427.299	421.688	-	-	-	-	-
Total	53.606.496	51.180.538	48.898.651	45.877.355	45.225.611	95,47	4,67

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

1.2 Receitas Correntes

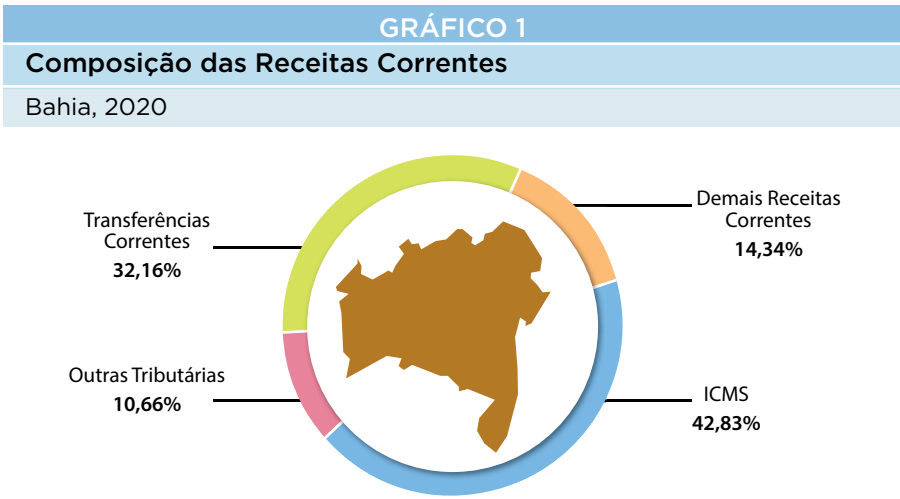
Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Em 2020, foram arrecadadas nesta categoria, incluindo as receitas intraorçamentárias, R\$ 49,42 bilhões, representando uma realização de 97,64% das receitas correntes previstas no ano e um crescimento nominal de 3,51% em relação a 2019. O Gráfico 1 traz a composição das Receitas Correntes.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 53,50% destas e totalizaram R\$ 26,44 bilhões em

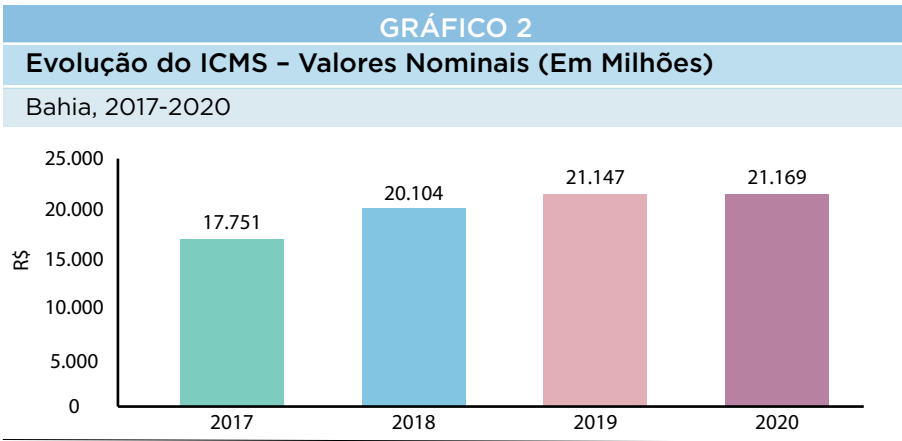
2020, sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) representou 42,83% do total das receitas correntes.

1.3 Arrecadação do ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 80,07% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 21,17 bilhões em 2020, conforme demonstrado no Gráfico 2. Este montante representa um crescimento nominal de 0,1% em comparação com 2019.



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

Nota: No gráfico 2, os valores realizados de ICMS, do período 2017-2020, estão informados com as respectivas deduções das Contas retificadoras de receitas (restituições, FUNDEB), uniformizando o quadro comparativo desta conta, considerando que este procedimento tornou-se obrigatório a partir de 2014 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

“ As receitas realizadas em 2020, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 51,18 bilhões, alcançando 95,47% da previsão anual. Comparando os resultados apurados com o exercício de 2019, observava-se um crescimento nominal na ordem de 4,67%, (...) ”

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado. O Gráfico 3 demonstra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

No exercício de 2020, ocorreu uma redução na arrecadação do setor industrial de 4,48% e, também, uma redução no setor de serviços de 4,34%. Já o setor comercial teve um aumento de 10,56%. Verifica-se que a receita de ICMS apresentou uma baixa variação em relação ao período de 2019.

GRÁFICO 3

Arrecadação do ICMS por Setor Econômico

Bahia, 2020



Fonte: PGM/SEFAZ/COPAF/GEPAF

1.4 Arrecadação do IPVA

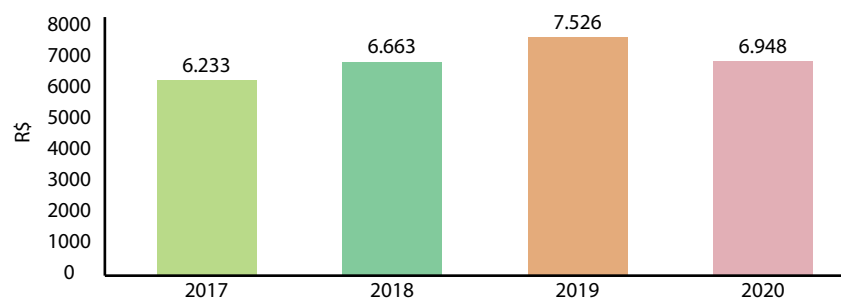
O IPVA apresentou, no ano de 2020, uma variação nominal positiva de 4,54% quando comparado com o realizado de 2019, sendo arrecadados R\$ 1,33 bilhão.

1.5 Receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE)

As Transferências Correntes representam 32,16% das Receitas Correntes realizadas e são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, destacando-se o FPE que participa com 43,71% do total realizado de transferências e apresentou em

2020 uma variação nominal negativa de 7,69% em relação a 2019, atingindo o montante de R\$ 6,95 bilhões. O Gráfico 4 apresenta a evolução do FPE nos últimos quatro anos.

GRÁFICO 4
Evolução do FPE – Valores Nominais (Em Milhões)
Bahia, 2017-2020



FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

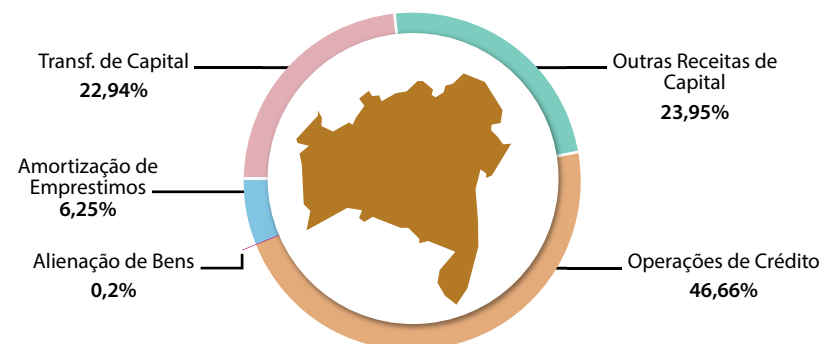
Nota: No gráfico 4, os valores realizados de FPE, do período 2017-2020, estão informados com as respectivas deduções das Contas Retificadoras de Receitas (restituições, FUNDEB), uniformizando o quadro comparativo desta conta, considerando que este procedimento tornou-se obrigatório a partir de 2014 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.6 Receitas de Capital

As Receitas de Capital totalizaram em 2020, R\$ 1,76 bilhão e referem-se aos ingressos de Operações de Crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais (R\$ 821,50 milhões), de Alienações de Bens (R\$ 3,49 milhões), as Amortizações de Empréstimos (R\$ 109,96 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 403,79 milhões). Foi realizada nessa rubrica 58,88%

da previsão anual. A composição das Receitas de Capital está apresentada no Gráfico 5.

GRÁFICO 5
Composição das Receitas de Capital
Bahia, 2020



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

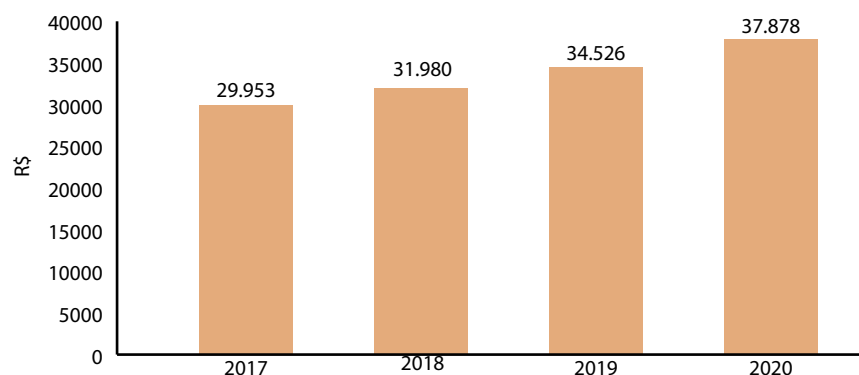
1.7 Receita Corrente Líquida (RCL)

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um parâmetro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. É sobre esse parâmetro que se calculam os limites das despesas com Pessoal e Dívida Pública. Em 2020, conforme Gráfico 6, essa receita apresentou um crescimento da ordem de 9,71% em relação a 2019, representando um montante de R\$ 37,88 bilhões.

GRÁFICO 6

Evolução da Receita Corrente Líquida (Em Milhões)

Bahia, 2017-2020



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

1.8 Comportamento das Despesas Públicas

A Despesa Total do Estado da Bahia prevista para o exercício de 2020 foi de R\$ 55,2 bilhões, apresentando um valor realizado de R\$ 49,03 bilhões, o que representa uma realização de 88,83% e um aumento de 0,30% quando comparado ao ano anterior.

Para o Poder Executivo, a despesa total prevista no exercício foi de R\$ 50,34 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 44,41 bilhões, o que representa uma realização de 88,22%. Desse total, as Despesas Correntes, incluindo as intraorçamentárias, totalizaram R\$ 40,24 bilhões e as Despesas de Capital, R\$ 4,17 bilhões.

TABELA 2

Balanço Orçamentário da Despesa

Bahia, 2017-2020

Receitas	Dotação atualizada	Realizado (Em mil Reais)				Realização %	Variação % 2020/2019 até Ago
		2020	2019	2018	2017		
Despesas Correntes	45.930.473	42.326.938	41.890.142	39.704.789	37.330.807	92,15	1,04
Pessoal e Encargos Sociais	25.253.816	22.983.769	22.393.533	21.189.194	20.145.368	91,01	2,64
Juros e Encargos da Dívida	550.628	541.600	954.652	879.050	608.406	98,36	-43,27
Outras Despesas Correntes	20.126.030	18.801.569	18.541.957	17.636.546	16.577.033	93,42	1,40
Transf. Const. aos Municípios	6.855.942	6.786.959	6.727.904	6.399.480	5.780.433	98,99	0,88
Demais Despesas Correntes	13.270.089	12.014.610	11.814.053	11.237.066	10.796.600	90,54	1,70
Despesas de Capital	6.711.047	4.196.596	3.845.543	4.011.959	3.648.467	62,53	9,13
Investimentos	4.748.544	2.472.792	2.402.255	2.611.031	2.607.418	52,07	2,94
Inversões Financeiras	1.027.362	793.117	528.972	623.953	328.656	0,00	49,94

Continua

Continuação

TABELA 2							
Balanço Orçamentário da Despesa							
Bahia, 2017-2020							
Receitas	Dotação atualizada	Realizado (Em mil Reais)				Realização %	Variação % 2020/2019 até Ago
		2020	2019	2018	2017		
Amortização da Dívida	935.140	930.687	914.317	776.976	712.392	99,52	1,79
Reservas de Contingência	8.056	-	-	-	-	-	-
Despesas Intraorçamentárias	2.548.012	2.510.158	3.152.830	3.081.201	4.590.887	98,51	-20,38
Total das Despesas	55.197.589	49.033.692	48.888.514	46.797.950	45.570.160	88,83	0,30

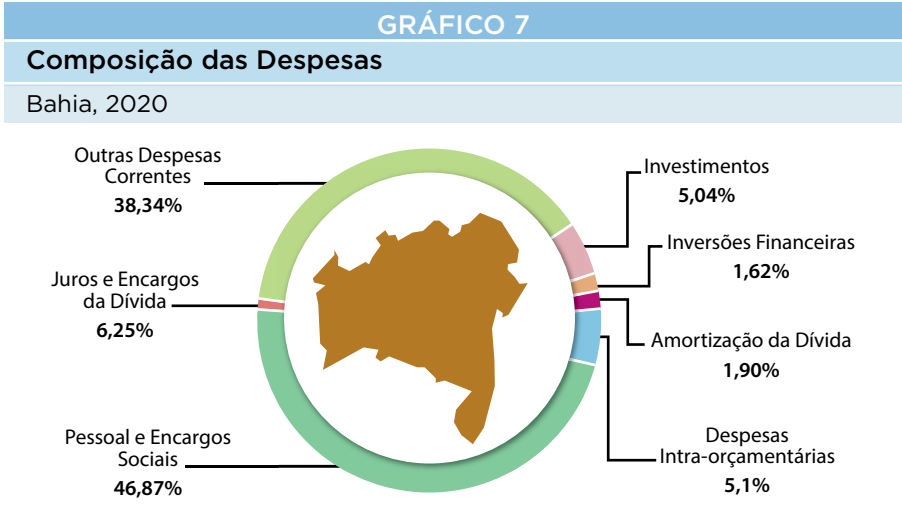
Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. No exercício em análise, as despesas correntes, excetuadas as intraorçamentárias, atingiram o montante de R\$ 42,33 bilhões representando 86,32% do total gasto pelo Estado, com realização de 92,15% da dotação atualizada. Incluindo as despesas intra-orçamentárias, temos um montante R\$ 44,84 bilhões, sendo realizados 92,49%.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 22,98 bilhões, os Juros e Encargos da Dívida totalizaram R\$ 541,60 milhões e as Outras Despesas Correntes com um total realizado de R\$ 18,80 bilhões.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 4,20 bilhões com uma realização de 62,53% do valor orçado no ano. Essa categoria é representada pelos Investimentos com valor de R\$ 2,47 bilhões, seguida da Amortização da Dívida e Inversões Financeiras com

R\$ 930,69 milhões e R\$ 793,12 milhões, respectivamente. O Gráfico 7 demonstra a composição das despesas em 2020.



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

“ A Despesa Total do Estado da Bahia prevista para o exercício de 2020 foi de R\$ 55,2 bilhões, apresentando um valor realizado de R\$ 49,03 bilhões, o que representa uma realização de 88,83% e um aumento de 0,30% quando comparado ao ano anterior. ”

3.9 Pessoal e Encargos

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam as mais significativas no conjunto das despesas, e se mantiveram em rela-

ção à Receita Corrente Líquida do exercício, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF, conforme evidencia a Tabela 3.

1.10 Aplicações de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do Magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de Educação Básica, Profissional e Superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

A Tabela 4 demonstra que do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou em 2020, um total de R\$ 8,08 bilhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 26,09% destas receitas, significando o cumprimento do limite legal de 25%.

TABELA 3

Despesas de Pessoal X Receita Corrente Líquida

Bahia, 2017-2020

PODER	% Limite prudencial	% Limite máximo	% Despesa de Pessoal Realizada / RCL			
			2020	2019	2018	2017
Executivo e Defensoria	46,17	48,60	40,95	43,85	46,13	43,58

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF
RCL Ajustada 2020 = R\$ 37.772.850 mil

TABELA 4

Aplicação de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Bahia, 2017-2020

Descrição	Realizado (Em mil Reais)				Limite Constitucional
	2020	2019	2018	2017	
Receita Líquida de Impostos	30.978.445	30.274.076	28.559.698	26.042.458	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	8.081.943	7.910.325	7.324.192	6.968.468	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	26,09%	26,12%	25,65%	26,76%	25,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

1.11 Aplicações de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com Pessoal, Custeio ou Investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Os gastos com saúde totalizaram R\$ 4,15 bilhões, em 2020, correspondendo a 13,39% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, cumprindo o limite de 12% estabelecido pela Lei Comple-

mentar 141/2012. A Tabela 5 apresenta a aplicação de recursos em ações e serviços de saúde nos últimos quatro anos.

“ Os gastos com saúde totalizaram R\$ 4,15 bilhões, em 2020, correspondendo a 13,39% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, cumprindo o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar 141/2012. ”

TABELA 5

Aplicação de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Bahia, 2017-2020

Descrição	Realizado (Em mil Reais)				Limite Constitucional
	2020	2019	2018	2017	
Receita Líquida de Impostos	30.978.445	30.284.075	28.559.698	26.042.458	
Total das Despesas Próprias com Saúde	4.148.231	4.051.150	3.540.261	3.476.466	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	13,39%	13,38%	12,40%	13,35%	12,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

1.12 Dívida Pública

Visando ao equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia mantém o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Conforme Tabela 6, ao final do exercício de 2020 a relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL) correspondeu a 0,57, valor significativamente inferior ao limite estabelecido por Resolução do Senado Federal, de 2 vezes a RCL.

Conforme observado na Tabela 7, entre 2010 e 2014, temos como tendências o alongamento do prazo médio de vencimento e a redução da taxa de juros média da Dívida Pública, o que configura uma melhora no perfil de endividamento naquele período. Estas tendências, explicadas principalmente pelo desembolso de recursos de operações de crédito externas, contratadas em expressivo volume no período 2012-2014, com longos prazos de resgate e a taxas de juros

declinantes, apresentaram uma reversão a partir do ano de 2015, em razão da redução das contratações e dos desembolsos, e da elevação das taxas de juros destas mesmas operações. No ano de 2018, com a renegociação de contratos de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Caixa Econômica Federal (CEF), que ampliou os seus prazos de resgate, observa-se um aumento nos prazos médios das dívidas interna e total. Em 2020 tivemos a continuação da tendência de redução dos juros médios e prazo médio da dívida apresentado nos últimos dois anos.

TABELA 6

Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL

Bahia, 2017-2020

ANO	DCL / RCL
2017	0,58
2018	0,64
2019	0,62
2020	0,57

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF

TABELA 7

Evolução Anual de Prazos e Taxas de Juros Médios

BAHIA, 2010-2020

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA EXTERNA											
Prazo Médio	12,47	12,18	17,18	18,86	20,14	19,67	19,23	18,86	18,60	18,33	17,92
Juros Médios	2,32%	2,26%	1,58%	1,36%	1,21%	1,48%	1,95%	2,20%	3,29%	2,96%	1,09%
DÍVIDA INTERNA											
Prazo Médio	12,35	12,12	11,97	11,72	10,75	11,18	11,59	11,04	13,61	12,80	12,37
Juros Médios	5,91%	5,85%	5,84%	5,75%	5,77%	6,02%	5,20%	5,17%	5,12%	4,52%	3,87%
DÍVIDA TOTAL											
Prazo Médio	12,37	12,27	13,68	14,66	15,14	15,56	15,14	14,47	15,98	15,51	15,35
Juros Médios	5,19%	5,09%	4,45%	3,94%	3,64%	3,68%	3,69%	3,87%	4,25%	3,76%	2,38%

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB(Sistema da Dívida Pública(SPD))

1.13 Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. A

Tabela 8 demonstra que, no exercício de 2020, a Bahia obteve o resultado primário positivo de R\$ 2,98 bilhões, superior à meta estabelecida na LDO, no valor negativo de (R\$ 510,85 milhões).

TABELA 8

Resultado Primário

BAHIA, 2017-2020

Receitas Fiscais	Receitas Realizadas (Em mil Reais)			
	2020	2019	2018	2017
Receitas Fiscais Correntes	46.776.344	44.334.750	41.104.459	42.553.848
Receitas Fiscais de Capital	828.966	274.885	546.230	715.196
Receitas Fiscais	47.605.310	44.609.635	41.650.689	43.269.044

Continua

Continuação

TABELA 8

Resultado Primário

BAHIA, 2017-2020

Receitas Fiscais	Receitas Realizadas (Em mil Reais)			
	2020	2019	2018	2017
Despesas Fiscais	Despesas Liquidadas (Em mil Reais)			
	2020	2019	2018	2017
Despesas Fiscais Correntes	41.702.553	40.811.819	38.791.441	41.313.287
Despesas Fiscais de Capital	2.921.858	2.788.751	2.935.695	2.798.816
Reserva de Contingência	-	-	-	-
Despesas Fiscais	44.624.410	43.600.570	41.727.135	44.112.103
Resultado Primário	2.980.900	1.009.064	(76.446)	(843.059)

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF/GEPAF
LDO/LOA - Meta do Resultado Primário para o ano de 2020 = R\$ (510.848) mil.

1.14 Portal Transparência

O Portal Transparência Bahia é um instrumento de consulta e acompanhamento *on-line* das ações governamentais e da aplicação dos recursos públicos. No portal, estão disponíveis informações da receita e da despesa, dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), incluindo os gastos com educação e saúde, e os pagamentos feitos aos fornecedores e

prestadores de serviço. O cidadão pode acessá-lo através do portal www.sefaz.ba.gov.br e nos sites das secretarias, demais órgãos e entidades da administração pública estadual.

Dentro do portal, é disponibilizado ainda o módulo “Convênios”, com a legislação pertinente e informações sobre a situação dos convênios / convenientes (adimplência ou inadimplência das Prefeituras e Organizações Não Governamentais – ONGs).



Capítulo 4 **AVALIAÇÃO DE DESENHO DE
PROGRAMAS DO PPA 2020-2023**

CAPÍTULO 4

AVALIAÇÃO DE DESENHO DE PROGRAMAS DO PPA 2020-2023

Cada vez mais, as práticas de avaliação têm ocupado espaço nas agendas de gestores públicos, impulsionados pela conscientização da importância da transparência e da prestação de contas das suas ações e pela necessidade de maior eficiência, eficácia e efetividade das intervenções frente à redução da capacidade de gastos. A avaliação assume, nesse sentido, um importante papel como instrumento de Gestão Estratégica e, especialmente, para a tomada de decisão em diferentes estágios da intervenção, desde a concepção estrutural (desenho) das políticas públicas até a sua condução, com análises sistemáticas da implementação e dos resultados alcançados, de modo a promover os ajustes necessários.

No Governo do Estado da Bahia, a Avaliação integra o Ciclo do Planejamento, cuja centralidade está no Plano Plurianual (PPA), constituindo dois processos do Sistema Estadual de Planejamento

e Gestão Estratégica (Sepege): Avaliar o Desenho e Avaliar o Desempenho dos Programas do PPA. Este capítulo trata da Avaliação de Desenho (Adese) dos Programas do PPA 2020-2023 que, realizada no início do primeiro ano da sua execução, constitui experiência pioneira de avaliação da estrutura lógica programática, com caráter formativo, na medida em que busca contribuir para o maior entendimento do seu funcionamento e para o aprimoramento da sua execução e monitoramento, além de subsidiar os ajustes necessários para o seu aperfeiçoamento.

A Avaliação de Desenho dos Programas do PPA constitui a análise da concepção da estrutura programática, possibilitando evidenciar a lógica das intervenções propostas e a aderência entre os seus componentes, em relação aos resultados esperados. Dessa forma, possibilita a identificação de lacunas, superposições e in-

conformidades. O objetivo é, portanto, contribuir com a maior compreensão sobre o desenho dos Programas, subsidiando a sua implementação e gestão, bem como a medição dos seus resultados.

Em sua primeira aplicação, envolveu sete Programas do PPA 2020-2023, sob a responsabilidade do Poder Executivo, selecionados a partir de dois critérios: Teto Plurianual dos Recursos Orçamentários (os sete Programas respondem por, aproximadamente, 92% dos recursos previstos no PPA 2020-2023) e abrangência das Prioridades da Administração Pública Estadual (os sete Programas se relacionam com a maioria das Prioridades indicadas na LDO 2020 para o Poder Executivo Estadual, representando mais de 90% do valor das Ações Orçamentárias constantes no PLOA 2020). Os Programas são:

- 304 – Desenvolvimento Rural;
- 305 – Desenvolvimento Urbano;
- 306 – Educação;
- 309 – Infraestrutura;
- 312 – Recursos Hídricos;
- 313 – Saúde; e
- 314 – Segurança Pública e Defesa Social.

A metodologia da Avaliação de Desenho (Adese) está descrita em relatório específico, publicado no site da Secretaria do Planejamento (SEPLAN), bem como os produtos dela resultantes. Vale registrar que foram levantadas informações documentais e cadastrais relativas ao PPA 2020-2023¹, visando a identificar: os problemas/oportunidades que suscitaram a concepção das intervenções delineadas no Programa Temático; os resultados esperados que devem atuar sobre os problemas/oportunidades; e a estrutura programática (desenho) delineada para se alcançar os resultados. Essas informações foram organizadas, sistematizadas e analisadas, compreendendo a apreciação de 1.005 componentes dos sete Programas, conforme detalhado no Gráfico 1, além das suas respectivas Contextualizações.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

¹ - A formulação do PPA 2020-2023 foi pautada pelos Planos de Desenvolvimento Integrado (PDI) e Estratégico Organizacional (PEO), bem como o Programa de Governo Participativo (PGP) e a Escuta Social.

A Adese se desenvolve a partir do Desenho Lógico do Programa (DLP) que está lastreado numa adaptação da metodologia de construção do Modelo Lógico, ferramenta de organização da cadeia estrutural de um programa, articulada aos resultados esperados. O Modelo Lógico explicita, de forma visual e objetiva, a racionalidade subjacente à estrutura programática, de modo a evidenciar as relações entre os seus componentes e a respectiva contribuição aos objetivos esperados.

Os DLP compreendem um diagrama de quatro colunas correspondentes a problemas/oportunidades, atividades, produtos e resultados pretendidos, elaborado a partir dos componen-

tes identificados no PPA 2020-2023, conforme detalhado no Quadro 1.

Construídos para cada um dos Compromissos dos Programas do escopo da Adese, os DLP permitem compreender o funcionamento do Programa, evidenciando:

- A sequência lógica dos seus componentes;
- as conexões entre os seus componentes e como estes se articulam aos problemas/oportunidades e aos resultados;
- a influência de um componente sobre os demais; e

QUADRO 1		
Elementos do Desenho Lógico e Componentes do PPA Correspondentes		
Bahia, 2020		
Elementos	Descritivo	Componentes do PPA
Problemas e Oportunidades	Aspectos dos contextos sociais, econômico e de infraestrutura que caracterizam uma situação a ser mitigada ou oportunizada.	Contextualização do Programa ¹
Atividades	Ações providas pelo Programa, podendo ser diretas (quando as atividades recaem sobre os beneficiários) ou indiretas (quando correspondem a atividades necessárias para a entrega de um bem ou serviço)	Iniciativas ² e Metas ³ do Programa.
Produtos	Entregas diretas e quantificáveis, resultantes de uma atividade ou de um conjunto de atividades empreendidas no âmbito do Programa, compreendendo os bens e serviços. Observa-se que cada Atividade deve gerar, no mínimo, um Produto e que algumas Atividades geram produtos pontuais ou intermediários, os quais não devem ser registrados no DLP.	Apesar de não estarem elencados explicitamente no PPA, são derivados do texto das Iniciativas e da forma de apuração das Metas, quando estas foram definidas como Atividade.

Continua

Continuação

QUADRO 1		
Elementos do Desenho Lógico e Componentes do PPA Correspondentes		
Bahia, 2020		
Elementos	Descritivo	Componentes do PPA
Resultados	Efeitos, conquistas, benefícios ou consequências, intermediários ou finais, gerados pela intervenção em relação ao enfrentamento das causas implícitas de um problema ou oportunidade de uma situação; e às mudanças no comportamento ou nas condições de um beneficiário, resultantes do uso ou aplicação de um bem ou serviço.	Identificados na Contextualização dos Programas, nos Indicadores de Programa e nas Metas

Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Notas:

1 - Considerou-se a Contextualização dos Programas para a identificação de problemas, oportunidades e resultados, este último para além de Indicadores de Programa, Metas e Iniciativas. Ainda que a elaboração do PPA 2020-2023 tenha utilizado como insumos o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), Programa de Governo Participativo (PGP) e o Plano Estratégico Organizacional (PEO), é possível que esses instrumentos de planejamento apresentem outros problemas, oportunidades e resultados que não constem na Contextualização.

2 - Em geral, as Iniciativas do Programa correspondem ao que deve ser realizado para se alcançar o objetivo expresso no Compromisso, sendo assim consideradas como Atividades do DLP. No entanto, algumas delas comunicam um resultado pretendido, de modo que passaram a integrar o campo do DLP correspondente a Resultado.

3 - A princípio, as Metas do Programa expressam um resultado a ser alcançado, mas existem situações em que possuem caráter de atividade a ser realizada, passando a compor o DLP como Atividade.

➤ as atividades centrais à operacionalização do Programa, cuja implementação precede a de outras atividades para que estas aconteçam.

Além disso, é possível inferir sobre os possíveis efeitos da não-implementação das intervenções programadas para o alcance dos resultados esperados e, portanto, para a mitigação de problemas ou potencialização de oportunidades.

A partir dos DLP, foi elaborada a Estrutura Lógica do Programa (ELP) que demonstra, de forma visual, as macrorelações da cadeia lógica estrutural do Programa, evidenciando as conexões en-

tre os Problemas/Oportunidades que balizaram a formulação das intervenções, Objetivos Pretendidos (expressos nos Compromissos) e Resultados Esperados que, de algum modo, dialogam com os Problemas e/ou Oportunidades identificados.

A partir da análise dos DLP e ELP², observa-se que, no geral, os Programas do escopo da Avaliação de Desenho possuem uma estrutura lógica adequada entre seus componentes. No entanto, há evidência de carência de elementos ou de elementos não-explici-

2 - Os DLP e ELP integram o Relatório da Avaliação de Desenho de Programas - 2020, publicado no site da Seplan.

tados no PPA 2020-2023, que são relevantes na formulação das intervenções públicas, a saber:

- a. Diagnóstico de Problema/Oportunidade;
- b. identificação de causa do Problema; e
- c. delimitação de resultado pretendido.

Além disso, observa-se ainda:

- a. A ocorrência de redundâncias entre componentes;
- b. excesso de algumas categorias de componentes (Metas e Iniciativas); e
- c. ausência de conexão entre determinados componentes de um mesmo Programa.

Os principais achados da Avaliação de Desenho estão sistematizados a seguir, por Programa analisado.



PROGRAMA 304

DESENVOLVIMENTO RURAL



Heckel Júnior - GOVBA

Cultivo de Soja na Bahia

PROGRAMA 304

DESENVOLVIMENTO RURAL

1. Informação do Programa



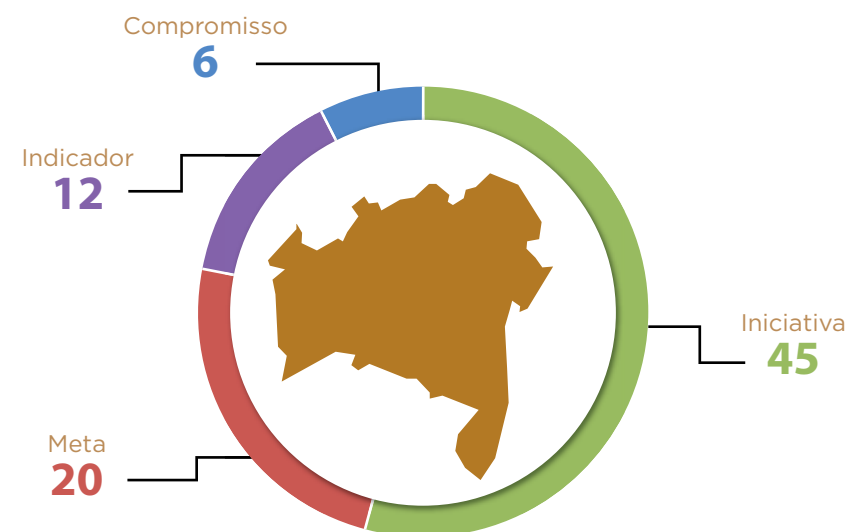
Mateus Pereira - GOVBA

Feira de orgânicos na capital baiana, conexão entre o pequeno agricultor e a população do Estado

GRÁFICO 1

Quantidade dos Componentes do Programa

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

FIGURA 1

Hierarquia de Palavras no Conjunto dos Compromissos

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 3

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Iniciativas

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 2

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Metas

Bahia, 2020

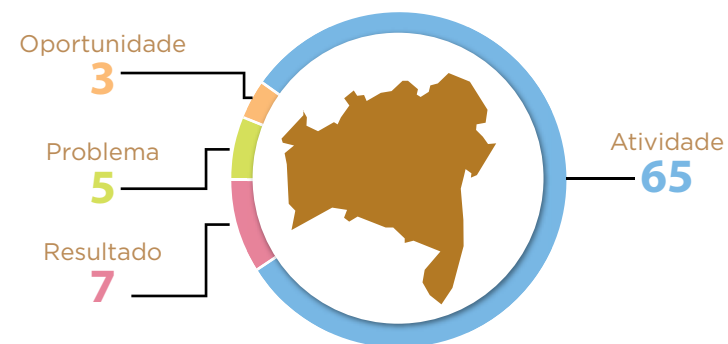


Fonte: DAV/SMA/Seplan

GRÁFICO 2

Quantidade de Componentes do Programa

Bahia, 2020

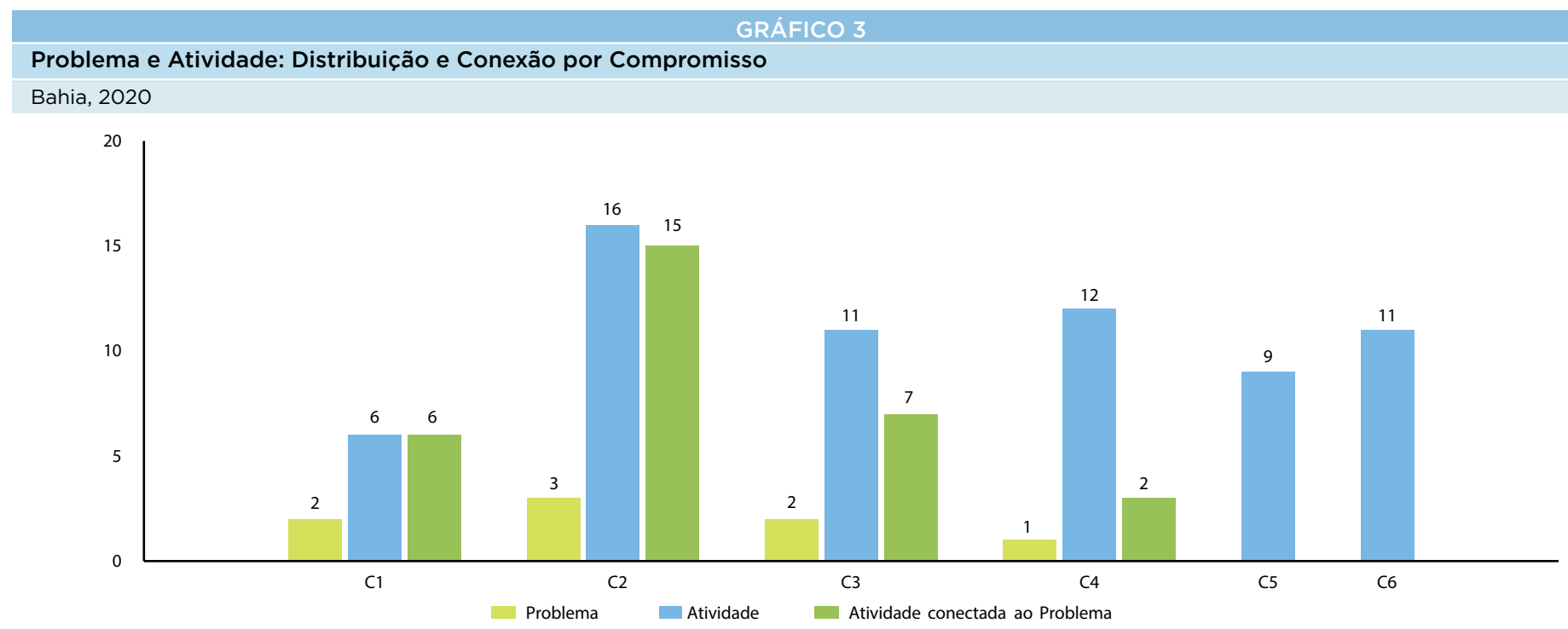


Fonte: DAV/SMA/Seplan.

2. Principais Achados

Achado 1:

Das 12 Atividades do Compromisso 4, apenas duas estão associadas ao Problema identificado. No Compromisso 3, sete das 11 Atividades estão associadas aos Problemas identificados. Para os Compromissos 5 e 6, não foram identificados Problemas.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

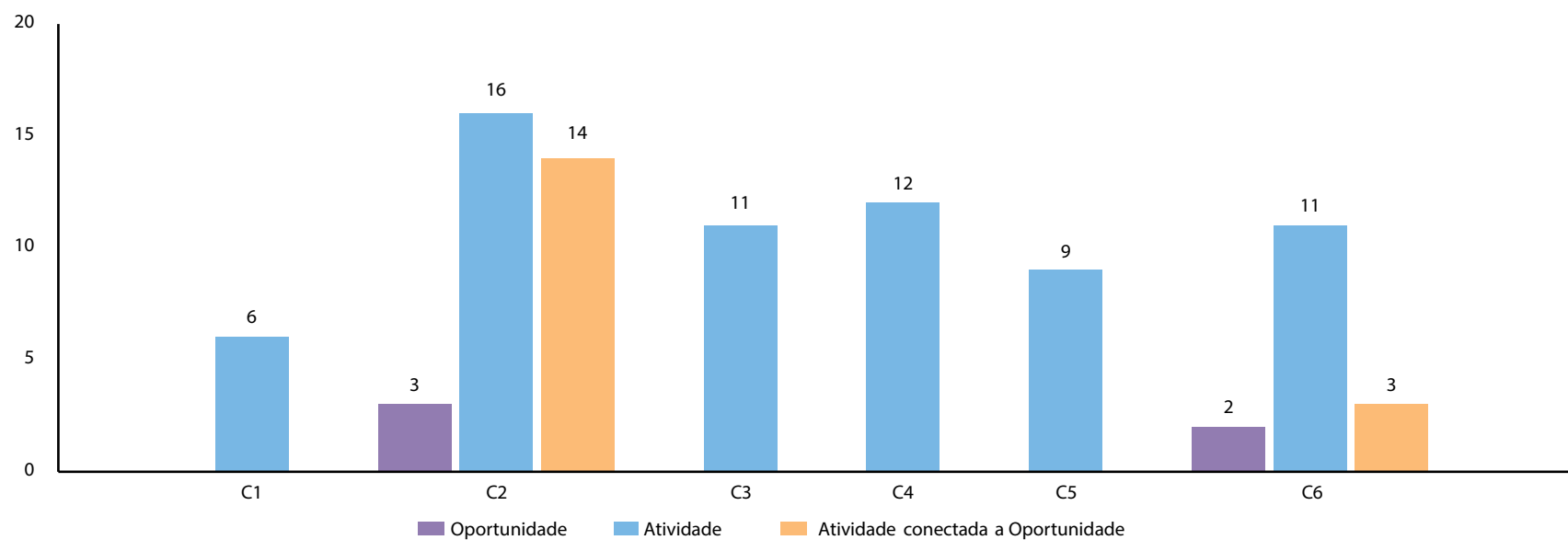
Nota 2: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 2:

Não foram identificadas Oportunidades para os Compromissos 1, 3, 4 e 5. No Compromisso 6, apenas três das 11 Atividades estão associadas às Oportunidades identificadas.

GRÁFICO 4**Oportunidade e Atividade: Distribuição e Conexão por Compromisso**

Bahia, 2020



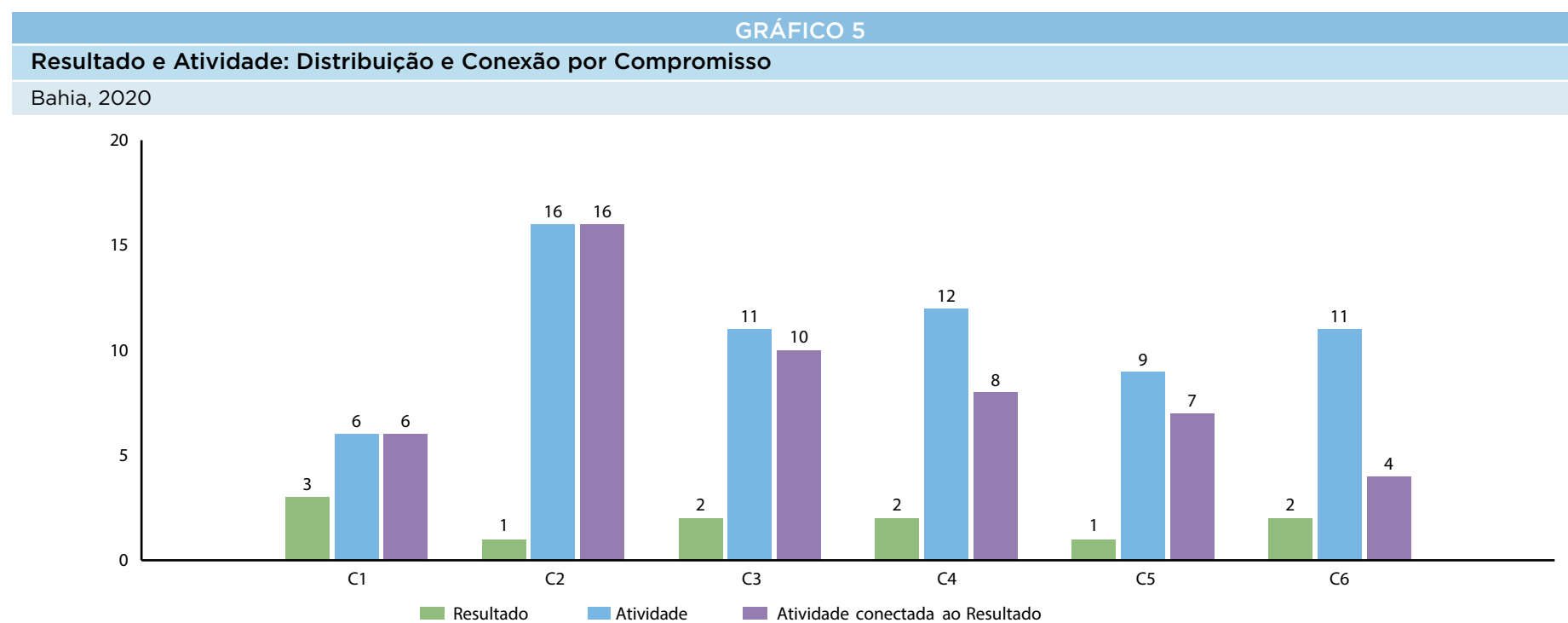
Fonte: DAV/SMA/Seplan, 2020.

Nota 1: Uma mesma Oportunidade pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Uma mesma Oportunidade pode estar associada a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 3:

No Compromisso 6, apenas quatro das 11 Atividades estão associadas aos resultados identificados.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

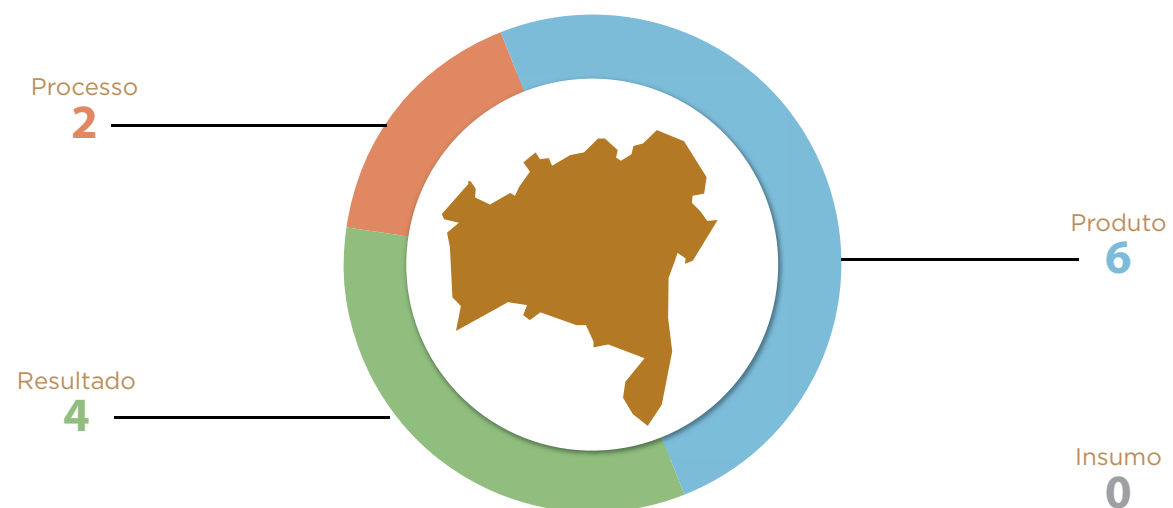
Nota 2: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 4:

Dos 12 Indicadores de Programa, apenas quatro são indicadores representativos de resultado.

GRÁFICO 6**Distribuição de Indicador de Programa por Tipologia**

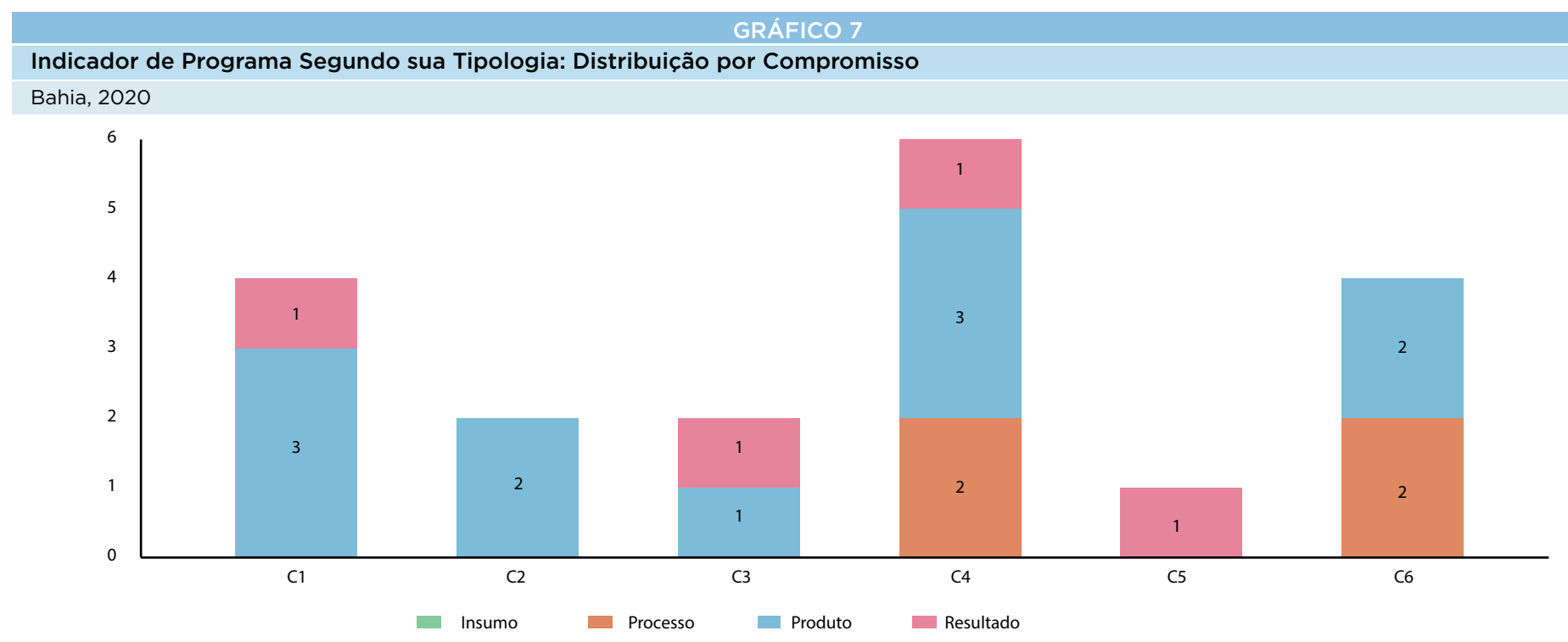
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 5:

Os Compromissos 2 e 6 não possuem Indicadores de Programa representativos de resultado.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

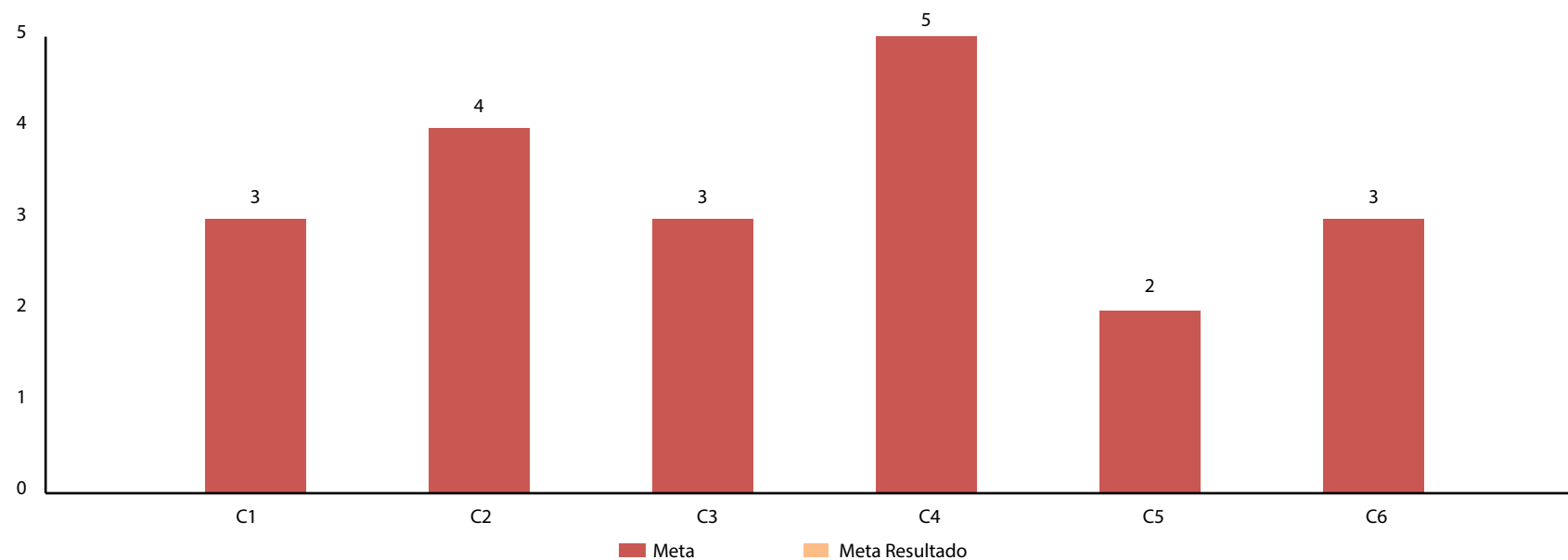
Nota: Um mesmo Indicador de Programa pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Achado 6:

O Programa não possui Metas representativas de resultados.

GRÁFICO 8**Meta vs. Meta Representativa de Resultado: Distribuição por Compromisso**

Bahia, 2020



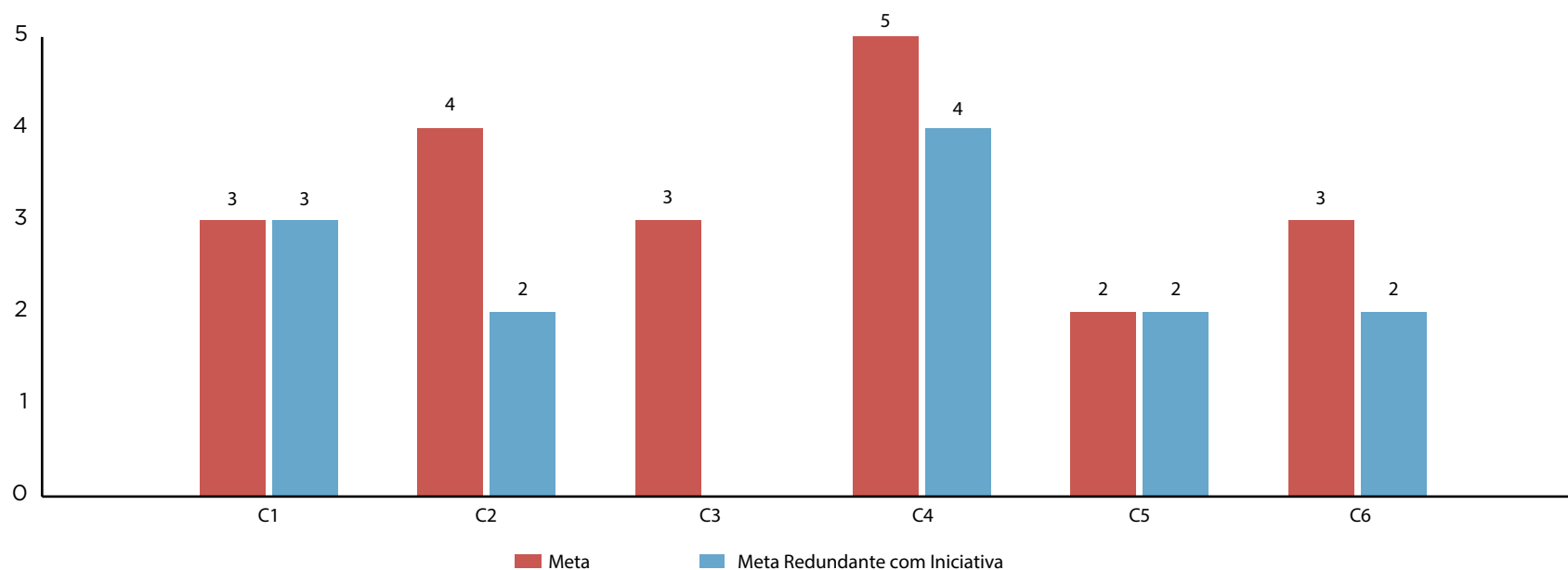
Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 7:

65% das Metas apresentam alguma redundância em relação a Iniciativas do Programa. Como se observa no Gráfico acima, os Compromissos 1 e 5 têm todas as suas Metas redundantes com Iniciativas; quatro das cinco Metas do Compromisso 4 guardam redundância com Iniciativas; duas das três Metas do Compromisso 6 guardam redundância com Iniciativas; e o Compromisso 3 não possui Metas redundantes com Iniciativas.

GRÁFICO 9**Meta vs. Meta Redundante com Iniciativa: Distribuição por Compromisso**

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota: Para a definição de redundância entre Meta e Iniciativa foram observados: 1) o texto da Meta e da Iniciativa; e 2) a Forma de Apuração da Meta.

PROGRAMA 305

DESENVOLVIMENTO URBANO



Paula Froés - GOVBA

Obra da Linha Azul ligação Lobato-Pirajá em Salvador

PROGRAMA 305

DESENVOLVIMENTO URBANO

1. Informação do Programa



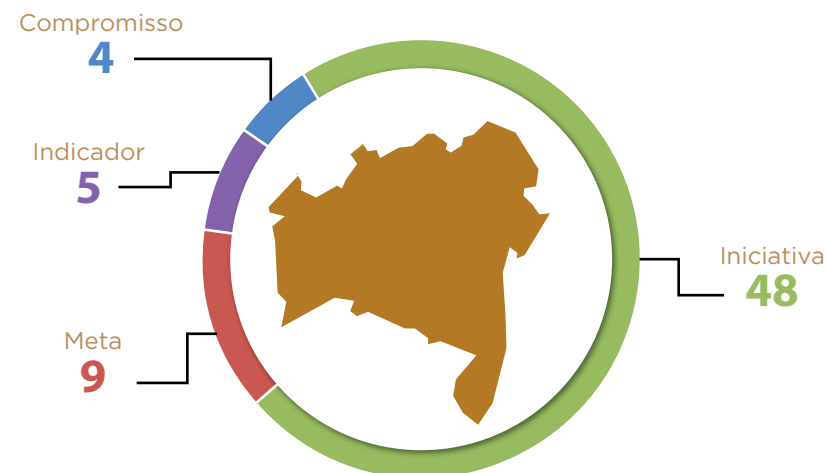
César Marques - GOVBA

Obra de macrodrenagem do Rio Jaguaribe em Salvador

GRÁFICO 1

Quantidade de Componentes do Programa

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

FIGURA 1

Hierarquia de Palavras no Conjunto dos Compromissos

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 2

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Metas

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 3

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Iniciativas

Bahia, 2020

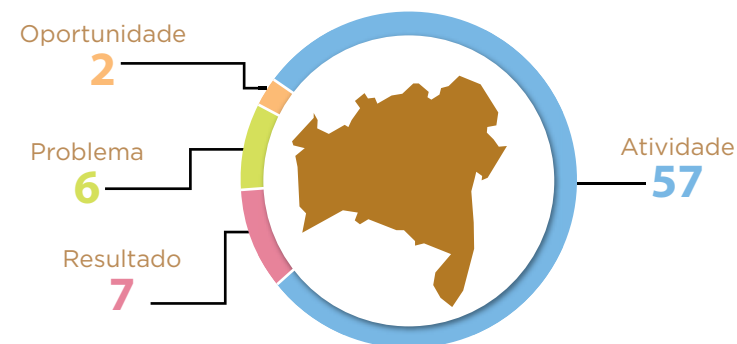


Fonte: DAV/SMA/Seplan

GRÁFICO 2

Quantidade de Elementos do Desenho Lógico do Programa

Bahia, 2020

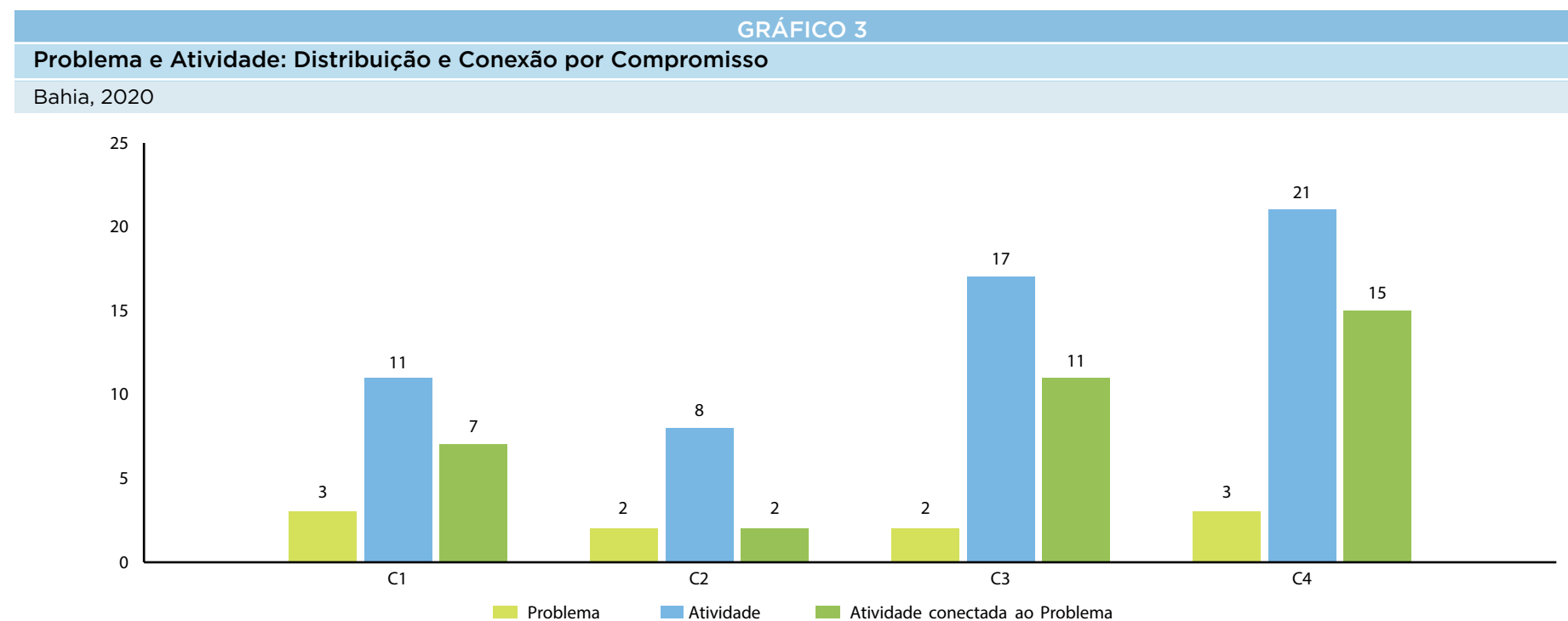


Fonte: DAV/SMA/Seplan, 2020.

2. Principais Achados

Achado 1:

Das oito Atividades do Compromisso 2, apenas duas estão associadas aos Problemas identificados.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

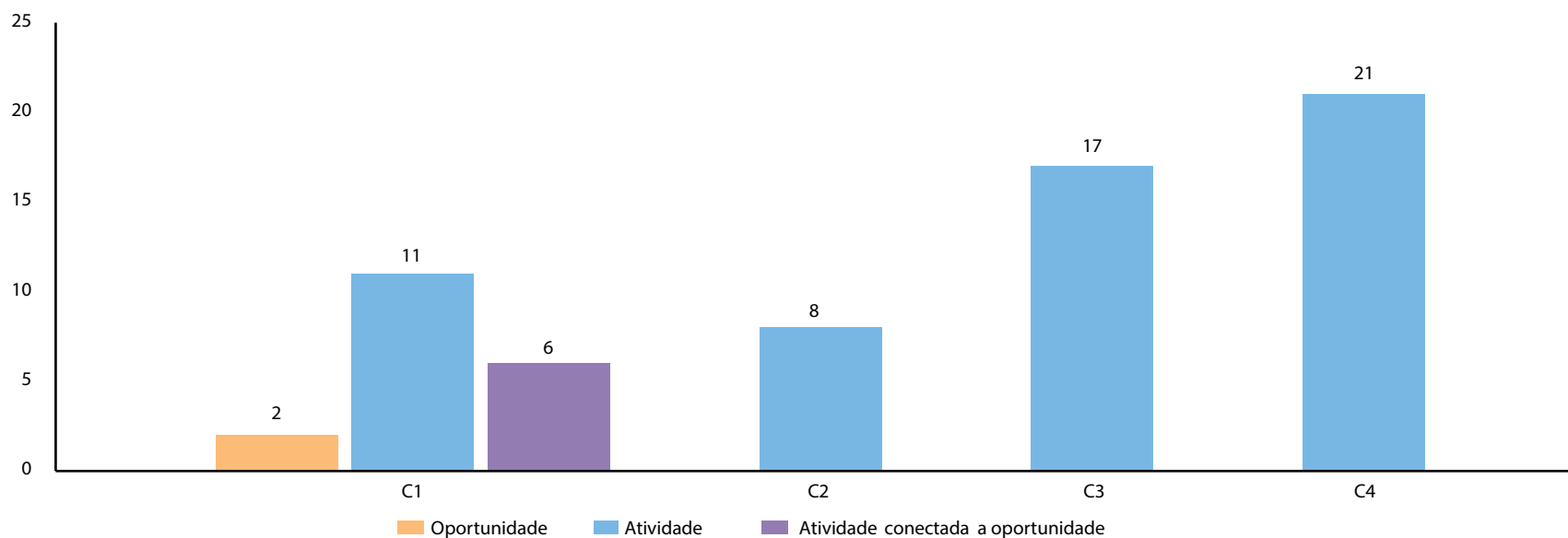
Nota 2: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 2:

Não foram identificadas Oportunidades para os Compromissos 2, 3 e 4

GRÁFICO 4**Oportunidade e Atividade: Distribuição e Conexão por Compromisso**

Bahia, 2020



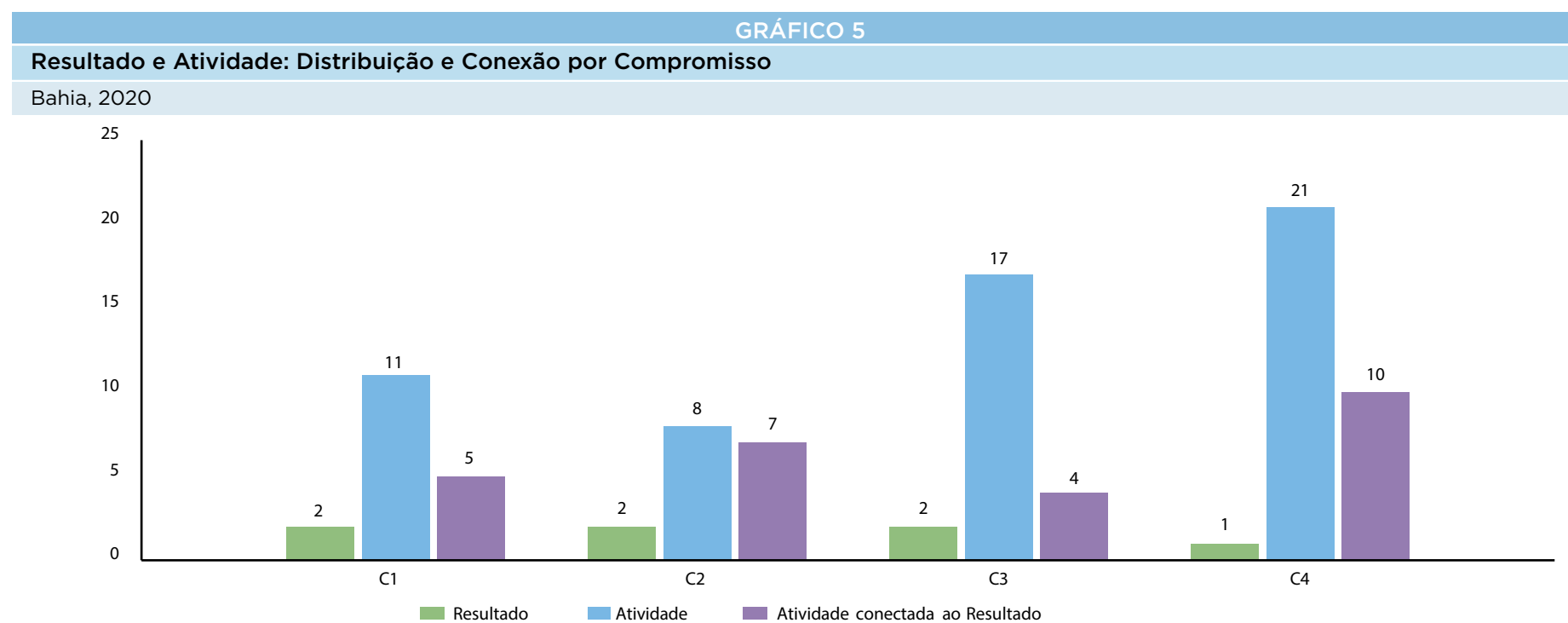
Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota: Uma mesma Oportunidade pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Uma mesma Oportunidade pode estar associada a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 3:

a) No Compromisso 3, apenas quatro das 17 Atividades estão associadas aos resultados identificados; e b) Nos Compromisso 1 e 4, menos da metade das Atividades estão associadas aos resultados identificados.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota1: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

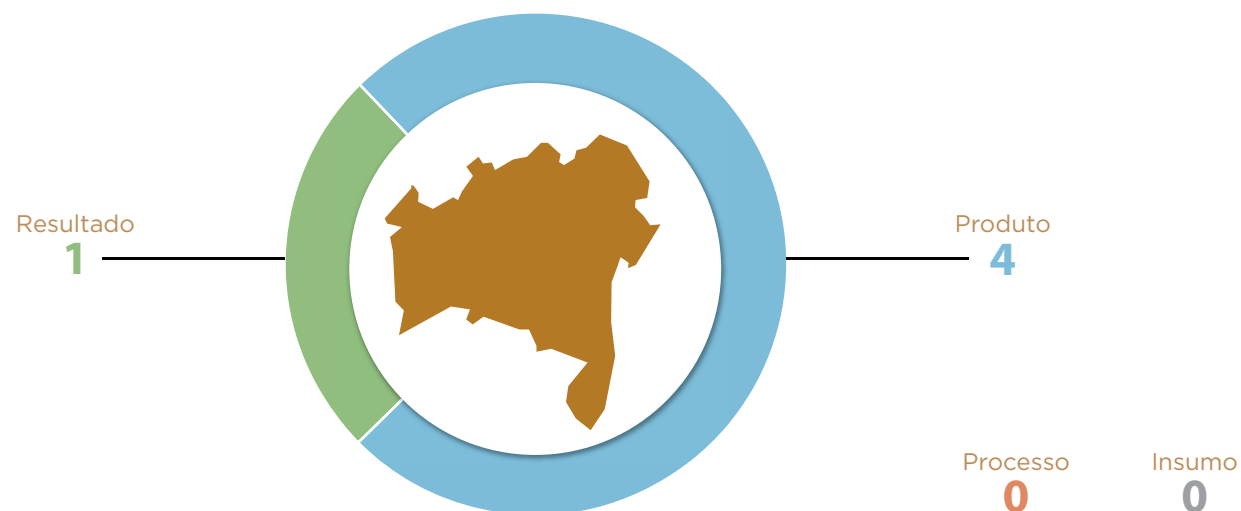
Achado 4:

Dos cinco Indicadores de Programa, apenas um indicador é representativo de resultado.

GRÁFICO 6

Distribuição de Indicador de Programa por Tipologia

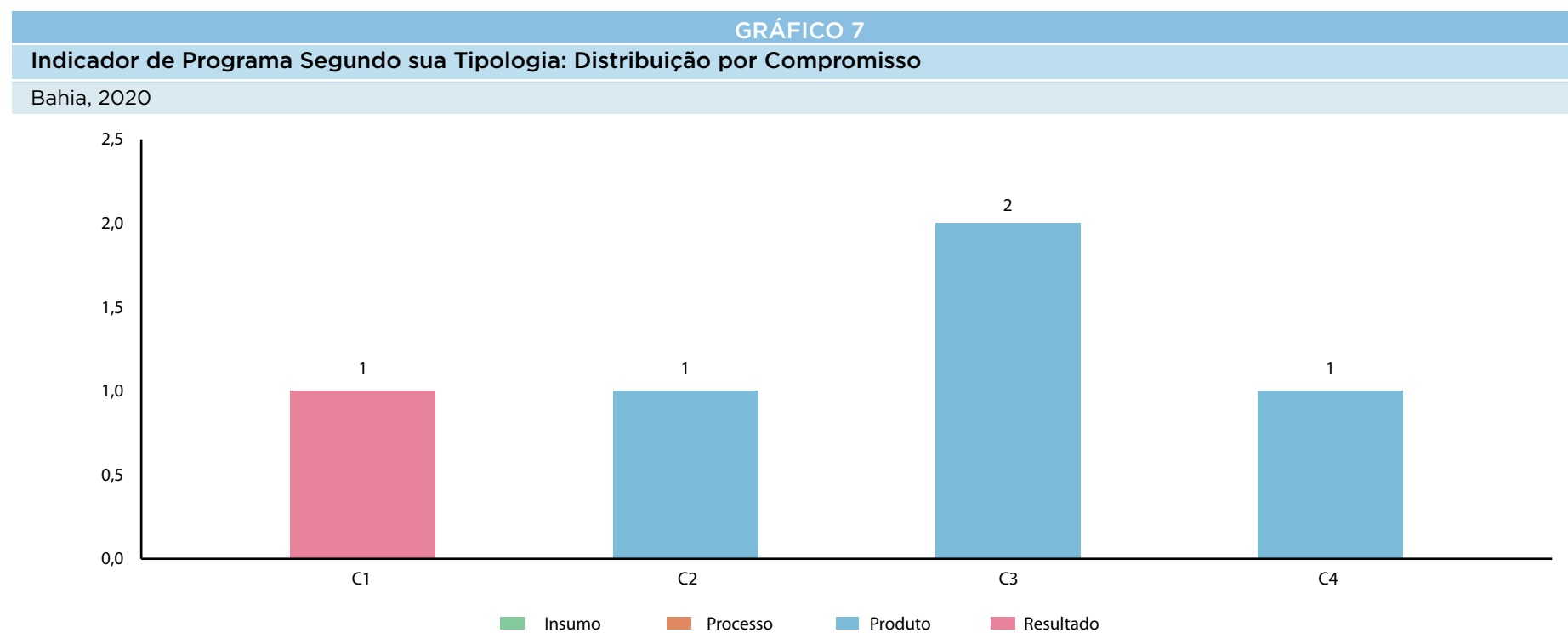
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 5:

Os Compromissos 2, 3 e 4 não possuem Indicadores de Programa representativos de resultados.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

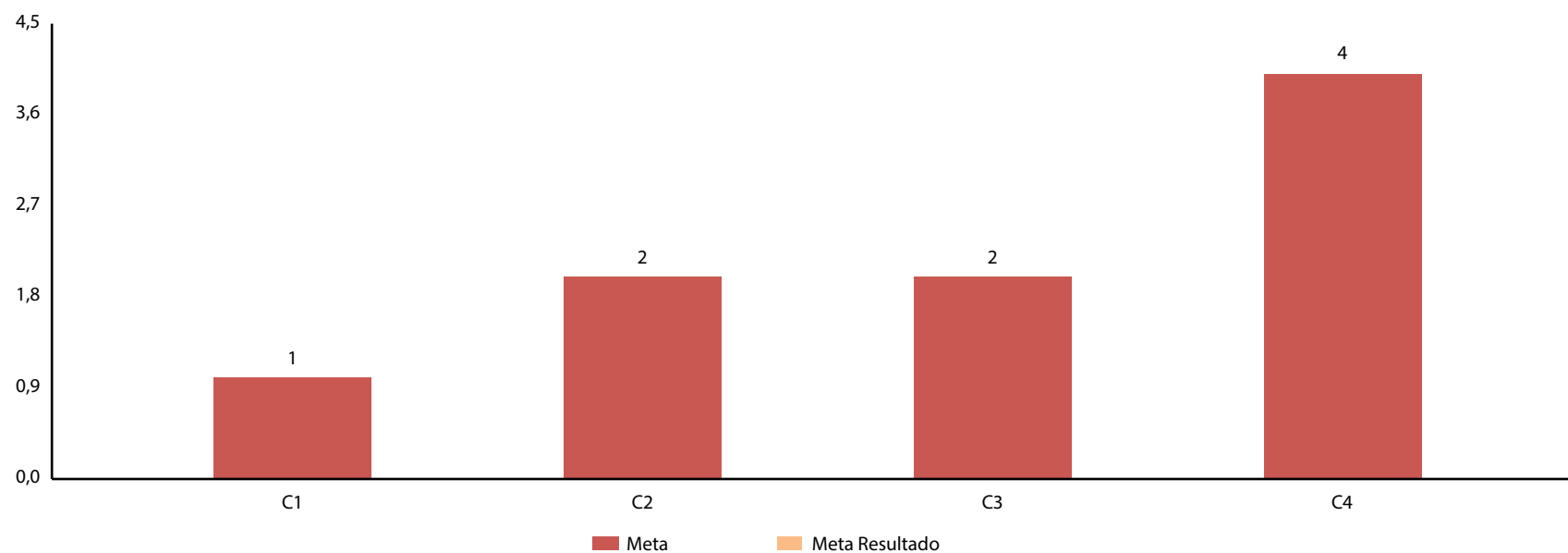
Nota: Um mesmo Indicador de Programa pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Achado 6:

O Programa não possui Metas representativas de resultado.

GRÁFICO 8**Meta vs. Meta Representativa de Resultado: Distribuição por Compromisso**

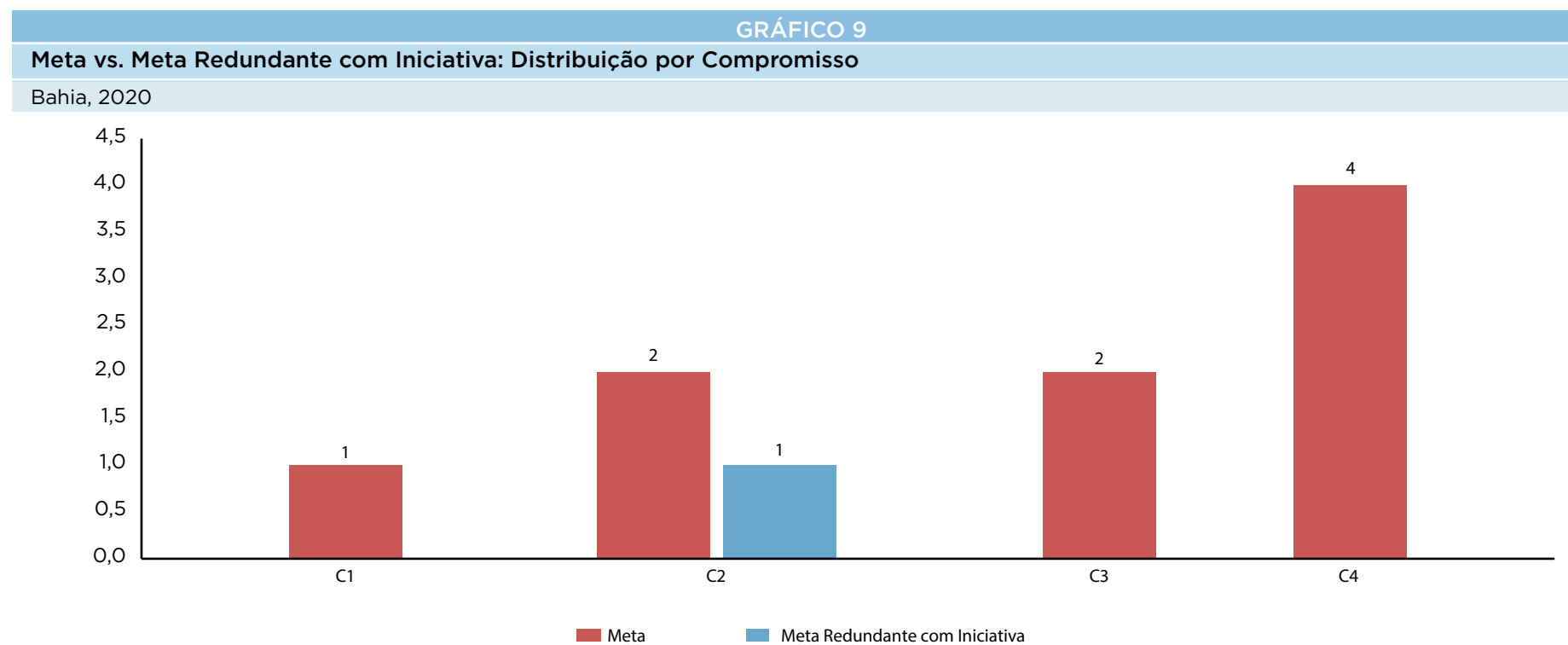
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 7:

Apenas o Compromisso 2 tem uma de suas duas Metas redundante com Iniciativa.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota: Para a definição de redundância entre Meta e Iniciativa foram observados: 1) o texto da Meta e da Iniciativa; e 2) a Forma de Apuração da Meta.

PROGRAMA 309

INFRAESTRUTURA



Mateus Pereira - GOVBA

Ponte Jorge Amado ligando Ilhéus a Pontal no município de Ilhéus

PROGRAMA 309

INFRAESTRUTURA

1. Informação do Programa



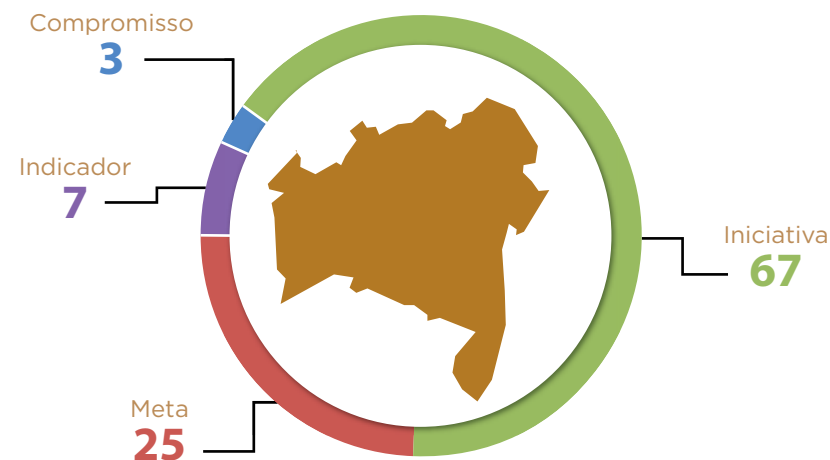
Paula Fróes - GOVBA

Pavimentação da BA-490 em Rafael Jambeiro

GRÁFICO 1

Quantidade de Componentes do Programa

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

FIGURA 1

Hierarquia de Palavras no Conjunto dos Compromissos

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 2

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Metas

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 3

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Iniciativas

Bahia, 2020

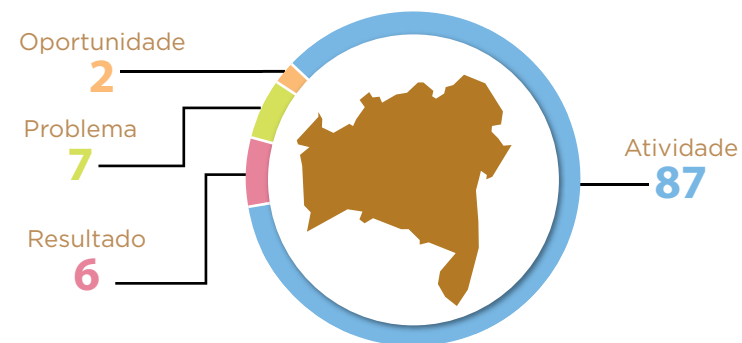


Fonte: DAV/SMA/Seplan

GRÁFICO 2

Quantidade de Elementos do Desenho Lógico do Programa

Bahia, 2020

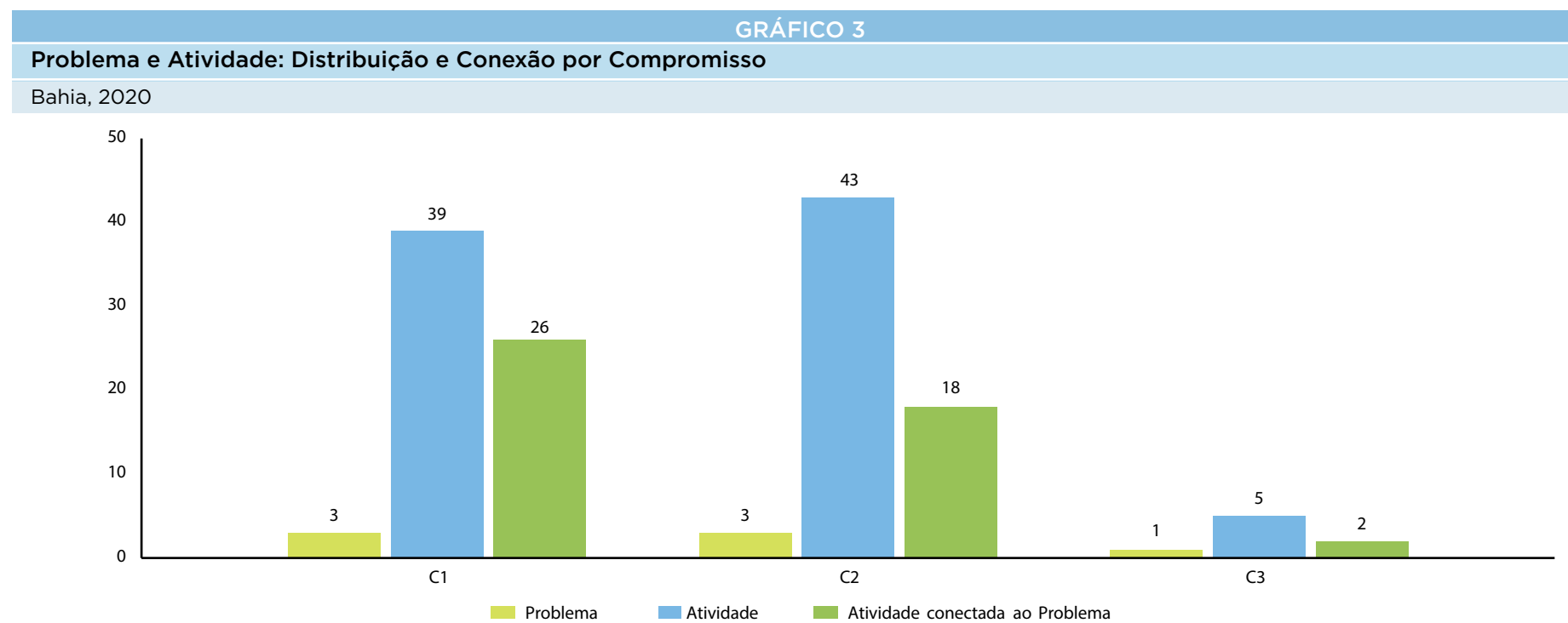


Fonte: DAV/SMA/Seplan.

2. Principais Achados

Achado 1:

Das 43 Atividades do Compromisso 2, apenas 18 estão associadas aos Problemas identificados.



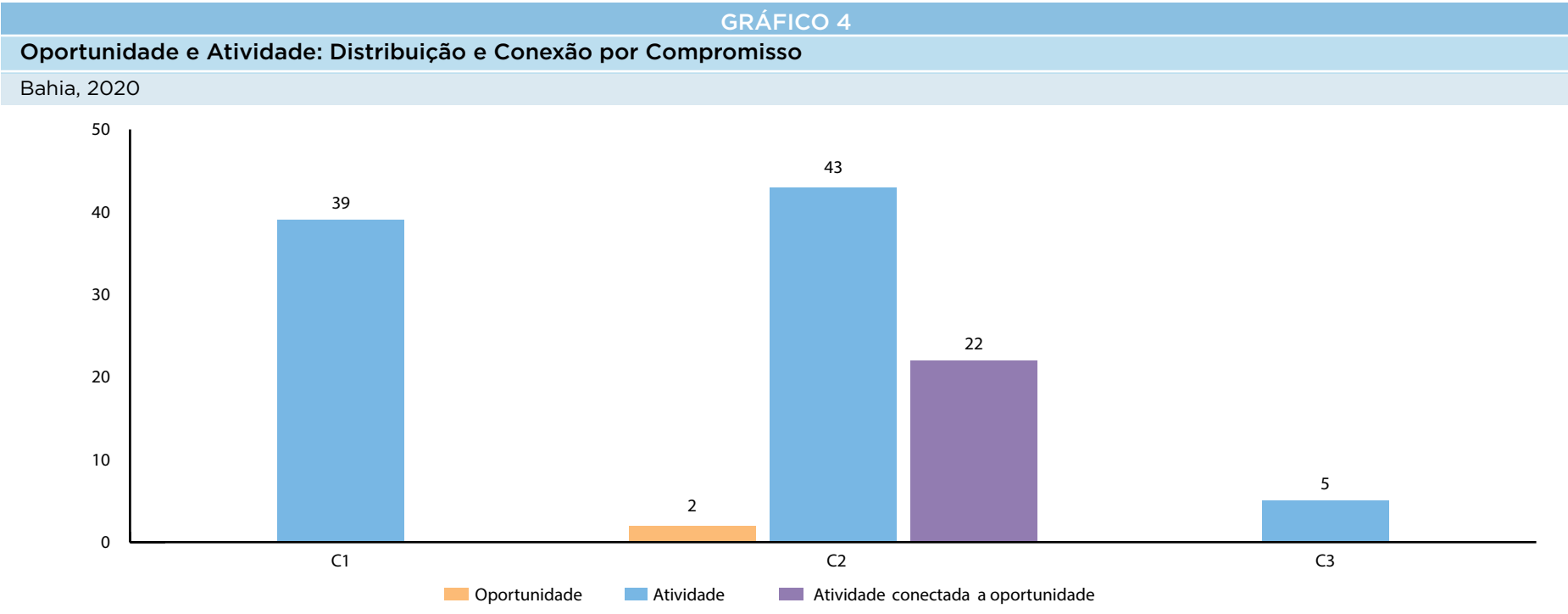
Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 2:

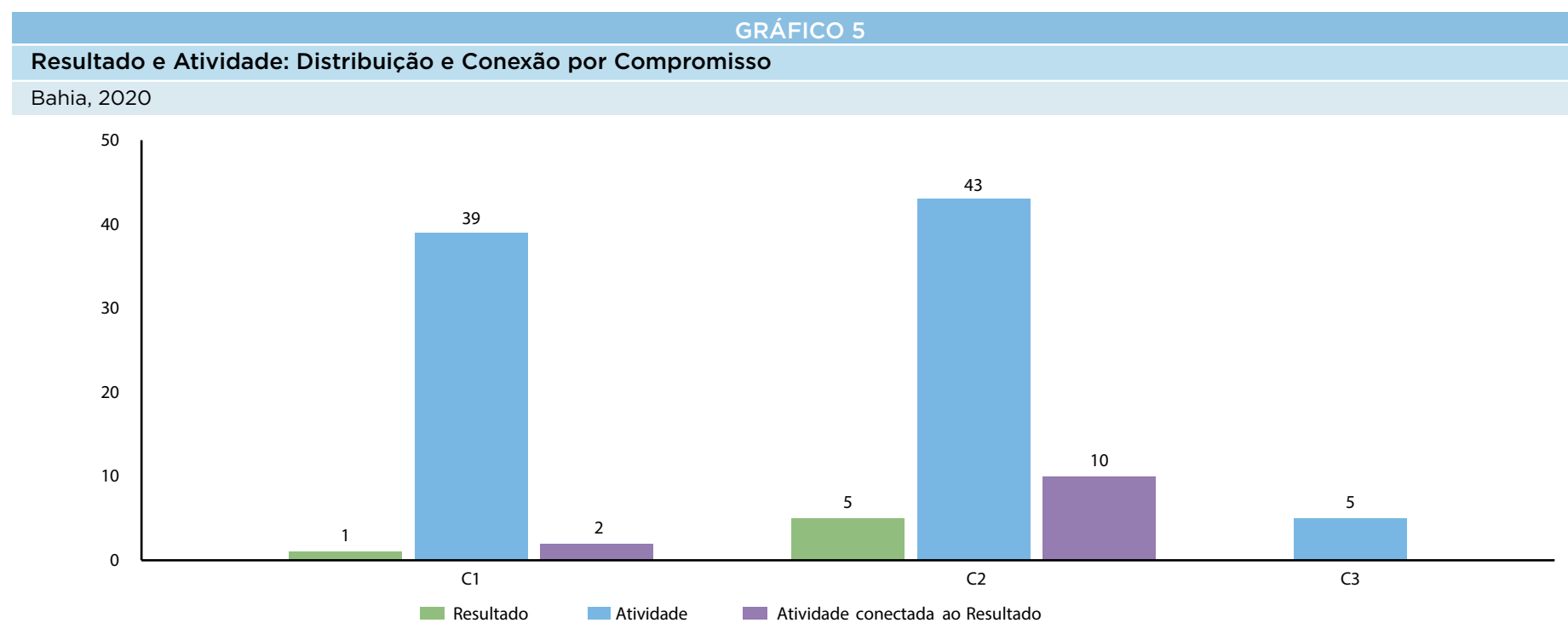
a) Para os Compromissos 1 e 3 não foram identificadas Oportunidades; e b) No Compromisso 2, apenas 22 das 43 Atividades estão associadas às Oportunidades identificadas.



Fonte: DAV/SMA/Seplan, 2020.
Nota 1: Uma mesma Oportunidade pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.
Nota 2: Uma mesma Oportunidade pode estar associada a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 3:

a) Não foi identificado resultado para o Compromisso 3; e b) Os Compromisso 1 e 2 possuem poucas Atividades associadas aos resultados identificados.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

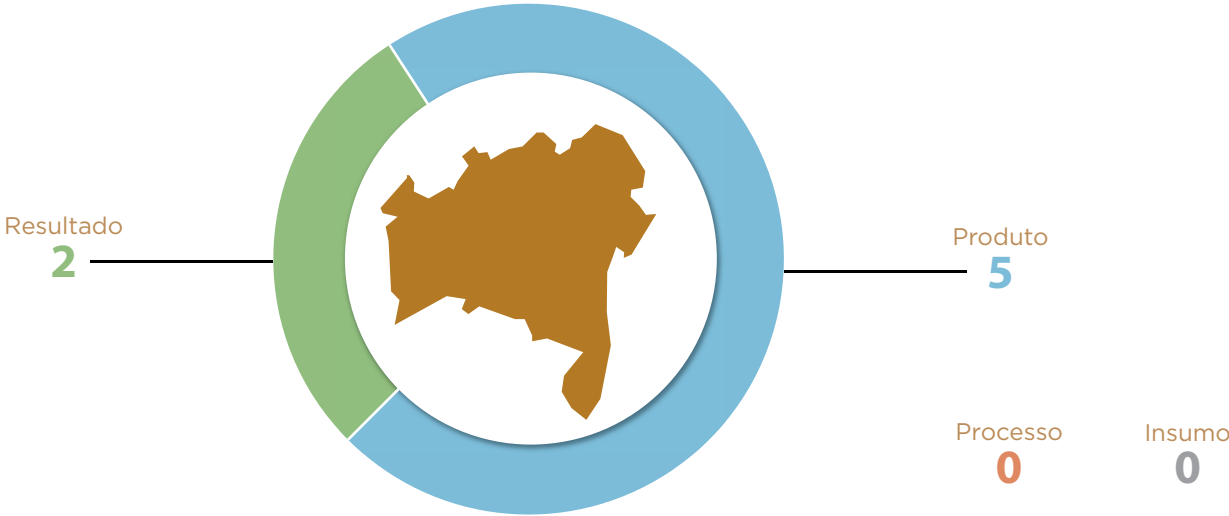
Achado 4:

Dos sete Indicadores de Programa, apenas dois são indicadores representativos de resultado.

GRÁFICO 6

Distribuição de Indicador de Programa por Tipologia

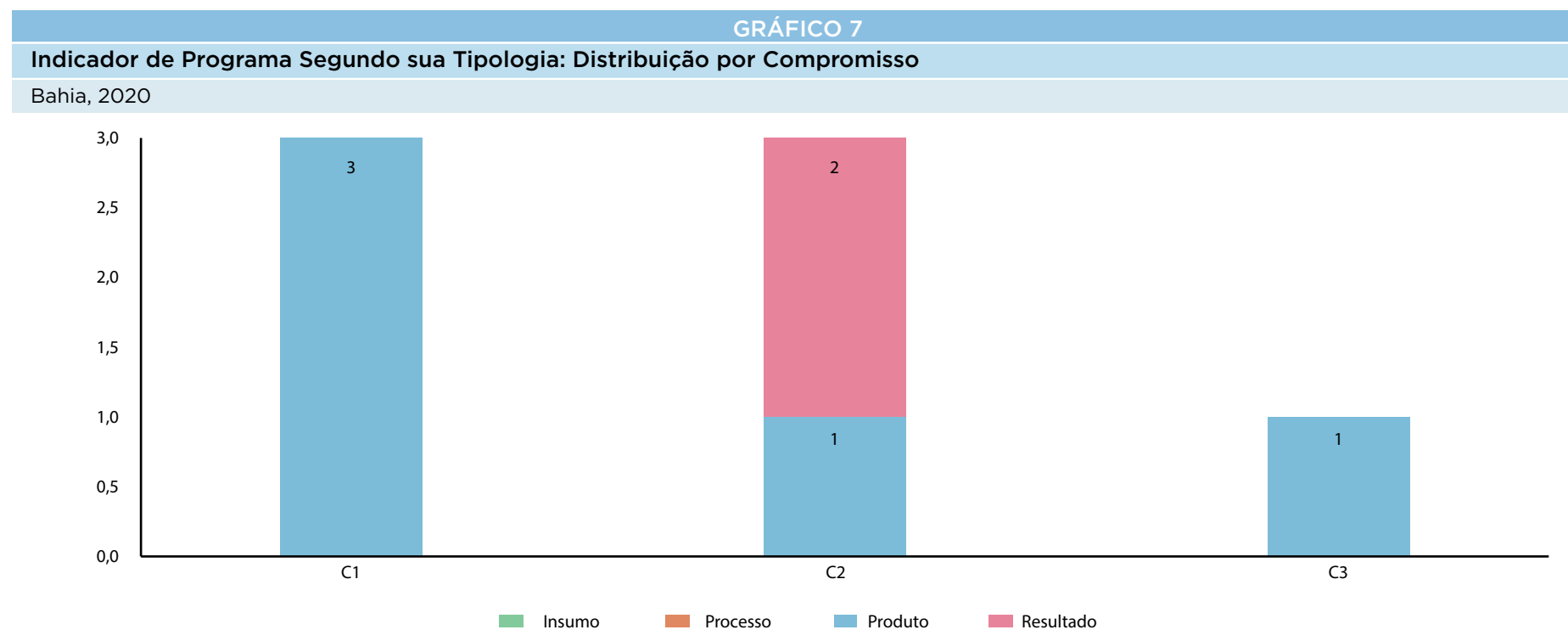
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 5:

Os Compromissos 1 e 3 não possuem indicadores representativos de resultado.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota: Um mesmo Indicador de Programa pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

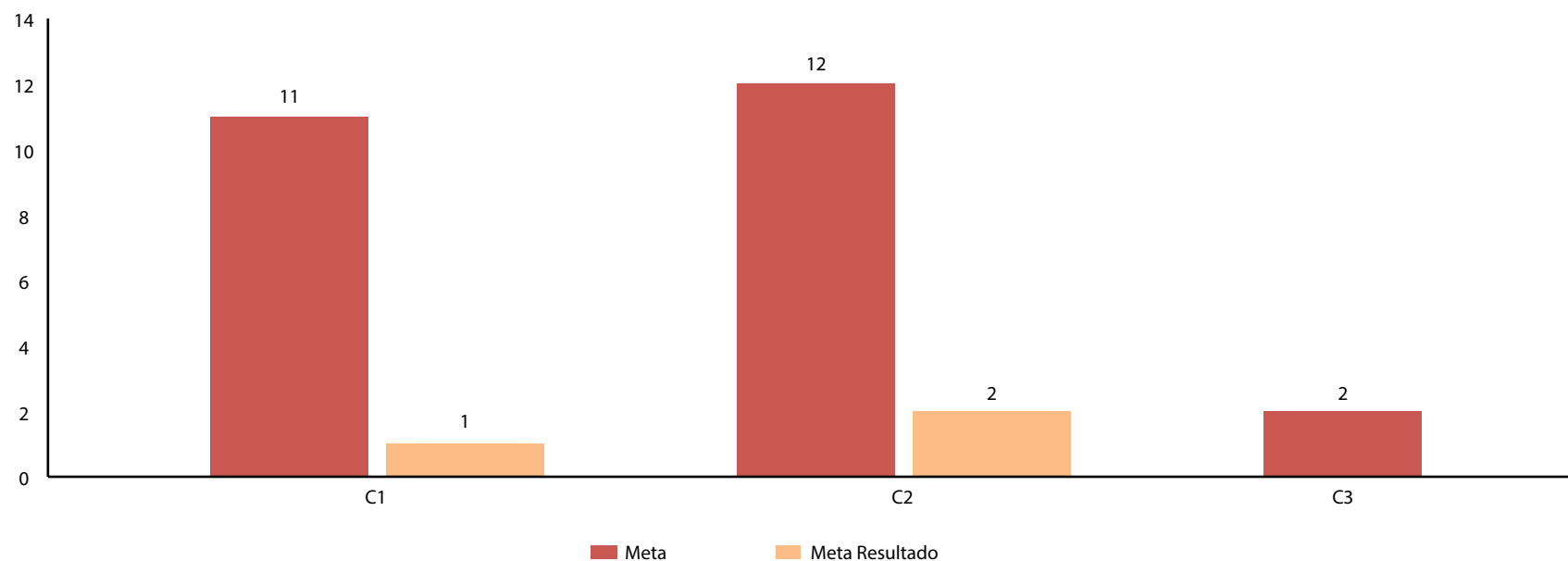
Achado 6:

1) O Programa possui apenas três Metas representativas de resultados, distribuídas nos Compromissos 1 e 2.

Observação: uma iniciativa no Compromisso 2 apresenta característica de Resultado.

GRÁFICO 8**Meta vs. Meta Representativa de Resultado: Distribuição por Compromisso**

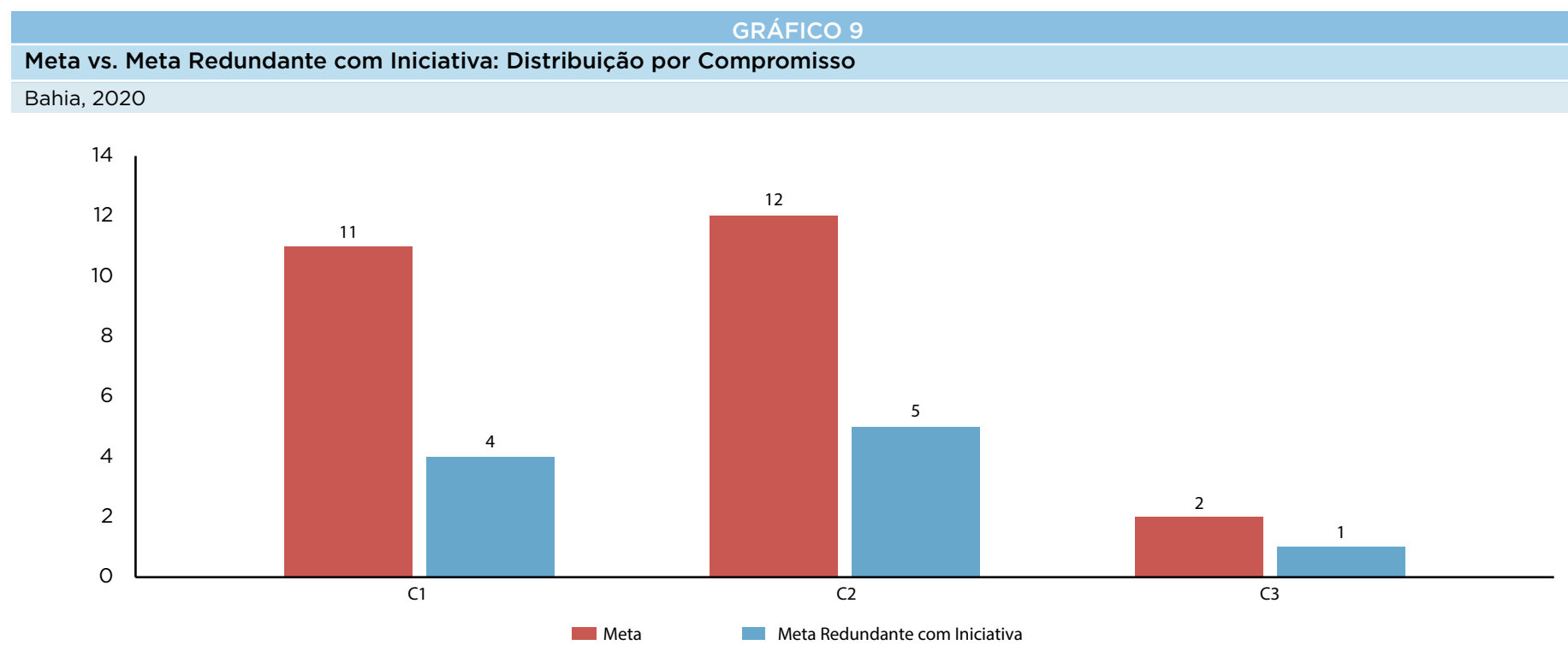
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 7:

40% das Metas do Programa apresentam redundância em relação às Iniciativas.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Para a definição de redundância entre Meta e Iniciativa foram observados: 1) o texto da Meta e da Iniciativa; e 2) a Forma de Apuração da Meta.

PROGRAMA 312

RECURSOS HÍDRICOS



Camila Souza - GOVBA

Entrega da 2ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário em Itaberaba

PROGRAMA 312

RECURSOS HÍDRICOS

1. Informação do Programa



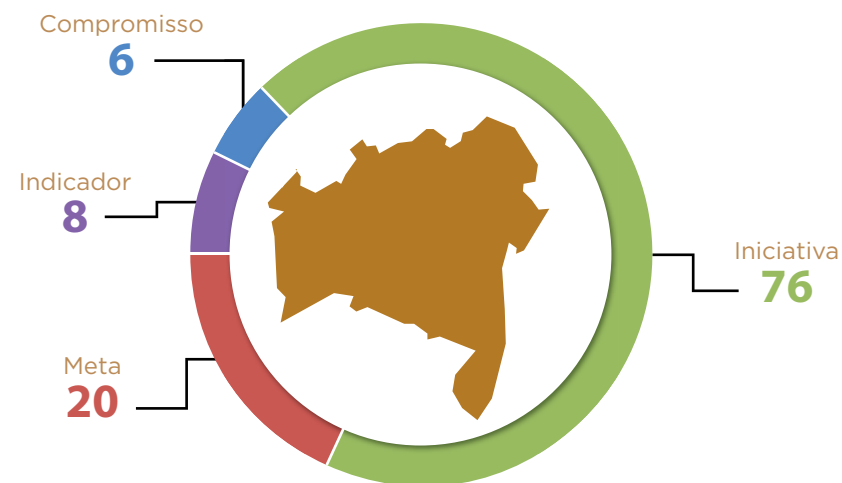
Mateus Pereira - GOVBA

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água em Utinga

GRÁFICO 1

Quantidade de Componentes do Programa

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

FIGURA 1

Hierarquia de Palavras no Conjunto dos Compromissos

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 2

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Metas

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 3

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Iniciativas

Bahia, 2020

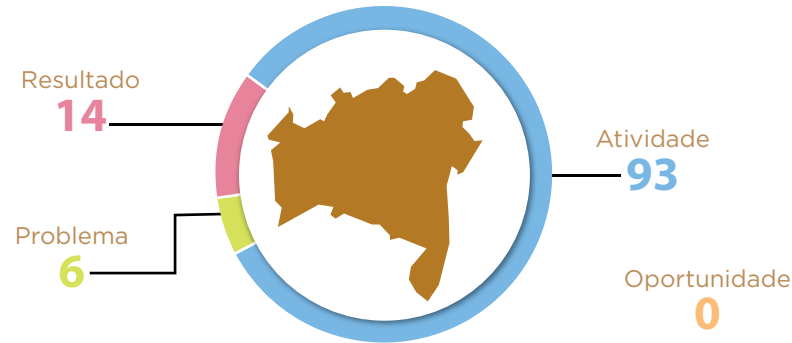


Fonte: DAV/SMA/Seplan

GRÁFICO 2

Quantidade de Elementos do Desenho Lógico do Programa

Bahia, 2020

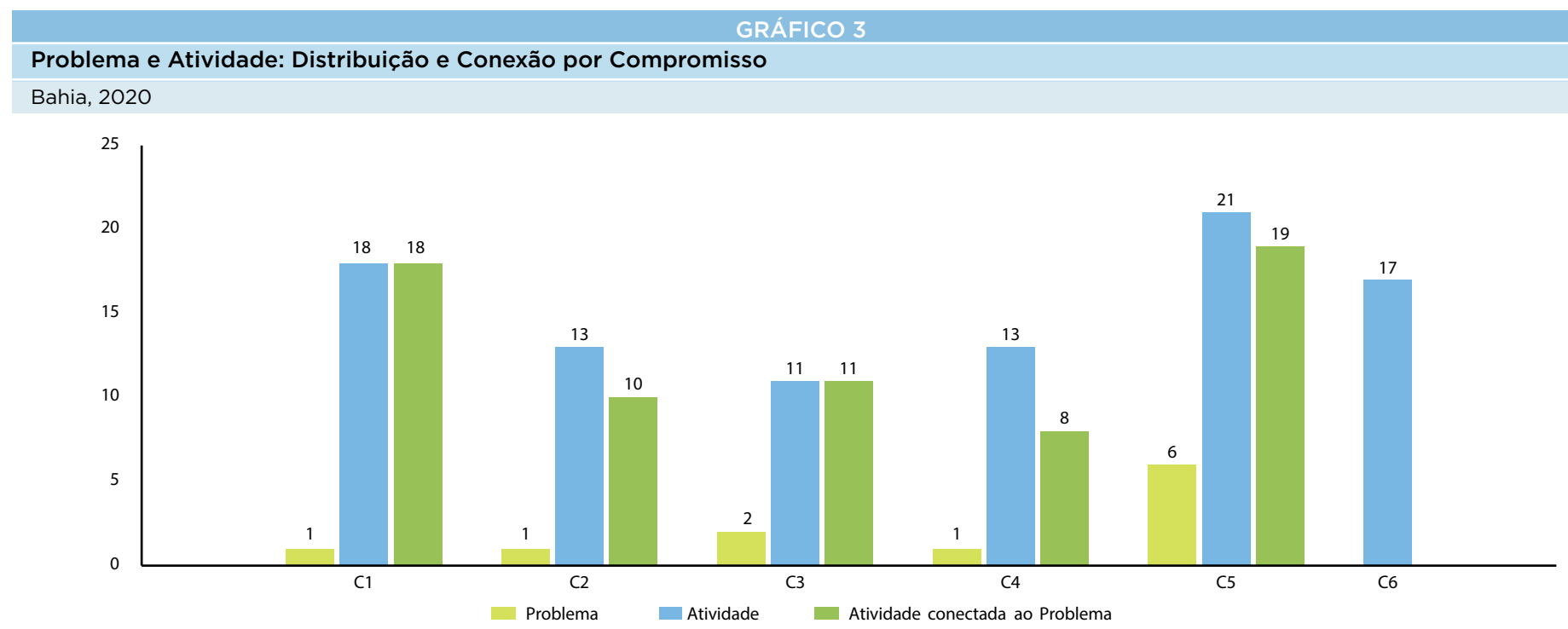


Fonte: DAV/SMA/Seplan.

2. Principais Achados

Achado 1:

Não foi identificado Problema para o Compromissos 6.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

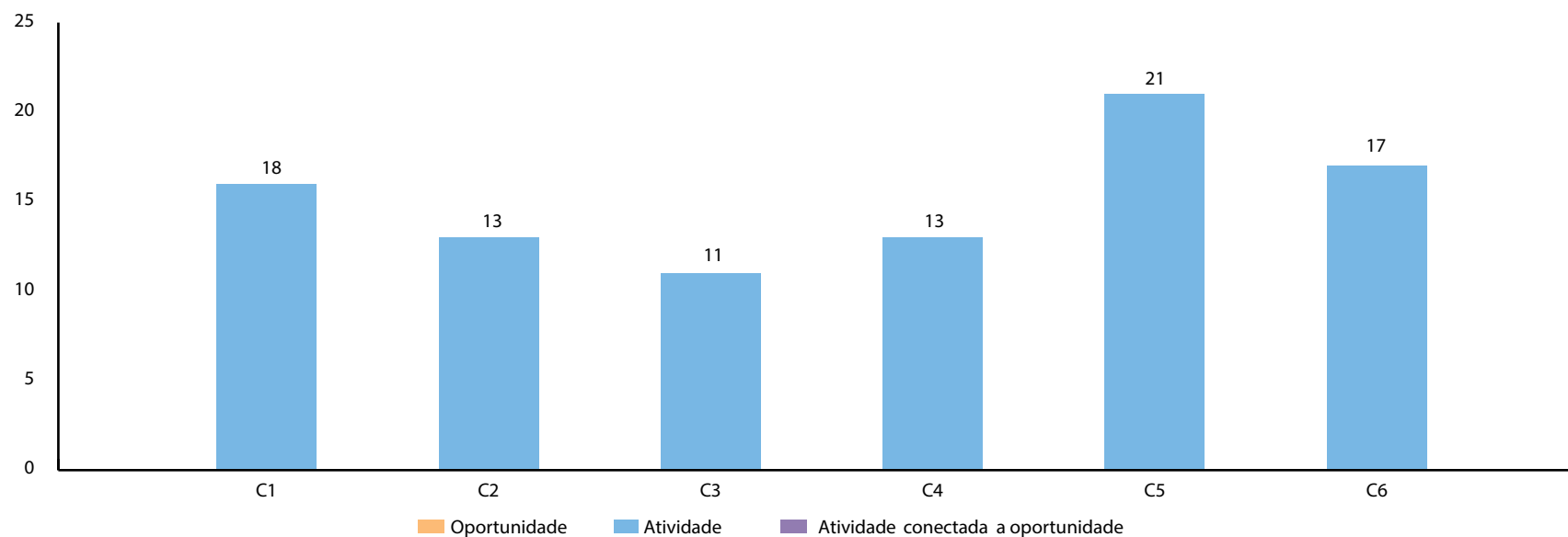
Nota 2: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 2:

Não foram identificadas Oportunidades para os Compromissos do Programa.

GRÁFICO 4**Oportunidade e Atividade: Distribuição e Conexão por Compromisso**

Bahia, 2020



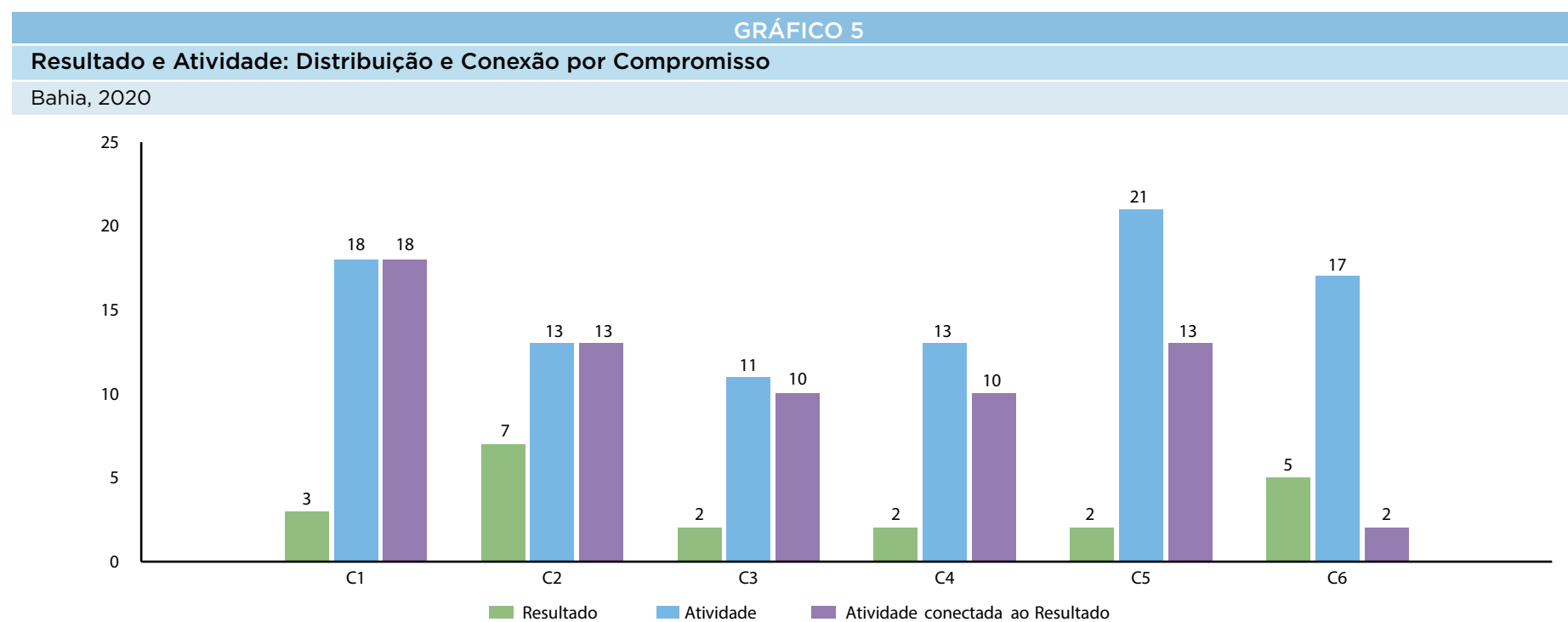
Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Uma mesma Oportunidade pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Uma mesma Oportunidade pode estar associada a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 3:

No Compromisso 6, apenas duas das 17 Atividades estão associadas aos resultados identificados.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

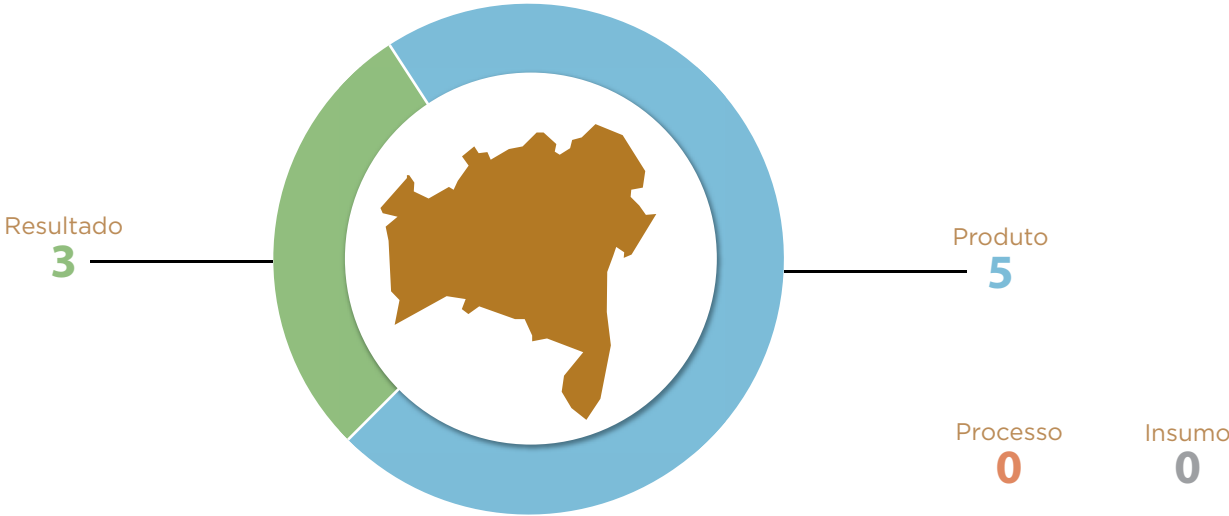
Achado 4:

Dos oito Indicadores de Programa, apenas três são indicadores representativos de resultado.

GRÁFICO 6

Distribuição de Indicador de Programa por Tipologia

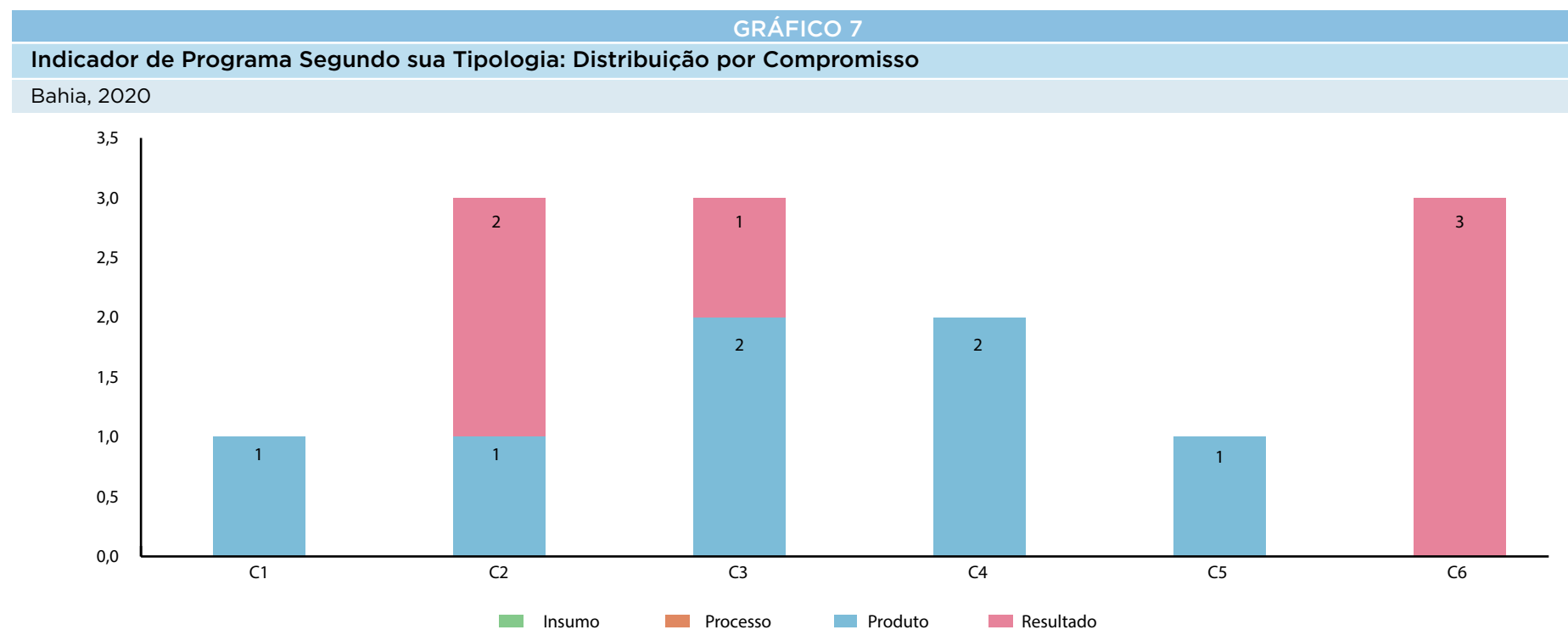
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 5:

Os Compromissos 1, 4 e 5 não possuem indicador representativo de resultado.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

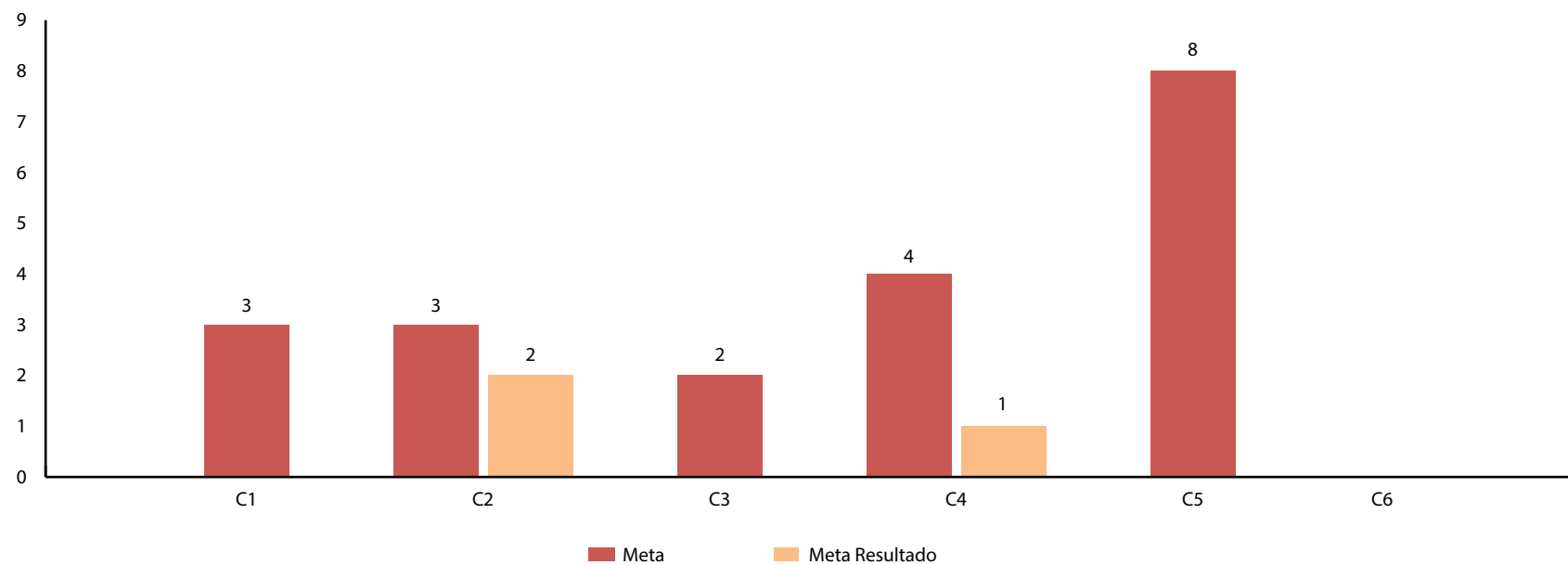
Nota: Um mesmo Indicador de Programa pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Achado 6:

Nos Compromissos 1, 3 e 5, nenhuma das Metas são representativas de resultados.

GRÁFICO 8**Meta vs. Meta Representativa de Resultado: Distribuição por Compromisso**

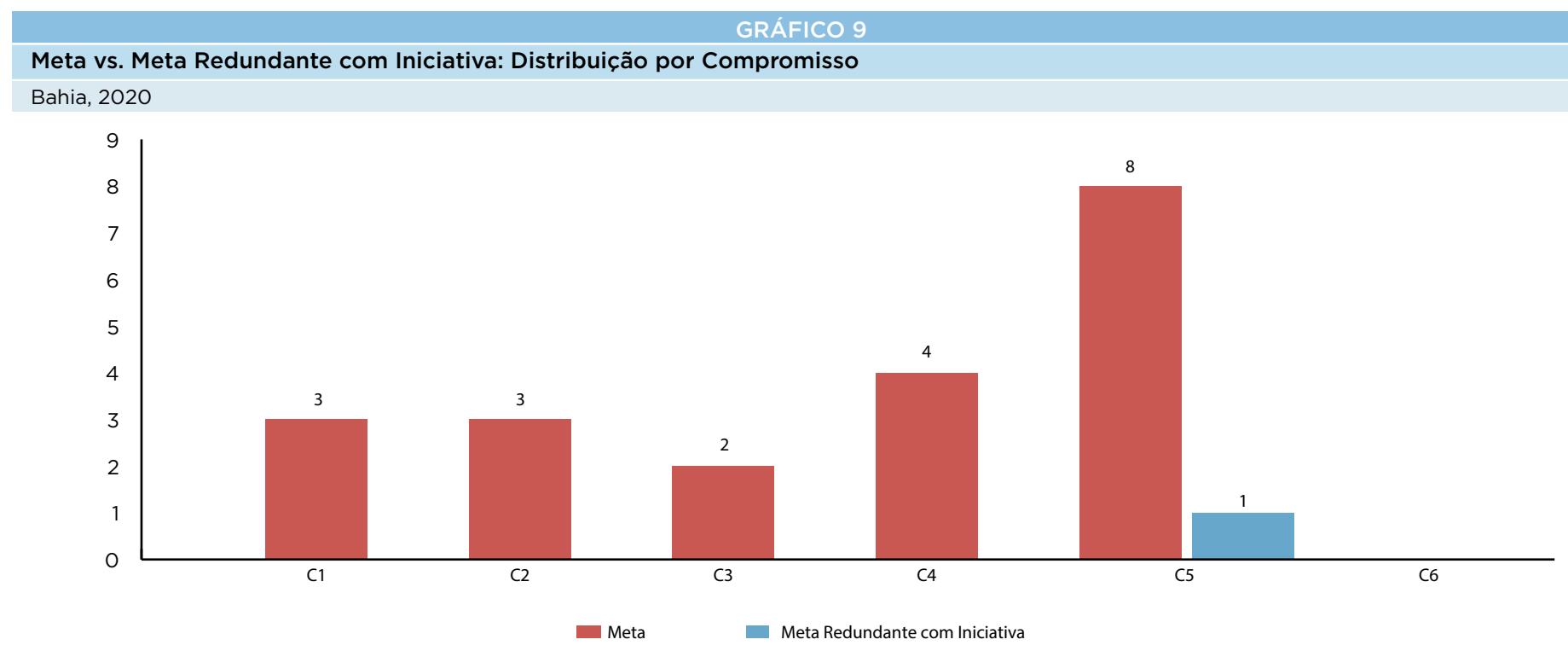
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 7:

Apenas o Compromisso 5 tem uma Meta redundante com Iniciativa.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Para a definição de redundância entre Meta e Iniciativa foram observados: 1) Os textos da Meta e da Iniciativa; e 2) A forma de Apuração da Meta.

PROGRAMA 313

SAÚDE



Manu Dias - GOVBA

Obras da construção do Hospital Metropolitano em Lauro de Freitas

PROGRAMA 313

SAÚDE

1. Informação do Programa



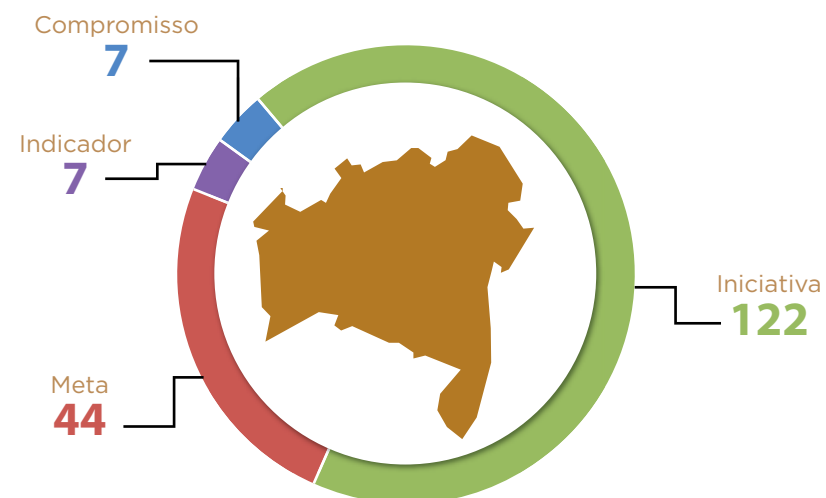
Paula Froés - GOVBA

Hospital Geral Clériston Andrade 2 em Feira de Santanta

GRÁFICO 1

Quantidade de Componentes do Programa

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

FIGURA 1

Hierarquia de Palavras no Conjunto dos Compromissos

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 2

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Metas

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 3

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Iniciativas

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

GRÁFICO 2

Quantidade de Elementos do Desenho Lógico do Programa

Bahia, 2020

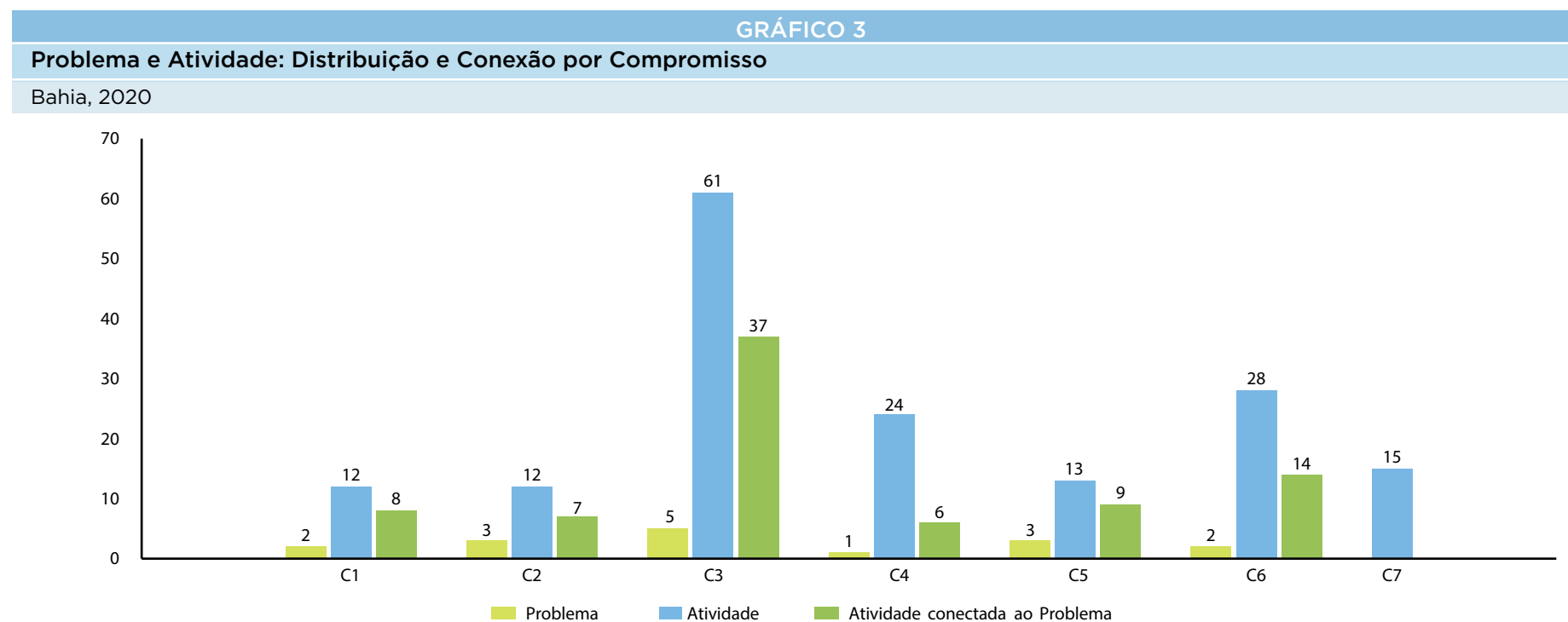


Fonte: DAV/SMA/Seplan.

2. Principais Achados

Achado 1:

a) Das 61 Atividades do Compromisso 3, 37 estão associadas aos Problemas identificados; b) No Compromisso 4, metade das Atividades estão associadas aos Problemas identificados; e c) Não foram identificados Problemas para o Compromissos 7.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

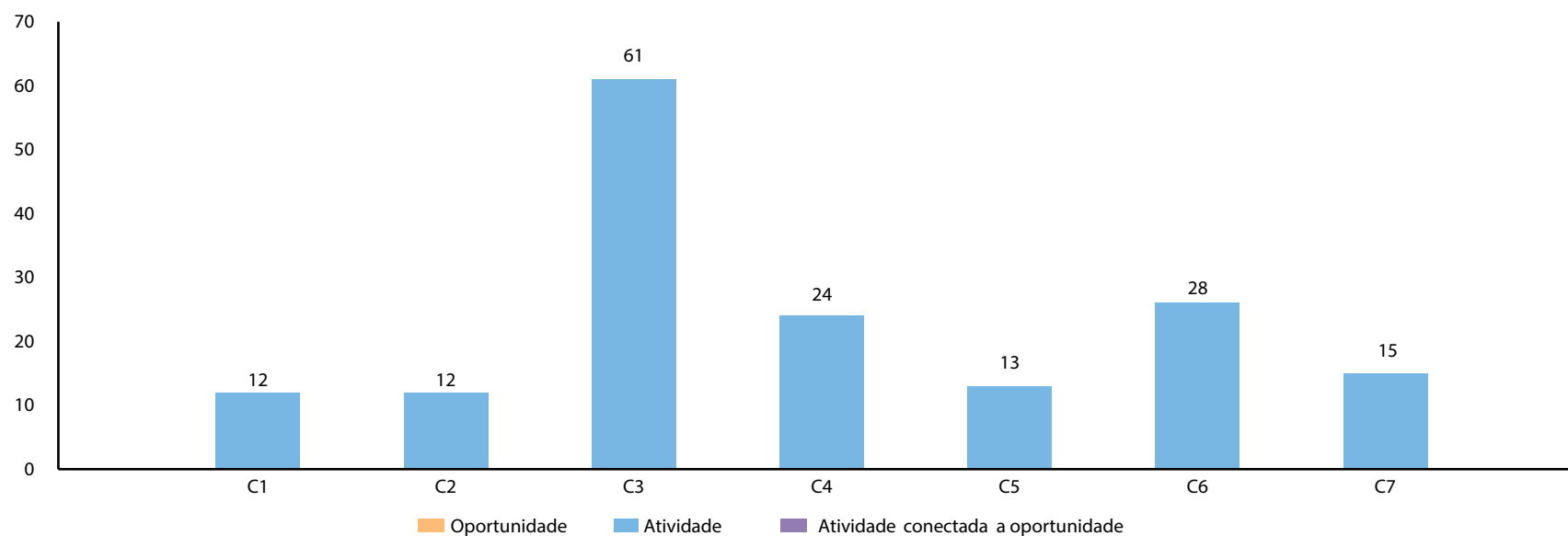
Nota 2: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 2:

Não foram identificadas Oportunidades para os Compromissos do Programa.

GRÁFICO 4**Oportunidade e Atividade: Distribuição e Conexão por Compromisso**

Bahia, 2020



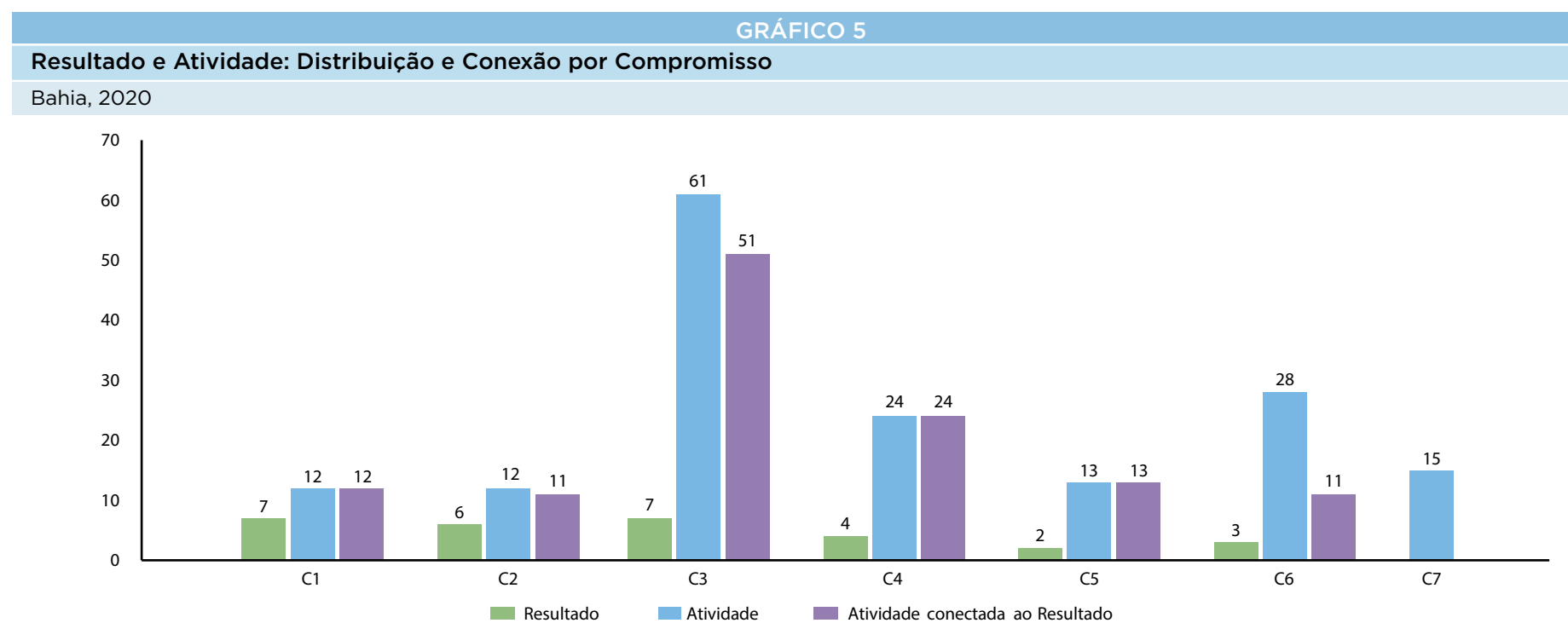
Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Uma mesma Oportunidade pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Uma mesma Oportunidade pode estar associada a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 3:

a) No Compromisso 6, apenas 11 das 28 Atividades estão associadas aos resultados identificados; e b) Não foram identificados resultados para o Compromisso 7.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 4:

Todos os sete Indicadores de Programa são de Resultado.

GRÁFICO 6

Distribuição de Indicador de Programa por Tipologia

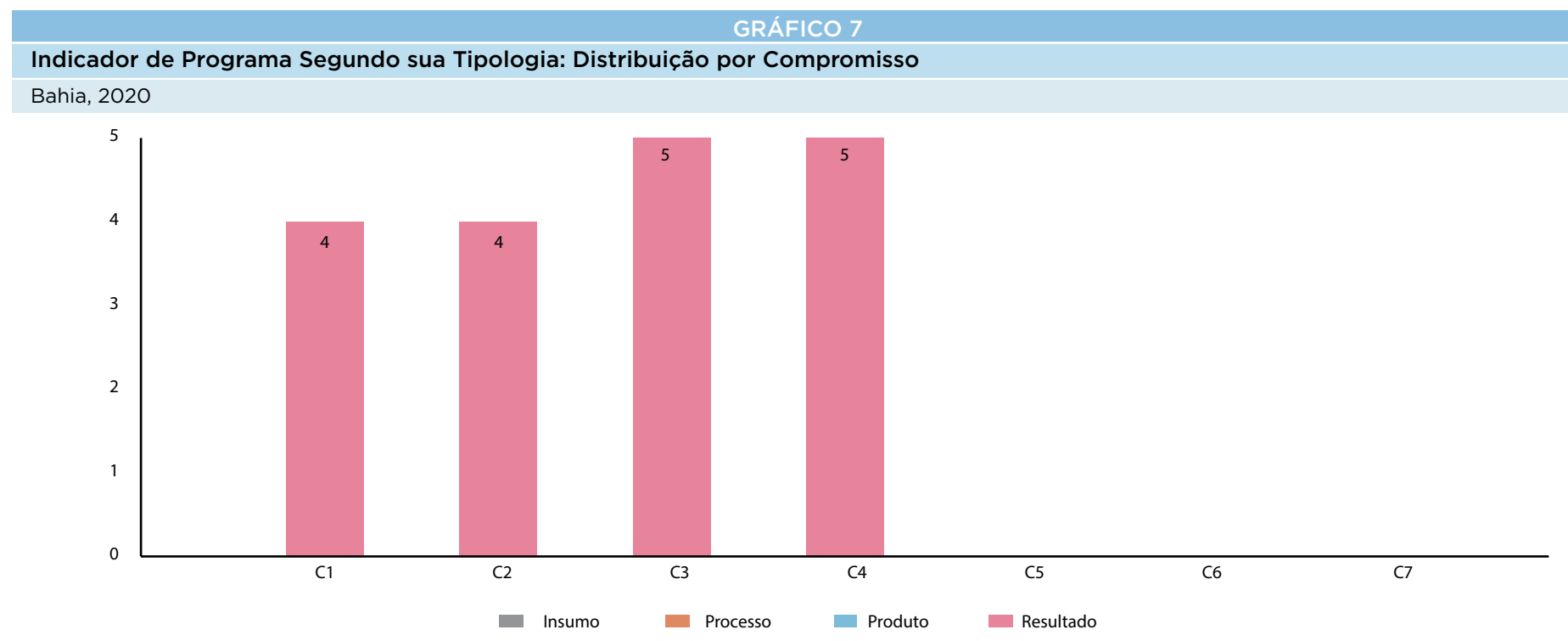
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 5:

Os Compromissos 5, 6 e 7 não possuem Indicadores de Programa associado.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

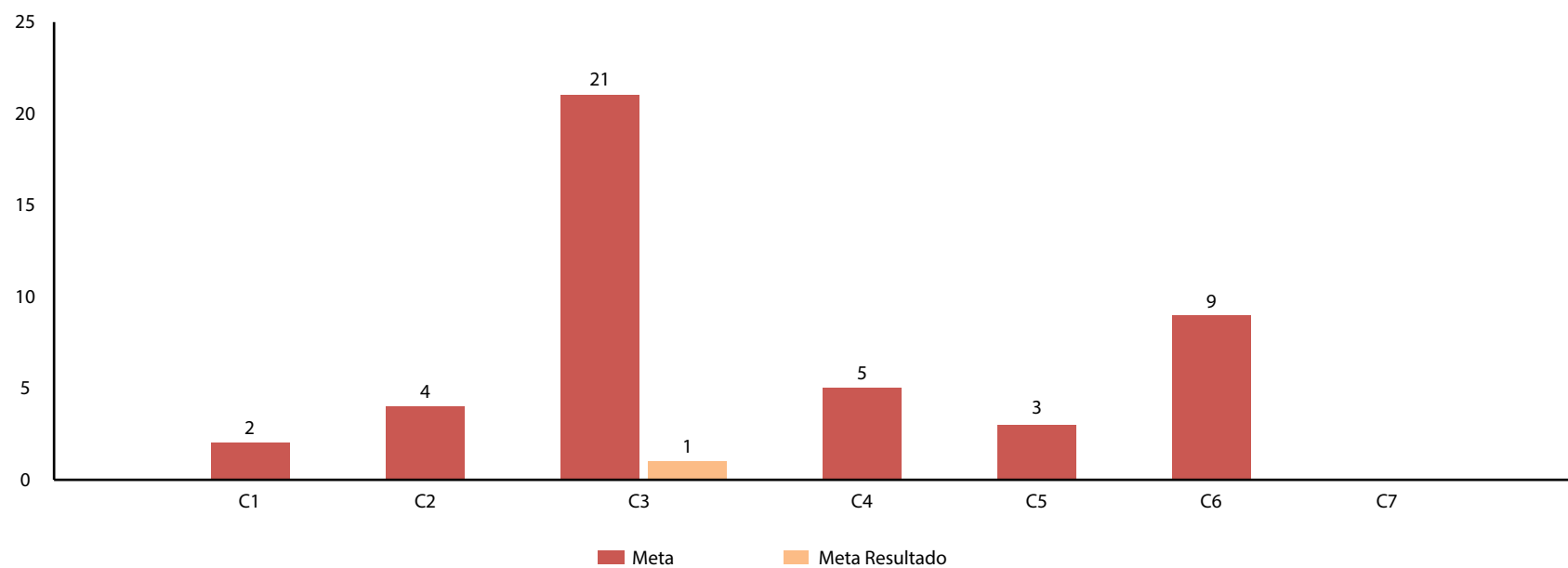
Nota: Um mesmo Indicador de Programa pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Achado 6:

Apenas o Compromisso 3 possui uma Meta representativa de resultado.

GRÁFICO 8**Meta vs. Meta Representativa de Resultado: Distribuição por Compromisso**

Bahia, 2020



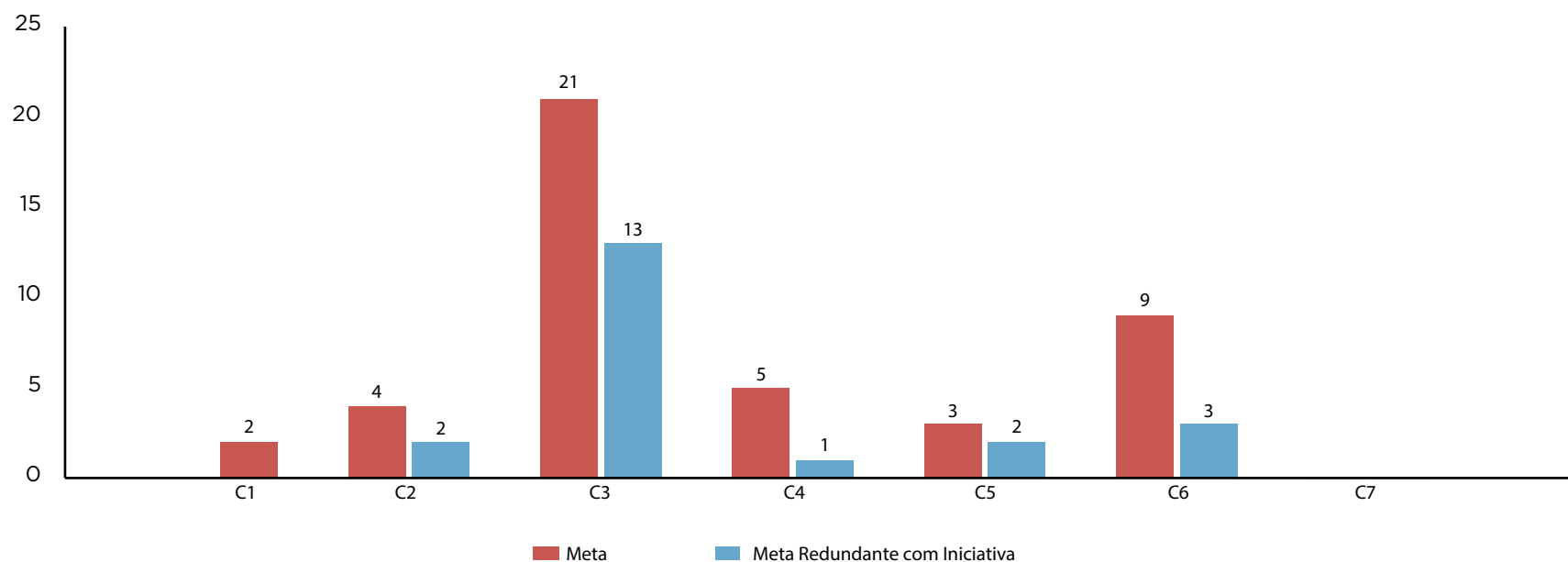
Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 7:

44% das Metas guardam redundância em relação às Iniciativas, sendo que, das 21 Metas do Compromissos 3, 13 são redundantes.

GRÁFICO 9**Meta vs. Meta Redundante com Iniciativa: Distribuição por Compromisso**

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Para a definição de redundância entre Meta e Iniciativa foram observados: 1) o texto da Meta e da Iniciativa; e 2) a Forma de Apuração da Meta.

PROGRAMA 314

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL



Elói Corrêa - GOVBA

Forças de segurança recebem viaturas e armas de última geração

PROGRAMA 314

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

1. Informação do Programa



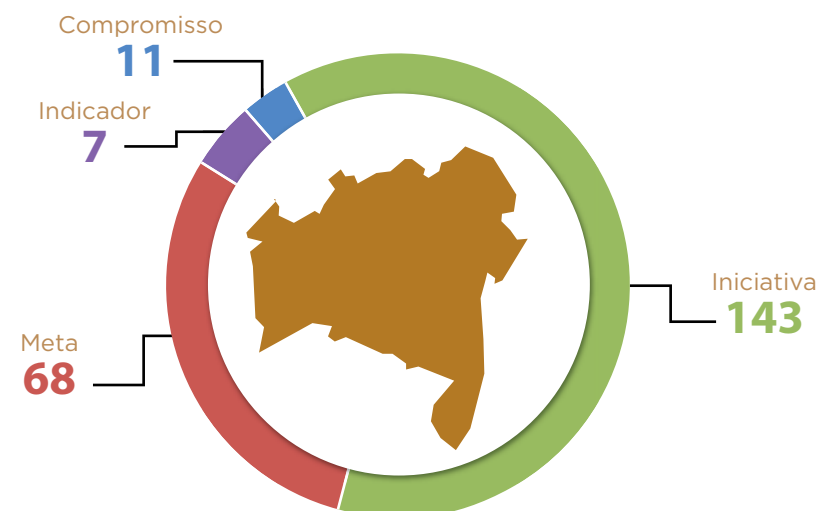
Camila Souza - GOVBA

Entrega de veículos para reforçar a frota do Corpo de Bombeiro

GRÁFICO 1

Quantidade de Componentes do Programa

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

FIGURA 1

Hierarquia de Palavras no Conjunto dos Compromissos

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 2

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Metas

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan

FIGURA 3

Hierarquia de Palavras no Conjunto das Iniciativas

Bahia, 2020

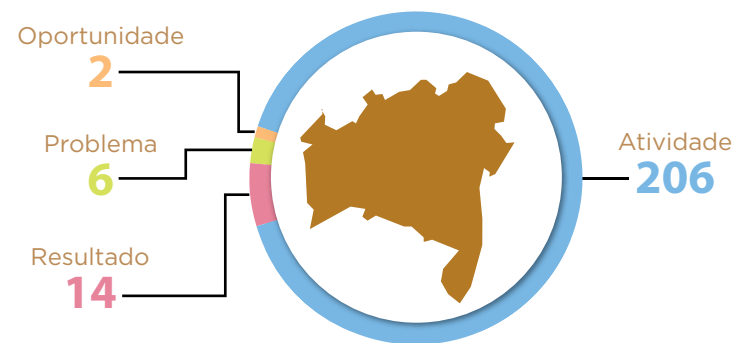


Fonte: DAV/SMA/Seplan

GRÁFICO 2

Quantidade de Elementos do Desenho Lógico do Programa

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

2. Principais Achados

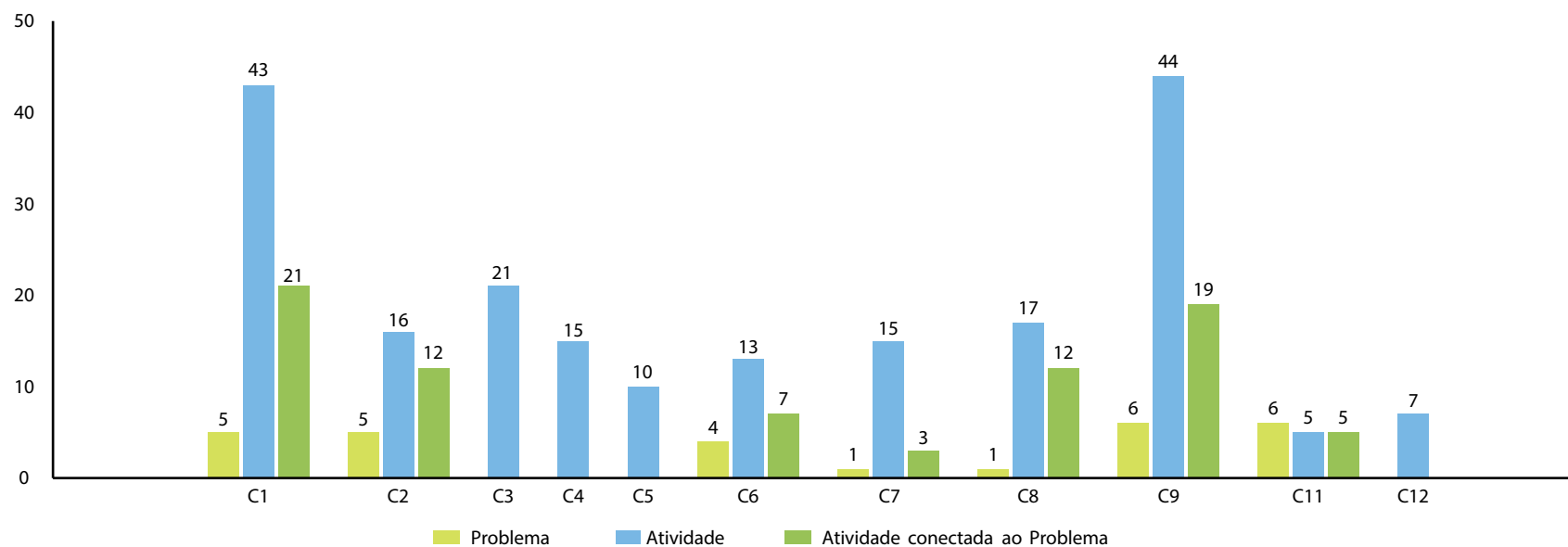
Achado 1:

a) O Compromisso 7 tem apenas três de suas 15 atividades associadas a Problemas; b) O Compromisso 1 tem 21 das 43 Atividades associadas a Problemas identificados e 19 das 44 Atividades do Compromisso 9 estão associadas a Problemas; e c) Nos Compromisso 3, 4, 5, e 12 não foram associados problemas.

GRÁFICO 3

Problema e Atividade: Distribuição e Conexão por Compromisso

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

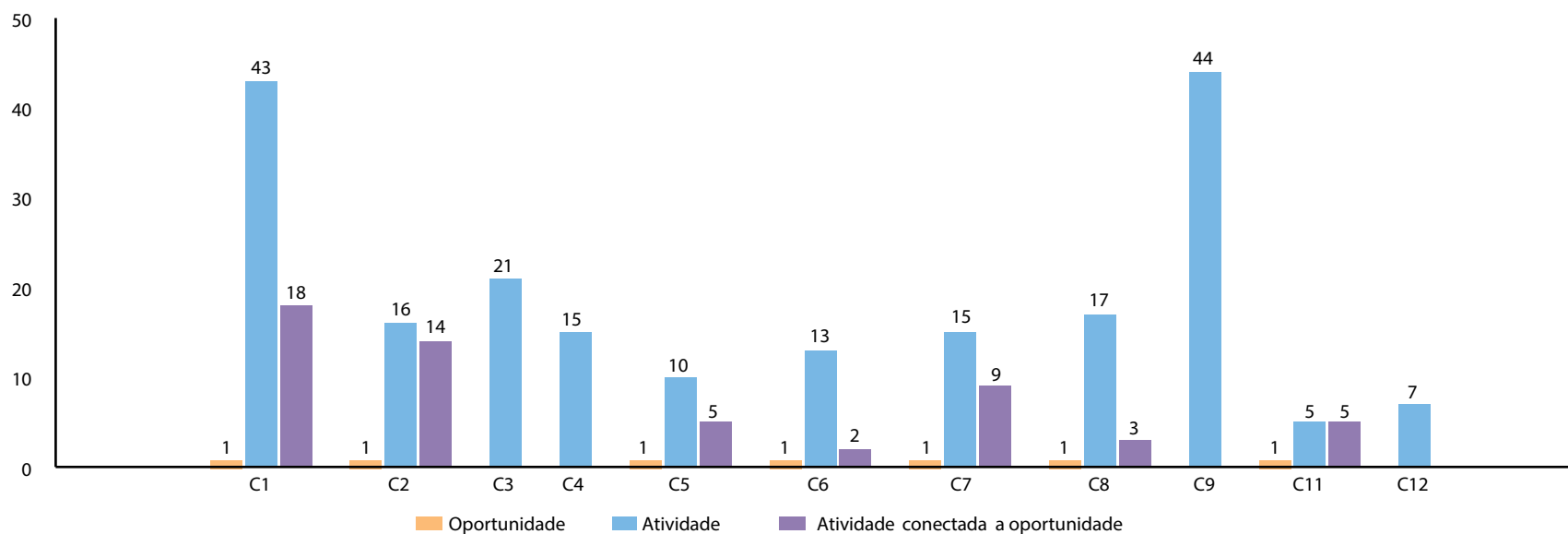
Nota 2: Um mesmo Problema pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 2:

a) Não foram identificadas Oportunidades para os Compromissos 3, 4, 9 e 12; e b) No Compromisso 6, apenas três das 11 Atividades estão associadas às Oportunidades identificadas.

GRÁFICO 4**Oportunidade e Atividade: Distribuição e Conexão por Compromisso**

Bahia, 2020



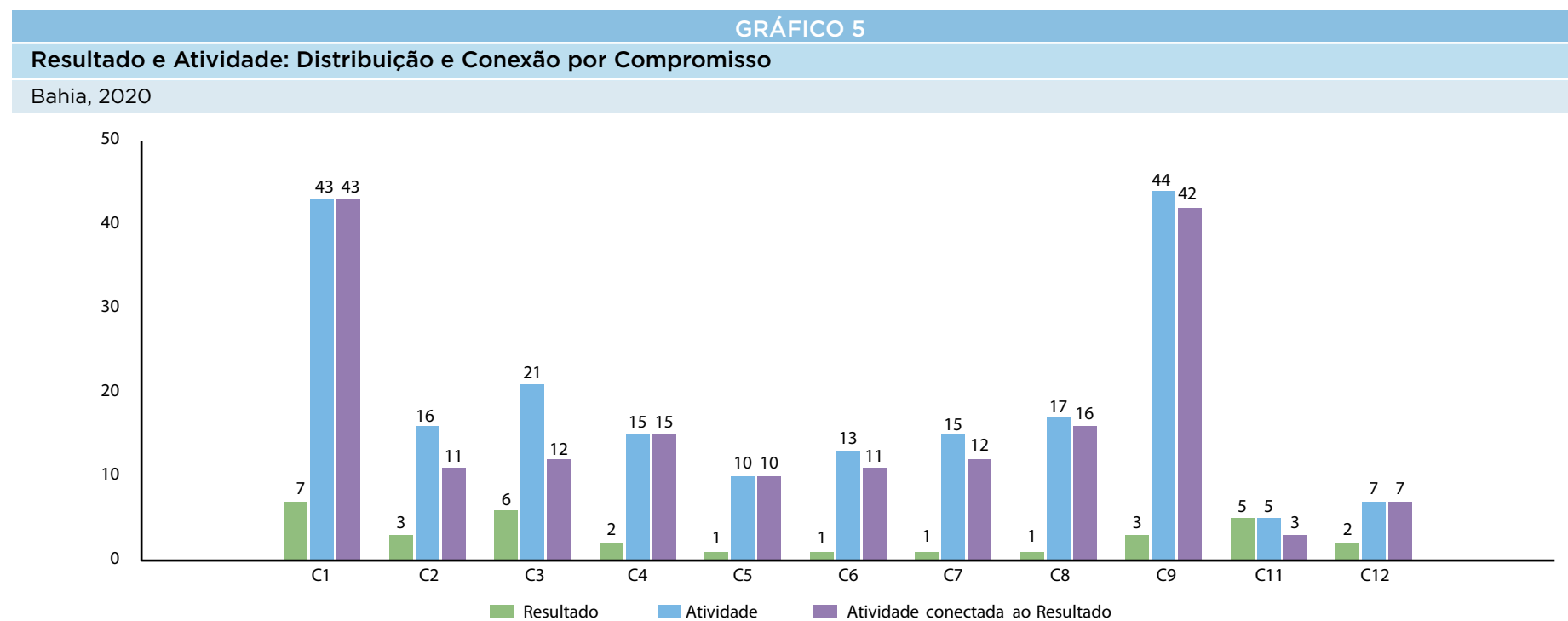
Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Uma mesma Oportunidade pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Uma mesma Oportunidade pode estar associada a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

Achado 3:

No Compromisso 3, apenas 12 das 21 Atividades estão associadas aos Resultados identificados.



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Nota 2: Um mesmo Resultado pode estar associado a mais de uma Atividade do mesmo Compromisso.

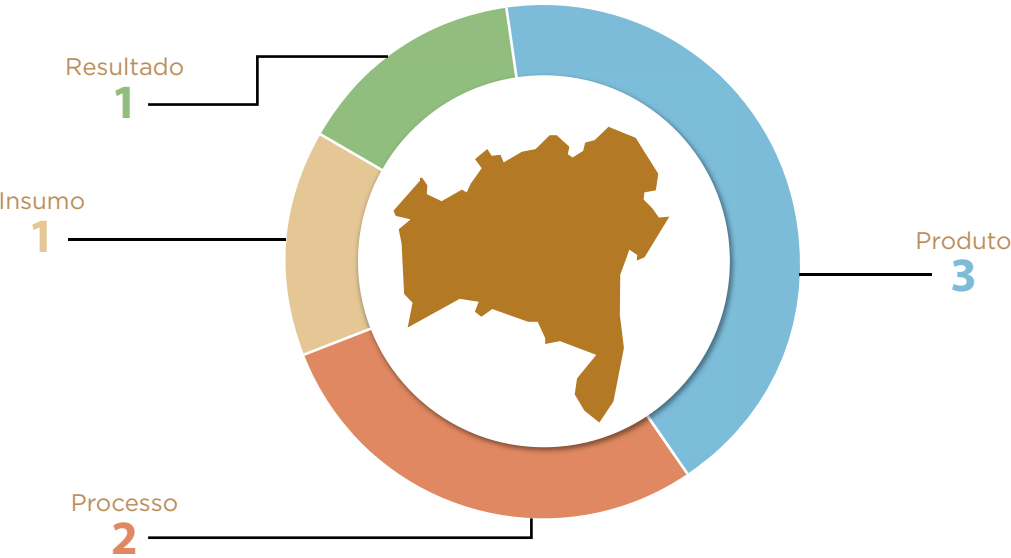
Achado 4:

Dos 7 Indicadores de Programa, apenas um é representativo resultado.

GRÁFICO 6

Distribuição de Indicador de Programa por Tipologia

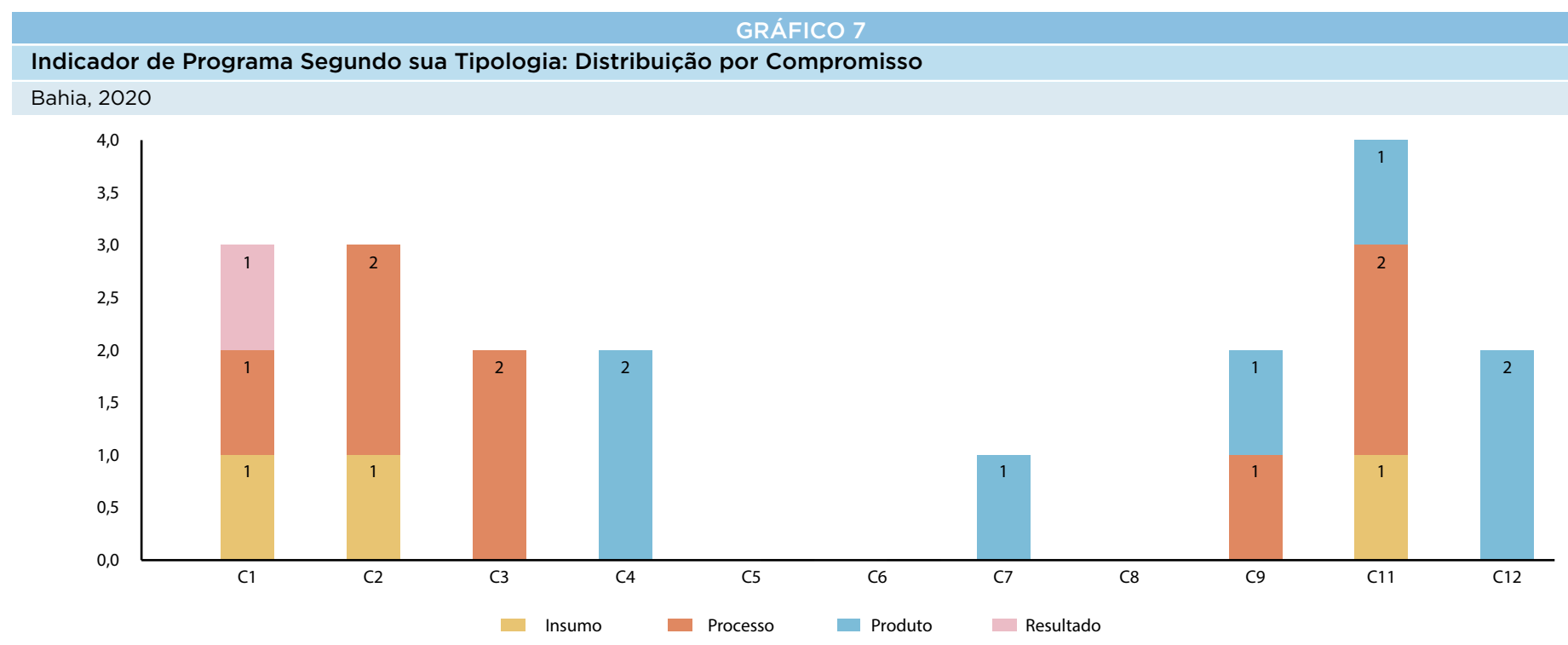
Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 5:

Somente o Compromisso 1 possui Indicador de Programa representativo de resultado, sendo apenas um Indicador.

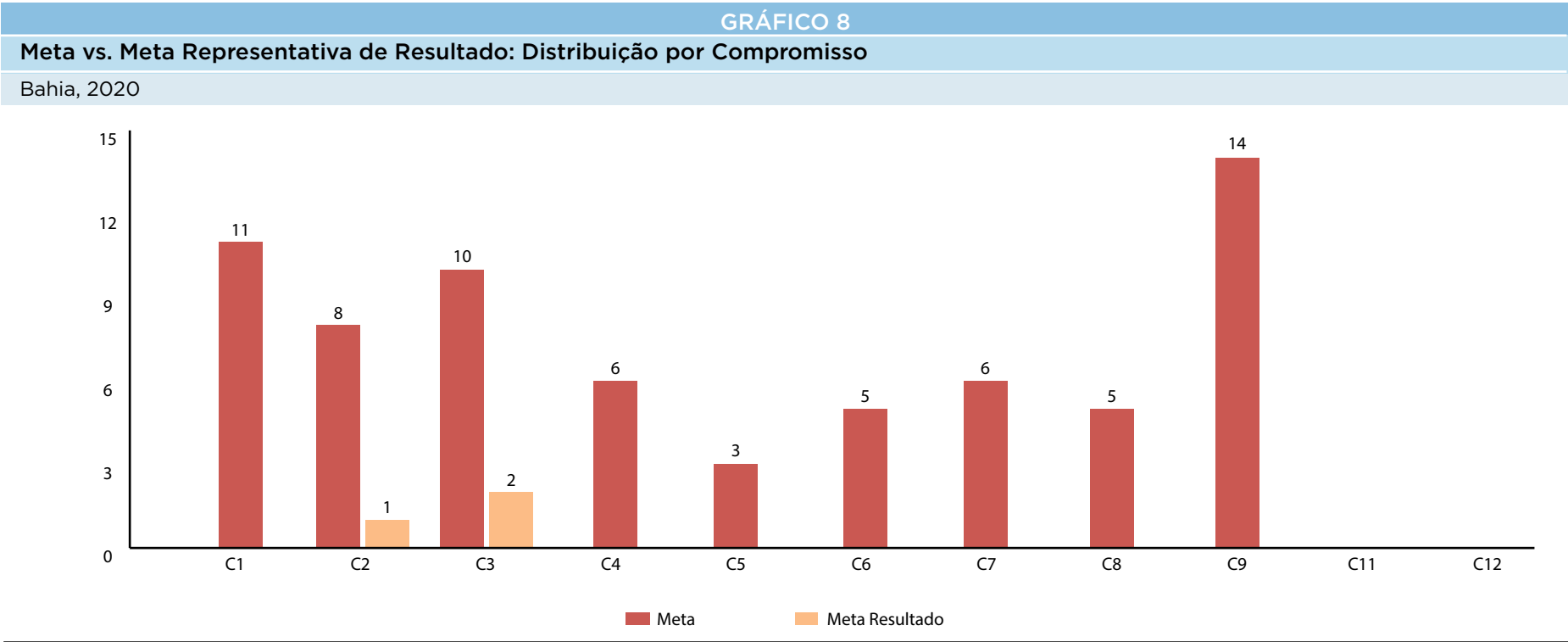


Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota: Um mesmo Indicador de Programa pode estar associado a mais de um Compromisso do Programa.

Achado 6:

Apenas os Compromissos 2 e 3 possuem Metas representativas de resultado, sendo, em termos quantitativos, uma e duas, respectivamente.



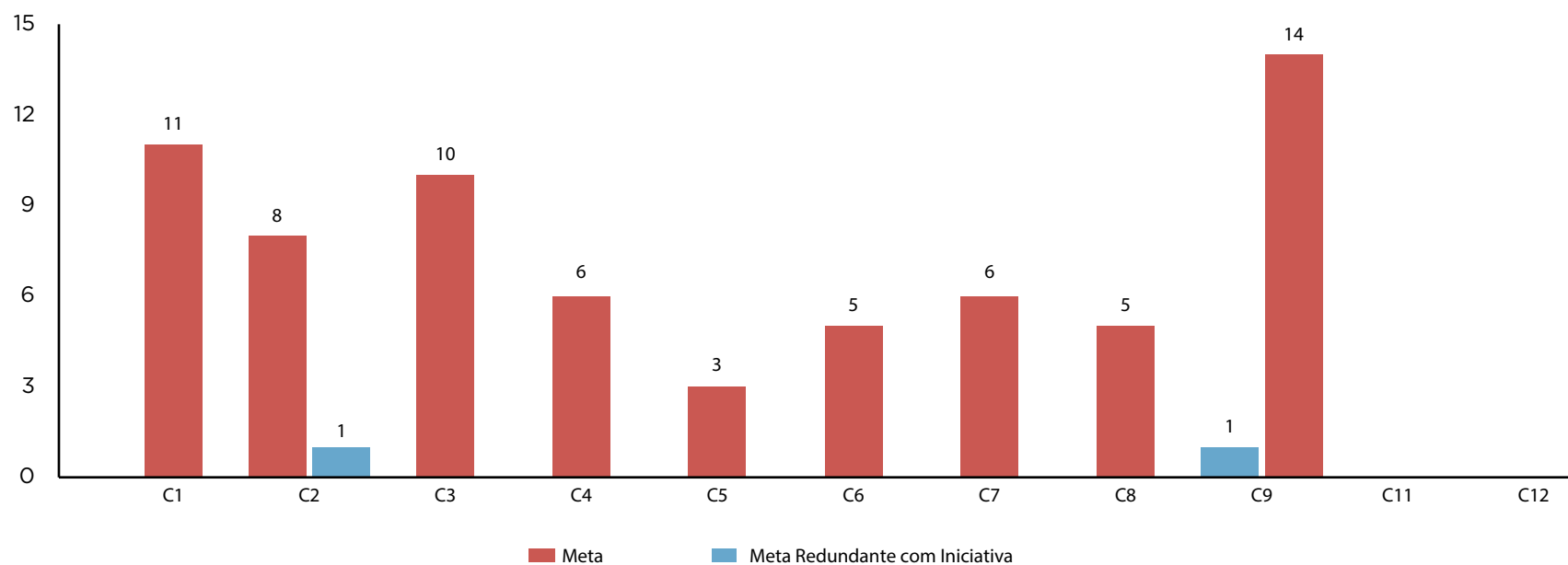
Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Achado 7:

Apenas duas Metas guardam redundância em relação às Iniciativas.

GRÁFICO 9**Meta vs. Meta Redundante com Iniciativa: Distribuição por Compromisso**

Bahia, 2020



Fonte: DAV/SMA/Seplan.

Nota 1: Para a definição de redundância entre Meta e Iniciativa foram observados: 1) Os textos da Meta e da Iniciativa; e 2) A forma de apuração da Meta.

Capítulo 5

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA
E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
INTERNAS E EXTERNAS**

Capítulo 5

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS

1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PPA

Marcado por um elevado grau de complexidade e de incertezas, principalmente no que se refere às implicações desencadeadas com a grave crise sanitária decorrente da Pandemia do Covid-19, o ano de 2020 foi de instabilidade-se econômica e social na maior parte do mundo.

O alto grau de incerteza sobre os desdobramentos da pandemia, já comentado em capítulos anteriores, e a perspectiva de uma queda mais aguda da receita geraram um conjunto de compensações financeiras aos estados e municípios por parte da União.

No que diz respeito ao Estado da Bahia, além do decreto que declara estado de calamidade pública em todo o território baiano

(Decreto nº 19.626 de 09 de abril de 2020), o Governo Estadual determinou diversas medidas de proteção social, com vistas a conter a curva de contágio e impedir o colapso do Sistema de Saúde.

A pandemia repercutiu de duas formas sobre as finanças públicas: se de um lado reduziu a arrecadação através da retração da atividade econômica, por outro, exigiu maior capacidade de gasto para seu enfrentamento. Nesse aspecto, vale lembrar que, ao longo dos últimos anos, as despesas realizadas com os recursos discricionários têm sofrido compressão com a limitação das despesas correntes primárias, na perspectiva de aumentar o nível de investimentos estaduais.

Considerando o contexto de pandemia e o fato de que existe elevada rigidez na utilização dos recursos públicos, percebeu-se que

os efeitos nas receitas tornaram o ano de 2020 ainda mais difícil e incerto que os anos anteriores, dificultando o processo de reordenamento da alocação dos recursos.

Outro aspecto que merece atenção, é o fato de que o orçamento constitui uma peça de Planejamento Público como mediação para atender às demandas da sociedade e expressar as prioridades governamentais. Desse modo, na elaboração dos instrumentos de planejamento foram considerados os parâmetros formais de curto e médio prazo, como de praxe, sem a percepção de uma crise nos moldes da que se estabeleceu na Saúde.

Assim, a execução orçamentário-financeira do exercício de 2020 deu-se em um ambiente atípico de pandemia e cheio de incertezas, com perspectivas de produção e distribuição de vacinas seguras e imunização da população, previstas para o primeiro semestre de 2021. À vista disso, vale salientar que, mesmo com as medidas de compensação financeira disponibilizadas pela União, a cautela fez parte de todas as decisões tomadas, uma vez que a extensão dos efeitos negativos da Covid-19 sempre esteve condicionada ao comportamento da curva de contaminação e da indefinição quanto ao tempo de duração da pandemia.

Com efeito, enquanto não se vislumbra um horizonte de proteção à saúde com a confirmação da eficácia das vacinas e, consequentemente disponibilização à população, importantes medidas seguirão

na perspectiva de garantir à sociedade proteção social, principalmente àquelas voltadas para a saúde e garantia da vida. Para tanto, a administração pública seguirá em constante adaptação, sem deixar de cumprir a hierarquia de prioridades e recursos definidos no PPA 2020-2023 frente às novas circunstâncias e da possibilidade de uma retomada com o “novo normal”.

Diante do exposto, o presente capítulo apresenta, de modo geral, a execução orçamentário-financeira dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social no primeiro ano do PPA 2020-2023, que atingiu uma execução no montante de R\$ 48,3 bilhões, alcançando um desempenho de 87,5%. Desse valor, R\$ 30,0 bilhões corresponderam ao Orçamento Fiscal e R\$ 18,3 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social. Apenas no Poder Executivo foram alocados recursos na ordem de R\$ 43,7 bilhões, alcançando, durante o período, uma execução de 86,8%. As Tabelas 1 e 2 demonstram esses resultados.

Os Programas de Governo que compõem o Plano Plurianual (PPA) são instrumentos de organização da atuação governamental, que integram um conjunto de ações articuladas concorrendo para um objetivo comum, visando atender às demandas da sociedade. Importante evidenciar que o Orçamento Público reflete, em seu processo de elaboração e execução, o conjunto das políticas públicas que estão ou estarão disponíveis à sociedade, e como tal, representa as diretrizes e os redirecionamentos das decisões tomadas referentes

TABELA 1

Execução Orçamentário-financeira dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Recursos de todas as fontes - Todos os Poderes

Bahia, 2020

Esfera Orçamentária	Valores (Em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial [A]	Orçado Final [B]	Empenhado [C]	Liquidado [D]	Pago [E]	Part. % [F]=(D)/Liq.Total	% Execução [G]= (D/B)*100
Fiscal	32.714.612	34.651.979	30.436.083	29.950.930	29.667.516	62,0	86,4
Seguridade Social	15.627.264	20.545.611	18.597.609	18.332.972	18.183.648	38,0	89,2
Total Geral	48.341.876	55.197.590	49.033.692	48.283.903	47.851.165	100,0	87,5

Fonte: Fiplan (Plan 61, acesso dia 13/01/2021, às 09:20).

TABELA 2

Execução Orçamentário-financeira dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Recursos de todas as fontes - Poder Executivo

Bahia, 2020

Esfera Orçamentária	Valores (Em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial [A]	Orçado Final [B]	Empenhado [C]	Liquidado [D]	Pago [E]	Part. % [F]=(D)/Liq.Total	% Execução [G]= (D/B)*100
Fiscal	28.031.966	29.834.692	25.846.708	25.397.525	25.125.899	58,1	85,1
Seguridade Social	15.590.474	20.504.962	18.561.188	18.296.551	18.147.235	41,9	89,2
Total Geral	43.622.440	50.339.654	44.407.896	43.694.076	43.273.135	100,0	86,8

Fonte: Fiplan (Plan 61, acesso dia 13/01/2021, às 09:20).

a cada política. Por se tratar de um ano atípico, tornaram-se necessárias mais atenção e sensibilidade às questões que emergiram ao longo dos meses. Para garantir a sua execução, com base nos recursos disponíveis, foi definida uma programação inicial, abrangendo os quatro anos de vigência do PPA 2020-2023, conforme demonstrado na coluna [A] da Tabela 3, que ilustra a execução orçamentário-financeira do PPA 2020-2023 segundo os programas do Poder Executivo, tendo como recorte a dimensão finalística (respostas às demandas da sociedade) em 2020.

Ao esmiuçá-la, é preciso ressaltar que a análise do atual PPA direciona maior atenção aos programas finalísticos. Isto acontece em razão dos programas-meio não gerarem bens ou serviços diretos à sociedade, a

exemplo daqueles relacionados às Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo (Gestão da Máquina Pública) e às Operações Especiais (relacionados aos compromissos firmados pelo Governo, como os serviços da dívida, gastos com Previdência, entre outros).

Assim, considerando apenas os programas finalísticos, isto é, aqueles que efetivamente constituem entregas de bens e serviços à população, o PPA 2020-2023, em seu primeiro ano de vigência, apresentou um grau de execução orçamentário-financeira de 82,2% (Tabela 3). Esse número revela um índice de desempenho considerado Bom, segundo critério estabelecido pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP), conforme especificação do Índice de Desempenho.

TABELA 3

Execução Orçamentário-financeira dos Programas do PPA 2020-2023 - Poder ExecutivoBahia, 2020⁽¹⁾

Código	Programa	Valores (Em R\$ 1.000,00)						%		
		PPA 2020-2023 [A]	Orçado Inicial [B]	Orçado Final [C]	Empenhado [D]	Liquidado [E]	Pago [F]	Part. Final (*) [G]=(E)/Liq. Total	Execução em relação ao Orçado [H]=(E/C)*100	Execução em relação ao PPA [I]=(E/A)* 100
PROGRAMAS FINALÍSTICOS		89.734.982	20.503.310	23.348.239	19.711.813	19.201.637	18.937.560	100,00	82,2	21,4
300	Assistência Social e Garantia de Direitos	699.763	119.410	117.082	52.453	52.022	51.803	0,27	44,4	7,4
301	Ciência, Tecnologia e Inovação	684.606	130.994	81.787	62.082	61.916	61.504	0,32	75,7	9,0
302	Cultura	258.107	57.817	195.169	144.889	140.809	131.400	0,73	72,1	54,6
303	Desenvolvimento Produtivo	1.359.420	319.046	403.160	316.709	315.155	298.631	1,64	78,2	23,2
304	Desenvolvimento Rural	1.892.217	490.339	572.662	351.752	343.594	342.975	1,79	60,0	18,2

Continua

Continuação

TABELA 3

Execução Orçamentário-financeira dos Programas do PPA 2020-2023 - Poder Executivo

Bahia, 2020⁽¹⁾

Código	Programa	Valores (Em R\$ 1.000,00)						%		
		PPA 2020-2023 [A]	Orçado Inicial [B]	Orçado Final [C]	Empenhado [D]	Liquidado [E]	Pago [F]	Part. Final (*) [G]=(E)/Liq. Total	Execução em relação ao Orçado [H]=(E/C)*100	Execução em relação ao PPA [I]=(E/A)* 100
305	Desenvolvimento Urbano	4.263.559	1.697.291	2.107.448	1.038.494	1.010.611	987.036	5,26	48,0	23,7
306	Educação	23.088.383	5.129.109	5.591.271	4.958.418	4.830.591	4.784.863	25,16	86,4	20,9
307	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	63.308	4.900	5.100	1.399	1.399	1.399	0,01	27,4	2,2
308	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	735.692	173.357	147.103	124.387	93.483	93.470	0,49	63,5	12,7
309	Infraestrutura	3.464.270	656.104	749.395	440.708	410.437	404.212	2,14	54,8	11,8
310	Meio Ambiente e Sustentabilidade	241.372	47.779	51.641	41.071	40.698	40.619	0,21	78,8	16,9
311	Política para as Mulheres	67.834	2.892	1.885	517	516	516	0,00	27,4	0,8
312	Recursos Hídricos	6.056.131	187.388	366.340	183.402	180.896	180.741	0,94	49,4	3,0
313	Saúde	22.051.088	5.362.134	7.050.930	6.570.696	6.344.127	6.240.551	33,04	90,0	28,8
314	Segurança Pública e Defesa Social	21.738.573	5.403.561	5.189.897	4.968.523	4.942.454	4.887.345	25,74	95,2	22,7
315	Gestão Governamental	3.070.659	721.190	717.371	456.313	432.929	430.496	2,25	60,3	14,1
TOTAL GERAL		89.734.982	20.503.310	23.348.239	19.711.813	19.201.637	18.937.560	100,00	82,2	21,4

Fonte: Fiplan (Plan 61, acesso dia 13/01/2021, às 09:20).

(*) 2020 é o primeiro ano de execução do PPA 2020-2023.

(*) Critério de desempenho da execução estabelecido pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP).

	ÓTIMO	> 90
	BOM	> 70 ≤ 90
	REGULAR	> 50 ≤ 70
	DEFICIENTE	> 30 ≤ 50
	ALTAMENTE DEFICIENTE	≤ 30

Ao analisar os programas isoladamente, observa-se que o Programa de Segurança Pública e Defesa Social obteve um nível de desempenho Ótimo, alcançando a maior performance entre os demais (95,2%). O Programa que congrega as ações de saúde pública exibiu uma execução orçamentário-financeira de 90,0%, refletindo os esforços do Governo no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Nesta perspectiva, destacaram-se, ainda, os Programas de Educação (86,4%), Meio Ambiente e Sustentabilidade (78,8%), Desenvolvimento Produtivo (78,2%), Ciência, Tecnologia e Inovação (75,7%) e Cultura (72,2%). Ressalte-se que, conforme o critério da ABOP, a execução orçamentário-financeira desses programas classifica-se na categoria Bom.

Os Programas Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho (63,6%), Gestão Governamental (60,4%), Desenvolvimento Rural (60,0%) e Infraestrutura (54,8%) apresentaram uma execução orçamentário-financeira com nível de desempenho Regular.

Os demais Programas enquadram-se nos níveis Deficiente ou Altamente Deficiente. Com um desempenho Deficiente estão os Programas de Recursos Hídricos (49,4%), Desenvolvimento Urbano (48,0%) e Assistência Social e Garantia de Direitos (44,4%). Já com a classificação Altamente Deficiente, estão os Programas Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais (27,4%) e o de Política para as Mulheres (27,4%).

Ao observar a execução orçamentário-financeira dos Programas analisando-se as dotações iniciais e finais, percebe-se claramente os impactos da pandemia sobre a conjuntura econômica, refletidos na arrecadação das receitas e, conseqüentemente, na gestão orçamentária.

Algumas mudanças legais, ocorridas em 2020, também concorreram para a conformação desse quadro, a exemplo das receitas do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Funcep), que passaram a integrar a Receita Líquida de Impostos e, desta forma, compartilhar seus recursos com a Educação e a Saúde. Embora tal mudança tenham afetado diretamente Programas como Assistência Social e Garantia de Direitos; Desenvolvimento Rural; Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais; Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho e Recursos Hídricos. Tais recursos também foram alocados em programas e ações que convergem para mitigação da pobreza, redução das desigualdades e promoção de oportunidades e bem-estar de contingentes populacionais em vulnerabilidade socioeconômica, visando a minimizar o impacto da crise instalada pela pandemia.

Por outro lado, é possível evidenciar que aqueles Programas que dependem unicamente de Recursos Próprios do Tesouro para sua execução, ou apresentam percentuais mínimos de execução definidos em lei, exibem, segundo critério da ABOP, graus de execução Ótimo e Bom, a exemplo de programas como o de Segurança Pública e Defesa Social (95,2%), Saúde (90,0%) e Educação (86,4%).

Por último, apresenta-se a execução orçamentário-financeira por Fonte de Recursos. Conforme evidenciado na Tabela 4, a execução das despesas por fontes foi apresentada em duas classificações, Fontes do Tesouro (88,7%) e Outras Fontes de (82,1%).

Observa-se também que a fonte discricionária do Estado, também chamada de Fonte Ordinária (Fonte 100), alcançou, em 2020, uma execução financeira de 92,3%. Vale ressaltar que do total correspondente à arrecadação dessa fonte, R\$ 2,3 bilhões se constituíram em repasses da União com o objetivo de mitigar efeitos financeiros decorrentes da Covid-19.

No Tesouro Estadual, as Fontes de Recursos Vinculadas, somente poderão ser aplicadas a determinados órgãos e ações, respeitando o previsto em dispositivos constitucionais, legais ou mesmo contratuais. Nessa perspectiva, é interessante ressaltar o desempenho das Fontes 107 e 114, relacionadas aos recursos aplicados à Educação, e a Fonte 130 destinadas às ações de saúde, que alcançaram um percentual de execução de 95,2%, 91,5% e 98,3%, respectivamente. Nessa perspectiva, como mencionado anteriormente, a arrecadação do Funcep em 2020, devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), passou a dividir os recursos, antes concentrados na Fonte 128, com as Fontes de Educação e Saúde.

Já as Fontes de Recursos 113 e 213 apresentaram execução de 49,3% e 38,7%, respectivamente. Nas referidas fontes estão com-

preendidas as receitas diretamente arrecadadas pelas entidades da Administração Direta e Indireta, assim como Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Dependentes do Tesouro Público. A baixa execução dessas fontes reflete o período de paralisação das atividades econômicas e a consequente retração da demanda frente ao cenário pandêmico que atravessamos.

As Outras Fontes, em sua maioria, estão vinculadas a Fundos Especiais ou algum tipo de despesa específica, com destaque para a execução das Fontes 241 (74,9%), 242 (98,2%) e 258 (99,3%). A primeira corresponde à Contribuição para o Plano de Previdência Social do Servidor (Funprev), a segunda às Contribuições para o Plano de Saúde do Servidor (Planserv) e, a última, a Recursos do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Baprev). A criação do Fundo de Proteção Social dos Militares e dos Bombeiros (FPSM) e, consequentemente, a segregação da massa de beneficiados, antes assistida pelo Funprev, concorre para explicar a execução da Fonte 241, que se apresenta em um patamar abaixo do esperado. Já a Fonte 240, vinculada ao FPSM, registrou uma execução de 99,4%.

Das fontes que compõem os blocos de financiamento da Saúde, destaca-se a Fonte 281 (Recursos Vinculados Transferências SUS – BL Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar), que alcançou uma execução de 96,6%. Voltada para as ações da saúde, foi criada a Fonte 286, direcionada, exclusivamente, para as ações de governo de enfrentamento à Covid-19, alcançando 76,9% de execução.

TABELA 4

Despesa por Fonte de Recursos – Todos os Poderes

Bahia, 2020

Fontes de Recursos		Valores (Em R\$ 1.000,00)					
		Orçado Inicial [A]	Orçado Final [B]	Empenhado [C]	Liquidado [D]	Pago [E]	Part. % [F]=(D)/Liq. Total
FONTES DO TESOUREO ¹		39.826.044	44.663.112	40.302.223	39.632.502	39.219.155	82,1
100	Recursos Ordinários Não-Vinculados do Tesouro	19.989.140	21.803.596	20.405.247	20.126.368	19.907.200	41,7
102	Cota-Parte do ICMS Devida aos Municípios	5.941.103	6.013.603	5.979.433	5.979.433	5.953.141	12,4
103	Cota-Parte do IPVA Devida aos Municípios	658.790	747.790	738.392	738.392	734.793	1,5
106	Cota-Parte do Imposto sobre Exportação de Produtos Industrializados Devida aos Municípios	63.960	63.960	58.173	58.173	58.173	0,1
107	Recursos Vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	3.285.687	3.285.687	3.180.894	3.127.680	3.095.591	6,5
109	Indenizações pela Extr. de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec. Hídricos e Explor de Rec Minerais	63.097	63.097	47.503	46.202	46.137	0,1
113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	152.375	156.767	86.086	77.292	76.197	0,2
114	Recursos Vinculados à Educação	1.961.723	1.998.387	1.895.747	1.829.312	1.811.288	3,8
120	Taxas Vinculadas ao Poder Judiciário	491.799	491.799	313.783	297.240	297.204	0,6
121	Operações de Crédito Internas em Moeda	460.363	719.397	266.810	249.468	248.947	0,5
125	Operações de Crédito Externas em Moeda	581.575	607.654	391.112	292.690	292.654	0,6

Continua

Continuação

TABELA 4

Despesa por Fonte de Recursos - Todos os Poderes

Bahia, 2020

Fontes de Recursos		Valores (Em R\$ 1.000,00)						
		Orçado Inicial [A]	Orçado Final [B]	Empenhado [C]	Liquidado [D]	Pago [E]	Part. % [F]=(D)/Liq. Total	Exec.% [G]=(D/B)*100
128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	886.357	886.357	704.638	668.902	667.367	1,4	75,5
130	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.638.562	3.726.557	3.700.242	3.663.113	3.572.612	7,6	98,3
131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	813.301	917.813	92.993	89.721	89.504	0,2	9,8
186	Transferência de Recursos Vinculados SUS e SUAS (LC 173, art 5º, inc I)	0	354.282	353.696	353.354	353.272	0,7	99,7
Demais Fontes do Tesouro		838.213	2.826.365	2.087.474	2.035.162	2.015.076	4,2	72,0
OUTRAS FONTES²		8.515.831	10.534.478	8.731.469	8.651.400	8.632.009	17,9	82,1
209	Indenizações Extr. Óleo Bruto, Xisto Betume e Gás, Utiliz. Rec. Hídricos e Explor. Rec. Miner. EC. nº 19/14	189.290	189.290	161.307	161.307	161.307	0,3	85,2
213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	536.579	556.427	219.879	215.390	214.979	0,4	38,7
231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	33.290	67.195	6.482	6.242	6.225	0,0	9,3
240	Recursos Vinculados ao Fundo de Proteção Social do Militar	0	315.374	313.356	313.356	313.356	0,6	99,4
241	Contribuição para o Plano de Previdência Social do Servidor	3.720.594	3.720.594	2.788.446	2.788.446	2.773.536	5,8	74,9
242	Contribuições para o Plano de Saúde do Servidor	1.441.866	1.531.481	1.525.453	1.503.497	1.502.532	3,1	98,2

Continua

Continuação

TABELA 4

Despesa por Fonte de Recursos – Todos os Poderes

Bahia, 2020

Fontes de Recursos		Valores (Em R\$ 1.000,00)						
		Orçado Inicial [A]	Orçado Final [B]	Empenhado [C]	Liquidado [D]	Pago [E]	Part. % [F]=(D)/Liq. Total	Exec.% [G]=(D/B)*100
257	Receitas de Capitalização para o Plano de Previdência Social do Servidor	372.328	381.328	379.370	379.370	379.370	0,8	99,5
258	Recursos do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia	501.460	508.460	504.727	504.727	504.588	1,0	99,3
260	Transferência do BAPREV (Decisão Judicial)	0	497.889	495.412	495.412	495.412	1,0	99,5
261	Recursos Oriundos de Delegação da União	35.000	35.000	5.793	5.184	4.944	0,0	14,8
280	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção Básica	4.452	4.452	603	603	603	0,0	13,5
281	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.574.151	1.574.151	1.529.003	1.520.980	1.518.601	3,2	96,6
282	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Vigilância em Saúde	47.117	47.117	36.772	31.791	31.660	0,1	67,5
283	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Assistência Farmacêutica	30.634	30.634	19.857	19.056	19.056	0,0	62,2
284	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Gestão do SUS	563	563	0	0	0	0,0	0,0
285	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Investimentos na Rede de Serviços SUS	6.926	6.926	186	171	171	0,0	2,5

Continua

Continuação

TABELA 4								
Despesa por Fonte de Recursos - Todos os Poderes								
Bahia, 2020								
Fontes de Recursos		Valores (Em R\$ 1.000,00)						
		Orçado Inicial [A]	Orçado Final [B]	Empenhado [C]	Liquidado [D]	Pago [E]	Part. % [F]=(D)/Liq. Total	Exec.% [G]=(D/B)*100
286	Recursos Vinculados Transferências SUS - BI COVID-19	0	639.649	529.257	491.817	491.781	1,0	76,9
Demais Outras Fontes		21.581	427.948	215.566	214.049	213.888	0,4	50,0
TOTAL GERAL		48.341.876	55.197.590	49.033.692	48.283.903	47.851.165	100,0	87,5

Nota 1 e 2: Inclui as Fontes de superavit.

Fonte: Fiplan (Plan 61, posição do dia 13/01/2021, às 09:20).

2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DA CARTEIRA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS

2.1 CARTEIRA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

No exercício de 2020, a Carteira de Transferências Voluntárias, cujos recursos são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e demais repassadoras públicas e privadas, totalizou um montante da ordem de R\$ 7,8 bilhões, sendo R\$ 7,0 bilhões de repasse e R\$ 831,0 milhões de contrapartida estadualn (Tabela 5).

Merece destaque em 2020, a assinatura de 53 instrumentos de captação, entre Convênios, Contratos de Repasses e outros ins-

TABELA 5			
Carteira de Transferências Voluntárias			
Bahia, 2020			
Qualificação do Instrumento	Valores Contratados (Em R\$ 1.000,00)		
	Total de Repasse	Total de Contrapartida	Total do Investimento
Contrato de Repasse	4.375.933	698.121	5.074.054
Convênio	2.070.048	121.832	2.191.880
Outras Contribuições e Auxílios	593.620	11.098	604.718
Total Geral	7.039.601	831.051	7.870.652

Fonte: Fiplan (GRC 82, 09/11/2020).

trumentos congêneres, com recursos da ordem de R\$ 231,5 milhões, sendo R\$ 229,1 milhões referente ao valor do financiamento e R\$ 2,3 milhões de contrapartida estadual.

Ao analisar o estoque dos instrumentos de captação (Tabela 6), identifica-se que foram repassados ao Estado da Bahia o montante de R\$ 7,0 bilhões, dos quais cerca de R\$ 4 bilhões já foram efetivamente aplicados em seus respectivos projetos.

De acordo com a Tabela 7, na Lei Orçamentaria Anual (LOA 2020), o orçamento relacionado às Transferências Voluntárias foi de R\$ 1,7 bilhão. Entretanto, o valor liquidado alcançou a ordem de R\$ 515,7 devido às mudanças de prioridades do Governo em função da aplicação de recurso no combate à pandemia de Covid-19.

TABELA 6						
Análise do Estoque dos Instrumentos de Captação						
Bahia, 2020						
Transferências Voluntárias	Valores (Em R\$ 1.000,00)					
	Valor Contratado Repasse		Total de Recursos Liberados pelos Concedentes		Execução Financeira (Pago)	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
	7.039.601	100	3.976.513	56,5	3.342.106	84,0

Fonte: Fiplan (GRC 82, 09/11/2020)

Ainda de acordo com a Tabela 7, observa-se que a Secretaria de Infraestrutura e da Cultura apresentaram alto grau de execução orçamentária, 79% e 80%, respectivamente. Esta última com destaque para os repasses vinculados à Lei Aldir Blanc, que trata de

TABELA 7				
Execução Orçamentária das Transferências Voluntárias, por Órgão				
Bahia, 2020				
Poder	Executor	Valores (Em R\$ 1.000,00)		
		Valor Orçado (LOA 2020) [A]	Valor Liquidado [B]	Exec.: % [C]=(B/A)*100
Executivo	Secretaria do Meio Ambiente	12.102	5.819	48%
	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social	29.645	12.497	42%
	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	12.570	4.533	36%
	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	14.170	7.694	54%

Continua

Continuação

TABELA 7				
Execução Orçamentária das Transferências Voluntárias, por Órgão				
Bahia, 2020				
Poder	Executor	Valores (Em R\$ 1.000,00)		
		Valor Orçado (LOA 2020) [A]	Valor Liquidado [B]	Exec.: % [C]=(B/A)*100
Executivo	Secretaria de Turismo	9.153	2.414	26%
	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento	196.521	59.841	30%
	Secretaria de Desenvolvimento Rural	78.694	23.071	29%
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	44.447	13.498	30%
	Secretaria de Políticas para as Mulheres	1.410	308	22%
	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura	78.188	41.081	53%
	Secretaria da Saúde	131.187	24.324	19%
	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	732.561	132.411	18%
	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	2.960	421	14%
	Secretaria da Segurança Pública	35.233	7.174	20%
	Casa Civil	11.836	5.467	46%
	Secretaria da Educação	95.383	8.914	9%
	Secretaria de Cultura	123.935	98.968	80%
	Secretaria da Administração	2.900	138	5%
	Secretaria de Infraestrutura	84.997	67.200	79%
	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	350	-	0%
TOTAL GERAL		1.698.243	515.773	30%

Fonte: Fiplan - Plan 61 em 04/01/2020

ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.

Cabe salientar que o alto valor de investimento executado pela SEDUR, se deve principalmente, às transferências voltadas para o financiamento de equipamentos nas áreas de infraestrutura urbana, assentamentos precários e infraestrutura viária em áreas urbanas.

Destaca-se, aqui, o repasse para os diversos órgãos do Estado, oriundo das emendas parlamentares individuais, que alcançaram o valor de R\$ 12,3 milhões, em diversas áreas de desenvolvimento da agricultura familiar, como a distribuição de máquinas agrícolas e infraestrutura urbana, aquisição de ambulâncias, dentre outras.

3 CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS

3.1. Carteira de Operações de Crédito Internas

A Carteira de Operações de Crédito Internas totalizou, em 2020, o montante de cerca R\$ 1,5 bilhão, de recursos contratados junto ao Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF). Deste total captado, R\$ 1,4 bilhão referem-se aos valores de financiamento e R\$ 67,1 milhões a valores de contrapartida estadual (Tabela 8).

Merece destaque a contratação do Programa Integrado de Infraestrutura na Área Urbana, Hídrica, Regional Viária e Educação -

TABELA 8

Carteira de Operações de Crédito Internas

Bahia, 2020

Operação de Crédito Interna	Subfonte	Situação	Vigência Final	Executor	Valores Contratados (Em R\$ 1.000,00)		
					Valor do Financiamento	Valor da Contrapartida	Total do Investimento
CEF Pró-Moradia - Falha Geologica 2ª Etapa	800066	Execução	31/01/2022	SEDUR/CONDER	52.997	3.703	56.700
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas do Centro Antigo de Salvador	800088	Execução	31/03/2020	SEDUR/CONDER	115.101	10.345	125.446
Programa Manejo Águas Pluviais - MAP 1 - Luro de Freitas	800089	Execução	31/03/2020	SEDUR	177.175	9.498	186.673

Continua

Continuação

TABELA 8							
Carteira de Operações de Crédito Internas							
Bahia, 2020							
Operação de Crédito Interna	Subfonte	Situação	Vigência Final	Executor	Valores Contratados (Em R\$ 1.000,00)		
					Valor do Financiamento	Valor da Contrapartida	Total do Investimento
Programa Manejo Águas Pluviais - MAP 2 - Salvador	800090	Execução	31/03/2020	SEDUR	29.165	1.535	30.700
Pró-Transporte - Metrô de Salvador, Linha 1, Tramo 3	800101	Execução	31/01/2020	SEDUR	800.000	42.105	842.105
Programa de Integrado de Infraestrutura na Área Urbana, Hídrica, Regional Viária e Educação - Proinfra II	800113	Execução	31/06/2021	SEDUR/ SEINFRA/ SEC	250.000	-	250.000

Fonte: SPF/SEFAZ 09/11/2020

PROINFRA II, assinado em junho de 2020, que tem como objetivo viabilizar investimentos nas áreas de infraestrutura viária e mobilidade urbana, com financiamento de recursos da ordem de R\$ 250,0 milhões para o Estado.

Conforme Tabela 9, o valor orçado na LOA 2020 referente aos recursos de repasse das Operações de Créditos Internas foi de R\$ 738,7 milhões até 31/12/2020, com execução de recursos da ordem de R\$ 266,6 milhões, o que corresponde a 36% do orçado inicial.

Destaca-se, o Programa Integrado de Infraestrutura na Área Urbana, Hídrica, Regional Viária e Educação (PROINFRA II) com regis-

tro de maior volume de recursos empregados em 2020, embora o maior percentual de execução orçamentário-financeira seja do Programa Manejo de Águas Pluviais, com 97%, seguido do Pró-Moradia - Falha Geológica 2ª Etapa, com 89%.

3.2. Carteira de Operações de Crédito Externas

Em 2020, a Carteira de Operações de Crédito Externo contou com recursos globais da ordem de US\$ 1,1 bilhão, sendo US\$ 736,5 milhões, referente a recursos de financiamento e US\$ 388,8 milhões, à contrapartida estadual. Importante destacar no exercício de 2020 a negociação do Programa Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROFISCO II),

TABELA 9

Execução Orçamentário-financeira de Operações de Crédito Internas

Bahia, 2020

Operação de Crédito Interna	Subfonte	Executor	Valores (Em R\$ 1.000,00)		Exec.: % [C]=(B/A)*100
			Valor Orçado (LOA 2020) [A]	Valor Liquidado [B]	
CEF Pró-Moradia - Falha Geologica 2ª Etapa	800066	SEDUR/CONDER	21.059	18.706	89%
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas do Centro Antigo de Salvador	800088	SEDUR/CONDER	41.736	11.411	27%
Programa Manejo Águas Pluviais - MAP 1 - Lauro de Freitas	800089	SEDUR	72.895	36.540	50%
Programa Manejo Águas Pluviais - MAP 2 - Salvador	800090	SEDUR	10.883	10.554	97%
Pró-Transporte - Metrô de Salvador, Linha 1, Tramo 3	800101	SEDUR	342.178	44.941	13%
Programa Integrado de Infraestrutura na Área Urbana, Hídrica, Regional Viária e Educação - Proinfra II	800113	SEDUR/ SEINFRA/SEC	250.000	144.463	58%
TOTAL			738.751	266.615	36%

Fonte: Fiplan (Plan 61, 04/01/2021)

com investimento com investimento da ordem de US\$ 44,5 milhões (Tabela 10).

No que tange à execução orçamentário-financeira das Operações de Crédito Externas (Tabela 11), ressalte-se que na LOA 2020, o volume de recursos orçados para repasse foi da ordem de R\$ 809,8 milhões, evidenciando uma execução de, aproximadamente, R\$ 485.5 milhões, o que corresponde a 60% do planejado inicialmente.

4 RECURSOS CAPTADOS PARA FINANCIAMENTO DO PPA 2020-2023

A Tabela 12 evidencia os recursos captados para financiamento do PPA e sua execução no exercício de 2020 junto aos agentes financeiros nacionais, internacionais e à OGU, planejados na LOA 2020 para os dezesseis Programas de Governo que integram o PPA. O montante de recursos captados aproxima-se de R\$ 3,1 bi-

TABELA 10

Carteira de Operações de Crédito Externas

Bahia, 2020

Operação de Crédito Externa	Subfonte	Situação	Vigência Final	Executor	Valores Contratados (Em US\$ 1.000)		
					Valor do Financiamento	Valor da Contrapartida	Valor Total do Investimento
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL - BAHIA)	800054	Execução	23/04/2021	SETUR	50.823	33.882	84.705
Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROFISCO I)	800068	Execução	31/12/2019	SEFAZ	45.270	5.030	50.300
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida (PROSEMIÁRIDO)	800087	Execução	20/10/2020	SEDIR/CAR	50.405	50.405	100.810
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia (PDRS)	800091	Execução	29/08/2021	SEDIR/CAR	150.000	110.000	260.000
Programa de For. da Saúde Pública da Região Metropolitana de Salvador (PROSUS)	800092	Execução	31/12/2020	SESAB	200.000	85.000	285.000
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia (PREMAR II)	800099	Execução	30/06/2020	SEINFRA	200.000	100.000	300.000
Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROFISCO II)	800112	Em Negociação		SEFAZ	40.000	4.500	44.500
TOTAL					736.498	388.817	1.125.315

Fonte: SEFAZ/SPF 09/11/2020

Ihões, evidenciando uma execução orçamentário-financeira cerca de R\$ 1,2 bilhão.

Merece destaque, em 2020, o Programa 305 - Desenvolvimento Urbano, que executou maior volume de recursos captados, cerca

de R\$ 380,8 milhões, como também o Programa 313 – Saúde, com execução aproximada de R\$ 188,6 milhões. O Programa 309 – Infraestrutura, vem na terceira posição, com execução de R\$ 313,2 milhões, materializando as prioridades governamentais do PPA.

Os recursos utilizados no Programa 305 foram aplicados, principalmente, em implantação de sistema metroviário, sistemas de manejo de águas pluviais urbanas, implantação de corredor de

transporte transversal, contenção de encostas em áreas de risco e urbanização em assentamento precário.

Quanto ao Programa 313, os investimentos realizados estão relacionados à construção de policlínicas e aparelhamento de unidades de saúde. Já os investimentos realizados no Programa 309, materializaram as ações de recuperação de rodovias e construção de pontes.



TABELA 11

Execução Orçamentário-financeira de Operações de Crédito Externas

Bahia, 2020

Operação de Crédito Externa	Subfonte	Executor	Valores (Em R\$ 1.000,00)		Exec.: % [C]=(B/A)*100
			Valor Orçado [A]	Valor Liquidado [B]	
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL – BAHIA)	800054	SETUR	99.756	50.154	50%
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida (PROSEMIÁRIDO)	800087	SEDIR/CAR	35.671	8.224	23%
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia (PDRS)	800091	SEDIR/CAR	118.407	105.148	89%
Programa de For. da Saúde Pública da Reg. Metropolitana de Salvador (PROSUS)	800092	SESAB	308.790	191.370	62%
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia (PREMAR II)	800099	SEINFRA	247.233	130.636	53%
TOTAL			809.858	485.532	60%

Fonte: Fiplan (Plan 61, 04/01/2021)

TABELA 12

Programas do PPA Financiados com Recursos Captados

Bahia, 2020

Programas de Governo		Valores (Em R\$ 1.000,00)		Exec.: % [C]=(B/A)*100
		Valor Atual [A]	Valor Liquidado [B]	
300	Assistência Social e Garantia de Direitos	23.302	10.236	43,9
301	Ciência, Tecnologia e Inovação	11.167	3.130	28,0
302	Cultura	123.601	98.734	79,9
303	Desenvolvimento Produtivo	110.440	52.442	47,5
304	Desenvolvimento Rural	179.838	93.701	52,1
305	Desenvolvimento Urbano	1.455.228	380.861	26,2
306	Educação	93.552	7.047	7,5
307	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	350	-	0,0
308	Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	4.547	2.390	52,6
309	Infraestrutura	567.887	313.267	55,2
310	Meio Ambiente e Sustentabilidade	7.114	2.635	37,0
311	Política para as Mulheres	896	83	9,3
312	Recursos Hídricos	4.975	2.720	54,7
313	Saúde	409.000	188.605	46,1
314	Segurança Pública e Defesa Social	56.853	16.435	28,9
315	Gestão Governamental	39.308	16.391	41,7
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	14.013	12.892	92,0
900	Operação Especial do Poder Executivo	29.913	27.576	92,2
Total Geral		3.131.984	1.229.145	39,2

Fonte: Fiplan (Plan 61, 04/01/2021)

